# PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS 20-30

# PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO

04 Junho 2021

AGIF
AGÊNCIA PARA A GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

# ÍNDICE


1. SUMÁRIO EXECUTIVO ..... 6
2. ENQUADRAMENTO ..... 11
3. RESULTADOS e METAS ..... 14
PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS ..... 15
METAS DO PNA ..... 16
4. ARQUITETURA DO PNA ..... 18
5. FICHAS DE PROJETO ..... 24
OE1| VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS ..... 24
OB 1.1| CONHECER A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E REDIMENSIONAR A GESTÃO FLORESTAL ..... 25
PROGRAMA 1.1.1| INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE SUPORTE ..... 25
1.1.1.1Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) ..... 26
1.1.1.2Inventário Florestal Nacional (IFN) ..... 27
1.1.1.3Desenvolvimento da informação estatística oficial sobre a fileira florestal ..... 28
OB 1.1| CONHECER A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E REDIMENSIONAR A GESTÃO FLORESTAL ..... 29
PROGRAMA 1.1.2| CADASTRO DA PROPRIEDADE ..... 29
1.1.2.1Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) ..... 30
1.1.2.2Sistema de informação cadastral simplificada ..... 31
OB 1.1| CONHECER A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E REDIMENSIONAR A GESTÃO FLORESTAL ..... 32
PROGRAMA 1.1.3| REDIMENSIONAMENTO DA PROPRIEDADE RÚSTICA ..... 32
1.1.3.1Revisão de mecanismos reguladores de prédios rústicos ..... 33
1.1.3.2Programa de Emparcelamento ..... 34
OB 1.2| REFORMAR O MODELO DA GESTÃO INTEGRADA ..... 35
PROGRAMA 1.2.1| AUMENTAR A ÁREA COM GESTÃO INTEGRADA ..... 35
1.2.1.1Gestão agregada de territórios rurais ..... 36
1.2.1.2Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) ..... 37
1.2.1.3Projeto de área de gestão pública ..... 38
OB 1.2| REFORMAR O MODELO DA GESTÃO INTEGRADA ..... 39
PROGRAMA 1.2.2| MOBILIZAR O POTENCIAL ECONÓMICO DOS RECURSOS ENDÓGENOS ..... 39
1.2.2.1Modelo de financiamento multifundos ..... 40
1.2.2.2Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade ..... 41
1.2.2.3Apoio a projetos de bioeconomia e economia circular ..... 42
1.2.2.4Diversificação e qualificação da economia rural ..... 43
1.2.2.5Multifuncionalidade dos espaços agroflorestais ..... 44
OB 1.2| REFORMAR O MODELO DA GESTÃO INTEGRADA ..... 45
PROGRAMA 1.2.2| FOMENTAR A INOVAÇÃO E MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESA DO SECTOR FLORESTAL ..... 45
1.2.3.1Aumento do rendimento da fileira florestal e silvopastoril no território ..... 46
1.2.3.2Aumento da remuneração dos proprietários florestais ..... 47
OB 1.3| DISPONIBILIZAR INCENTIVOS JURIDICOS E FINANCEIROS À VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RÚSTICO ..... 48

PROGRAMA 1.3.1| ALARGAR INCENTIVOS À VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ..... 48
1.3.1.1Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais ..... 49
OE2| CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS ..... 50
OB 2.1| PLANEAR E PROMOVER UMA PAISAGEM DIVERSIFICADA ..... 51
PROGRAMA 2.1.1| RECONVERTER A PAISAGEM ..... 51
2.1.1.1Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) ..... 52
2.1.1.2Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas ..... 53
2.1.1.3Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais 54
2.1.1.4Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) ... 55
OB 2.2| DIMINUIR A CARGA DE COMBUSTIVEL À ESCALA DA PAISAGEM ..... 56
PROGRAMA 2.2.1| EXECUTAR O PROGRAMA PLURIANUAL DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL ..... 56
2.2.1.1Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível ..... 57
2.2.1.2Garantir a gestão da rede primária de faixas de combustíveis ..... 58
2.2.1.3Garantir a gestão da rede secundária ..... 59
2.2.1.4Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível ..... 60
2.2.1.5Proteção de áreas de elevado valor ..... 61
2.2.1.6Gestão de galerias ribeirinhas ..... 62
2.2.1.7Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos ..... 63
2.2.1.8Aplicar regras de corte ..... 64
2.2.1.9Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural ..... 65
OB 2.2| DIMINUIR A CARGA DE COMBUSTIVEL À ESCALA DA PAISAGEM ..... 66
PROGRAMA 2.2.2| ALTERAR O PROCESSO DE ELIMINAÇÃO E PROMOVER O REAPROVEITAMENTO DE SOBRANTES ..... 66
2.2.2.1Promover processos de compostagem ..... 67
2.2.2.2Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobrantes e matos ..... 68
OB 2.3| AUMENTAR A EFICÁCIA DA PROTEÇÃO DAS POPULAÇÕES E DO TERRITÓRIO EDIFICADO ..... 69
PROGRAMA 2.3.1| APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AUTOPROTEÇÃO DE PESSOAS E INFRAESTRUTURAS ..... 69
2.3.1.1Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados ..... 70
2.3.1.2Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas ..... 71
2.3.1.3Incrementar a resiliência do edificado ..... 72
2.3.1.4Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras” ..... 73
2.3.1.5Mecanismos de cobertura e garantia de correta gestão do risco da edificação ..... 74
2.3.1.6Robustecer os incentivos financeiros aos privados ..... 75
OE3| MODIFICAR COMPORTAMENTOS ..... 76
OB 3.1| REDUZIR AS IGNIÇÕES DE MAIOR RISCO ..... 77
PROGRAMA 3.1.1| REDUZIR O NÚMERO E O RISCO DE QUEIMAS E QUEIMADAS ..... 77
3.1.1.1Regulamentar e implementar o uso do fogo ..... 78
3.1.1.2Apoio à população na realização de queimas e queimadas ..... 79
3.1.1.3Mecanismo de apoio à realização de queimadas ..... 80
OB 3.1| REDUZIR AS IGNIÇÕES DE MAIOR RISCO ..... 81
PROGRAMA 3.1.2| REFORÇAR A CAPACIDADE DE VIGILÂNCIA E DISSUASÃO ..... 81
3.1.2.1Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas ..... 82

3.1.2.2Presença das Forças Armadas nas áreas críticas ... 83
3.1.2.3Rede de vigilância e deteção de incêndios ... 84
OB 3.1| REDUZIR AS IGNIÇÕES DE MAIOR RISCO ... 85
PROGRAMA 3.1.3| REVER O ENQUADRAMENTO JÚRIDICO PARA OS COMPORTAMENTOS DE RISCO ... 85
3.1.3.1Enquadramento jurídico em regime penal ... 86
3.1.3.2Apoio e acompanhamento pela prática de fogo posto no âmbito da saúde mental ... 87
3.1.3.3Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais ... 88
3.1.3.4Investigação e processos relativos aos crimes de incêndio como prioritários ... 89
OB 3.2| ESPECIALIZAR A COMUNICAÇÃO DE RISCO: MELHORAR A PERCEÇÃO DO RISCO E ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS ... 90
PROGRAMA 3.2.1| COMUNICAR PARA O RISCO: PORTUGAL CHAMA ... 90
3.2.1.1Comunicação integrada para o risco ... 91
3.2.1.2Comunicação especializada de proximidade ... 92
3.2.1.3Comunicação das entidades em contexto de emergência ... 93
3.2.1.4Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco ... 94
OB 3.2| ESPECIALIZAR A COMUNICAÇÃO DE RISCO: MELHORAR A PERCEÇÃO DO RISCO E ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS ... 95
PROGRAMA 3.2.2| ORIENTAR PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA O RISCO ... 95
3.2.2.1Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco ... 96
OE4| GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE ... 97
OB 4.1| IMPLEMENTAR O PLANEAMENTO INTEGRADO INCORPORANDO A AVALIAÇÃO DE RISCO ... 98
PROGRAMA 4.1.1| ESPECIALIZAR A ANÁLISE DE RISCO ... 98
4.1.1.1Cartografia de risco ... 99
4.1.1.2Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão ... 100
4.1.1.3Plataforma com produtos e serviços meteorológicos para incorporação na análise de risco ... 101
4.1.1.4Emissão de avisos relativos ao risco de incêndio rural ... 102
OB 4.1| IMPLEMENTAR O PLANEAMENTO INTEGRADO INCORPORANDO A AVALIAÇÃO DE RISCO ... 103
PROGRAMA 4.1.2| IMPLEMENTAR O PLANEAMENTO ... 103
4.1.2.1Constituição e funcionamento das Comissões de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR) ... 104
4.1.2.2Programação e dimensionamento do sistema ... 105
4.1.2.3Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução ... 106
4.1.2.4Normas Técnicas e Diretivas Operacionais ... 107
OB 4.1| IMPLEMENTAR O PLANEAMENTO INTEGRADO INCORPORANDO A AVALIAÇÃO DE RISCO ... 108
PROGRAMA 4.1.3| ORÇAMENTAR SISTEMA COM UMA VISÃO INTEGRADA ... 108
4.1.3.1Orçamento do SGIFR com visão plurianual ... 109
4.1.3.2Mapeamento e mobilização fontes de financiamento ... 110
4.1.3.3Alteração da lei das transferências das autarquias ... 111
OB 4.2| IMPLEMENTAR UM MODELO CAPACITADO DE GOVERNANÇA DO RISCO ... 112
PROGRAMA 4.2.1| REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS DE GOVERNANÇA DO RISCO ... 112
4.2.1.1Funcionamento e reforço das instituições ... 113
4.2.1.2Projeto SGIFR de trabalho em rede ... 114
OB 4.2| IMPLEMENTAR UM MODELO CAPACITADO DE GOVERNANÇA DO RISCO ... 115
PROGRAMA 4.2.2| IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE MELHORIA CONTÍNUA ... 115

4.2.2.1Sistema de monitorização e avaliação 116
4.2.2.2Prémios indexados aos resultados 117
4.2.2.3Sistema de lições aprendidas 118
OB 4.2| IMPLEMENTAR UM MODELO CAPACITADO DE GOVERNANÇA DO RISCO 119
PROGRAMA 4.2.3| DEFINIR POLÍTICAS DE ACORDO COM O ENQUADRAMENTO SUPRANACIONAL 119
4.2.3.1Proposta de gestão integrada de fogos rurais no âmbito UE 120
4.2.3.2Conferência mundial dos incêndios rurais em Portugal 2023 121
4.2.3.3Práticas internacionais no sistema português 122
OB 4.2| IMPLEMENTAR UM MODELO CAPACITADO DE GOVERNANÇA DO RISCO 123
PROGRAMA 4.2.4| DESENVOLVER SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTEGRADOS 123
4.2.4.1Sistema de informação integrado para planeamento, gestão operacional, monitorização e controlo 124
4.2.4.2Conhecimento da localização dos meios SGIFR 125
4.2.4.3Sistemas de comunicação eficazes, resilientes e eficientes 126
4.2.4.4Redes de comunicações eletrónicas em canais subterrâneos 127
4.2.4.5Revisão da solução tecnológica e do modelo contratual do SIRESP 128
OB 4.3| REDESENHAR A GESTÃO DO SISTEMA 129
PROGRAMA 4.3.1| IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS ORGANIZACIONAIS 129
4.3.1.1Implementação do modelo organizativo de modo faseado 130
4.3.1.2Apoio à decisão operacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil 131
4.3.1.3Programa de sapadores florestais 132
4.3.1.4Especialização de agentes e de entidades 133
4.3.1.5Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos Incêndios Rurais 134
OB 4.3| REDESENHAR A GESTÃO DO SISTEMA 135
PROGRAMA 4.3.2| GESTÃO EFICIENTE DAS OCORRÊNCIAS 135
4.3.2.1Adaptação do SGO a melhores práticas 136
4.3.2.2Gestão dos meios aéreos 137
4.3.2.3Gestão da supressão 138
4.3.2.4Definição de critérios para classificação como fogo de gestão 139
OB 4.4| AUMENTAR A QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES SGIFR 140
PROGRAMA 4.4.1| IMPLEMENTAR O PROGRAMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES SGIFR 140
4.4.1.1Mapear as qualificações e os perfis profissionais/referenciais de competências do SGIFR e elaborar referenciais de capacitação, reconhecimento e qualificação adequados 141
4.4.1.2Rede de entidades formadoras/instituições de ensino e bolsa de formadores/professores credenciados 142
4.4.1.3Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR 143
4.4.1.4Oferta formativa de nível superior 144
4.4.1.5 Projeto IGNACIA – Promoção da Igualdade de Género no Âmbito do SGIFR 145
OB 4.4| AUMENTAR A QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES SGIFR 146
PROGRAMA 4.4.2| PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PERITOS INTERNACIONAIS 146
4.4.2.1Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais 147
OB 4.4| AUMENTAR A QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES SGIFR 148
PROGRAMA 4.4.3| GESTÃO DO CONHECIMENTO 148
4.4.3.1Reforçar a capacidade de I&D nacional, inclusive nas entidades SGIFR, na gestão integrada de fogos rurais 149

4.4.3.2Transferir conhecimento para resolução de problemas ..... 150
4.4.3.3Estimular a supercomputação e sistemas operacionais no apoio à decisão ..... 151
4.4.3.4Criar uma rede nacional e integrada de testbeds no SGIFR para estimular a adoção e testar a implementação de boas práticas ..... 152
6. ORÇAMENTO ..... 153
7. GOVERNANÇA E GESTÃO ADAPTATIVA ..... 161
8. GESTÃO DE RISCO DO PNA ..... 164
9. IMPACTOS ..... 172
GLOSSÁRIO ..... 175

# 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Nacional de Ação (PNA) concretiza, no território continental português, as opções estratégicas definidas no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado e publicado na Resolução de Conselho de Ministros 45-A/2020, de 16 de junho.

A sua elaboração foi coordenada pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P. (AGIF, I. P.)[1] em articulação com as entidades públicas do Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), que, em conjunto, construíram os programas, definiram os projetos, orçamentos e suas metas, incorporando os contributos das principais partes interessadas.

O PNA, numa visão integrada do planeamento à recuperação das áreas ardidas, estrutura a programação das ações, em fichas de projeto, que definem, detalham, calendarizam e orçamentam as iniciativas que se traduzirão numa despesa total do sistema de 7.122M€.

Trata-se de mais do que um programa de ação ou um guião, na medida em que sendo sujeito a monitorização anual, constitui-se como um instrumento de gestão para os líderes das entidades públicas (*e.g.* AGIF, ANEPC, ICNF, GNR, FFAA, IPMA) estabelecerem um diálogo informado entre eles e as suas equipas, mas também com a sociedade e os decisores políticos. O PNA informa o processo de governança e de gestão adaptativa multinível (nacional, regional, sub-regional e municipal) e reajusta-se perante as lições aprendidas ou desafios emergentes. O PNA é dinâmico, flexível e resiliente e configura uma ferramenta imprescindível à construção de um território mais seguro, mais valioso e onde as atividades florestais e silvo pastoris são âncoras do desenvolvimento sustentável das regiões.

O PNA materializa as quatro orientações estratégicas identificadas no PNGIFR: OE1 - Valorizar os Espaços Rurais, OE2 - Cuidar os Espaços Rurais, OE3 - Modificar Comportamentos e OE4 - Gerir o Risco Eficientemente, assegurando uma articulação com múltiplas outras figuras do ordenamento do território.

O PNA prioriza o aumento da sustentabilidade, atratividade e valor económico da floresta, a dinamização da economia local (e.g. turismo, produtos DOC, artesanato) e o aumento, diversificação e valorização do emprego rural, que serão potenciadores de ações consistentes no tempo para a necessária alteração da paisagem e gestão de combustível em elevada escala. Uma vez que os efeitos daqui resultantes começarão a ter impacto no médio e longo prazo, importa garantir como prioritárias a alteração de comportamentos de risco e a consequente redução de ignições e um enquadramento jurídico mais adequado à proteção dos espaços rurais. A orientação para uma melhor articulação das entidades e gestão dos seus recursos - incluindo uma gestão mais eficiente da resposta e supressão de incêndios - assentes em agentes cada vez mais qualificados, serão, por outro lado, o garante da diminuição do risco e o consequente aumento de atratividade para investimento no espaço rural.

Para tornar possível em 2030 a Visão - "Portugal protegido de incêndios rurais graves" – o PNA define 12 objetivos estratégicos a serem alcançados através de 28 programas, que se desdobram em 97 projetos. Para cada um destes projetos, estabelecem-se iniciativas, resultados, indicadores de realização, calendário, metas, entidades responsáveis, orçamento e fontes de financiamento. Como ilustrado na

[1] AGIF, I. P., criada pelo Decreto Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro, tem com principal missão a coordenação estratégica do sistema de gestão integrada de fogos rurais, a integração de políticas públicas relacionadas com incêndios rurais e a elaboração e monitorização do PNGIFR.

figura 1, o número de projetos em cada um dos 28 dos programas do PNA, demonstra a concentração do esforço nas áreas prioritárias supramencionadas.

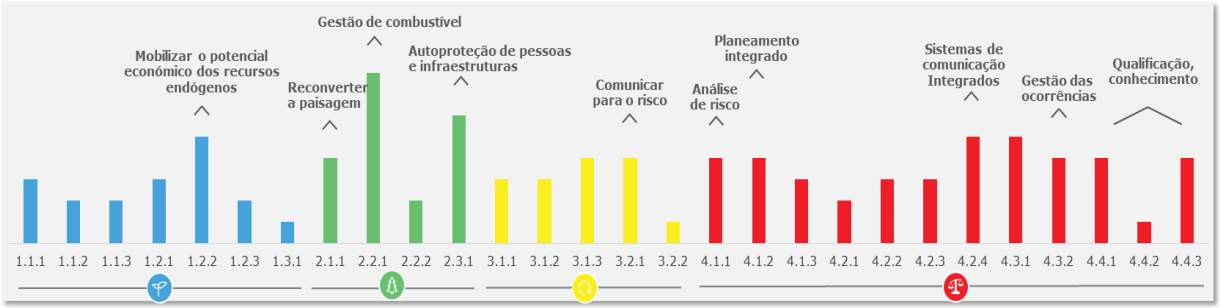



Figura 1 – Número de projetos por cada um dos 28 programas nas quatro orientações estratégicas

Em 2030, na orientação estratégica que visa valorizar o território (OE1) o PNA terá concretizado os 18 projetos previstos, tendo então Portugal um sistema que monitoriza a ocupação do solo, fornece publicamente informação quantificada dos ativos florestais e do risco de incêndio e um Sistema Nacional de Informação cadastral. A divisão da propriedade fundiária não será estimulada uma vez que o regime fiscal e sucessório terá sido revisto, incluindo a obrigatoriedade das partilhas serem realizadas num horizonte temporal curto e os 20 programas de reordenamento da paisagem são geridos de forma conjunta por associações que representam os proprietários Estes são melhor remunerados pelos bens e serviços que prestam e pelo menos 20% das áreas geridas veem reconhecida a gestão por sistemas de certificação florestal.

Para cuidar do território (OE2), o PNA estrutura as iniciativas em 21 projetos que permitem até 2030 tratar 1,2 Milhões de hectares, através de maquinaria, pastorícia ou fogo controlado, em locais estrategicamente definidos e asseguram que a exploração florestal de pinhais, eucaliptais e montados são objeto de gestão ativa. As áreas que arderem com mais de 500 ha têm planos de emergência e recuperação executados e mais de 80% dos aglomerados rurais e envolvente das áreas edificadas prioritários estão adaptados ao fogo.

Na orientação modificar comportamentos (OE3), os 15 projetos do PNA reduzem em 80% as ignições (intencionais e negligentes) nos dias de elevado risco de incêndio, face à média 2010-2019, a totalidade do território com maior risco de incêndio está coberto com mecanismos de vigilância e 100% das escolas do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico desenvolvem trabalho de conhecimento das boas práticas de prevenção de incêndios.

Para assegurar que o risco é gerido eficientemente (OE4) em 2030 o PNA prevê que através de 43 projetos, as instituições sejam reforçadas com recursos humanos qualificados e mecanismos de governança e gestão do risco, permitindo que em 2023 cerca de 80% do programa de qualificação esteja concretizado e 10.000 agentes do SGIFR operem com base em formação revista e certificada e que em 2030 todas as decisões estratégicas à escala regional e sub-regional, sejam informadas por análise de risco de base probabilística. Prevê-se ainda que o dispositivo opere com múltiplas entidades e contabilize e divulgue os custos por evento, os reacendimentos não sejam superiores a 1% e o sistema de supressão minimize o dano potencial e gere de forma eficiente os recursos e a exposição ao risco (este expresso em euros).

Será através do efeito destes programas que se esperam melhorias no desempenho dos processos do SGIFR, tornando possível assim atingir as metas do PNGIFR:

- A perda de vidas humanas em incêndios, embora sendo possível, seja um fenómeno raro,
- A percentagem dos incêndios com mais de 500ha se fixar abaixo de 0.3% do total de Incêndios,
- A área ardida acumulada no período da década seja inferior a 660.000ha.

Para concretizar estes objetivos, estima-se que os recursos financeiros necessários ao PNA terão um impacto acrescido de +383M€/ano face ao despendido anualmente SGIFR (considerando 2019 como ano de referência) passando de 264M€ para 647M€ anuais, o que representa uma despesa total do SGIFR de 7.122 M€[2].

A despesa total anual do sistema encontra-se distribuída por cada orientação da seguinte forma:

OE1 – Valorizar os Espaços Rurais, 69M€

OE2 - Cuidar os Espaços Rurais, 207M€

OE3 - Modificar Comportamentos, 70M€

OE4 - Gerir Eficientemente o Risco, 301M€

Nos processos do SGIFR, este impacto traduzir-se-á num peso da prevenção de 58% e 42% do combate[3].

Importa referir que estes valores serão calibrados anualmente em função do mecanismo de revisão anual do programa e orçamento, de acordo com o modelo de governança e de alterações no contexto que surjam, como por exemplo, as fontes de financiamento disponíveis.

Com efeito, esta despesa de 647M€/ano será financiada por múltiplas fontes, destacando-se os fundos comunitários, prevendo-se que venham a financiar projetos relacionados essencialmente com a proteção do ambiente, capacitação das instituições e proteção das comunidades. Uma nota relevante é a inversão quase completa do peso do Orçamento do Estado na despesa anual do SGIFR passando dos atuais 70% para 34%.

De facto, o incremento face a 2019 de mais 383M€/ano, será suportado por outras fontes de financiamento que não o OE em 348M€/ano (~80%), ao passo que este será solicitado apenas em mais 35M€/ano.

[2] Valor que tem origem no levantamento de necessidades pelas entidades SGIFR da administração direta e indireta do Estado.

[3] Cálculo realizado através da associação da despesa associada a cada processo do SGIFR à divisão tradicional de Prevenção – Combate. Em 2017 esta relação era de 20/80, em 2019 de 50/50.

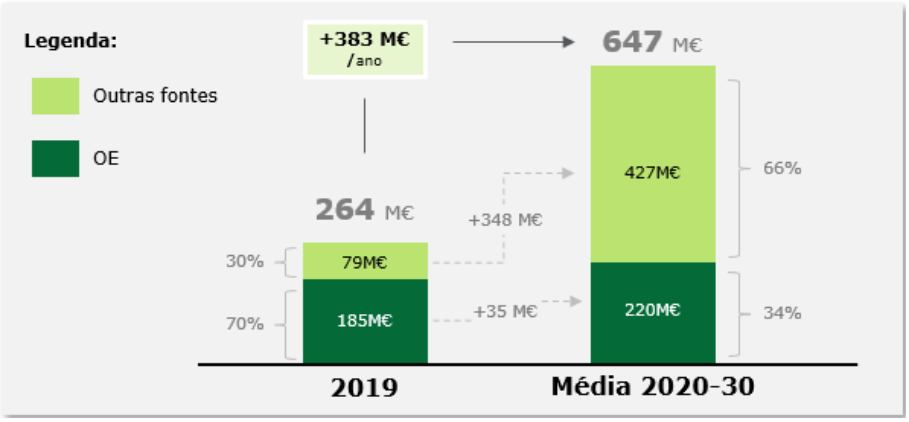



Figura 2 – Componente do Orçamento de Estado na despesa anual do SGIFR

Verifica-se, assim, uma mudança na captação de fontes de financiamento alternativas ao OE, que durante o período de vigência do PNA se deverá procurar aumentar, nomeadamente no âmbito do novo quadro comunitário de apoio para Portugal para o período 2021-2027, para além do esforço a desenvolver para a captação de poupanças, sinergias e medidas de simplificação administrativa e eficiência no uso de recursos públicos.

De forma a assegurar uma execução eficaz do PNA foram ainda identificados riscos associados à sua implementação, classificados em diferentes categorias e quanto ao seu impacto e probabilidade de ocorrência.

Estes riscos podem ser sistematizados nos seguintes domínios com alguns exemplos associados:

- Pessoas (a disponibilidade dos operacionais devido à acumulação de outras atividades);
- Informação (a dificuldade de medir a informação disponibilizada e reportada);
- Legislativo (alterações de prioridades políticas);
- Operacional (a burocracia ou não cumprimento de prazos);
- Comunicação (a comunicação interna pouco efetiva entre e dentro das entidades SGIFR);
- Riscos exteriores (conflitos internacionais, crises sanitárias e/ou financeiras);

Através da monitorização anual do PNA e do processo de gestão adaptativa, prevêem-se mecanismos que previnam estes riscos e mitiguem os seus impactos. Este processo, de índole técnico-institucional, permitirá corrigir desvios e ajustar a programação, tornando mais provável alcançar o cenário[4] da plena realização do PNGIFR, intitulado de "*CONSEGUIMOS*".

Em 2030 constatar-se-á que foi possível mobilizar instituições e recursos públicos e privados para ativar o círculo virtuoso da economia florestal e diminuir o risco. Os proprietários gerem os seus ativos de forma agregada, reinvestem poupanças para alavancar fundos do PRR, PT2030 e PAC para a gestão ativa das florestas e pastagens, em particular no norte e centro litoral, com melhoria da remuneração dos ativos lenhosos e não lenhosos, incluindo receitas por serviços ambientais prestados.

[4] Foram perspetivados mais dois cenários. O "QUASE LÁ" que reflete uma implementação parcial do PNA atingindo-se uma área ardida acumulada de 1,5Mha. No cenário mais pessimista, com uma área ardida acumulada de 2,3Mha, o cenário "CÉU NEGRO", reflete as consequências da inércia institucional perante o agravamento do contexto climático e da deterioração da gestão do território, de um pais incapaz de concretizar a transformação do sistema, alterar processos e mobilizar os proprietários e instituições para a recuperação os mais de 0,5Mha ardidos em 2017, verificando-se cumulativamente um desinvestimento dos privados nas atividades florestais e silvo-pastoris.

Fruto da determinação política e institucional em concretizar o Programa, Portugal em 2030 beneficiará dos seguintes impactos:

1. **Reconhecimento internacional e nacional -** Redução do problema dos incêndios para níveis aceitáveis, em que as vítimas humanas e incêndios muito severos são eventos raros, demonstrando assim a capacidade do País transformar uma tragédia numa oportunidade, reforçando coesão nacional e confiança do cidadão e empresas no sistema político e instituições públicas;

2. **Compromisso global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas clima** - Cumprimento das expectativas de redução das emissões de CO2 conforme o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), evitando a emissão de 47 Megatoneladas de equivalente em Co2[5] acumuladas até 2030, reduzindo do risco real e percebido e aumentando a biodiversidade;

3. **Contributo de 0,3% para o PIB –** Ganho económico de 701M€, resultante do delta entre a não execução do programa (cenário de inércia "*Céu Negro*") e o cenário *"Conseguimos"*[6] a alcançar em 2030, contabilizando a diminuição do prejuízo económico e social provocado pelos incêndios, os bens e serviços adicionais gerados nos espaços silvestres e o aumento do VAB industrial, essencialmente assente em exportações.

4. **60.000 postos de trabalho no interior** – com mais de 21.000 empregos diretos criados na gestão ativa do território e 39.000 empregos indiretos na gestão das infraestruturas, logística e exploração dos serviços gerados pelos espaços florestais e pastoris.

Para atingirmos este cenário releva-se, aqui a importância vital da monitorização a realizar em vários níveis territoriais de governança e a necessidade para o desejado dinamismo do planeamento, assente num movimento circular de propostas e consensos. Considera-se um processo de desagregação descendente (*top-down)* que orienta e enquadra estrategicamente a construção dos programas de nível inferior, e um processo de agregação ascendente (*bottom-up)* que atribui aos planos de nível superior a adaptação à realidade sentida e vivida localmente, a realizar de forma sistemática ao longo do tempo.

Por todas as razões supramencionadas, conclui-se que o Programa Nacional de Ação segue princípios que materializam uma cultura de ação integrada e articulada por parte das entidades em prol da comunidade e uma cultura de ação individual dos cidadãos na promoção da sua própria segurança.

Ambicionando a harmonização entre o Programa de Transformação[7] e o PNGIFR, no ano de 2020, os projetos foram já enquadrados no PNA, permitindo o seu desenvolvimento e execução orçamental em todas as orientações estratégicas, com várias medidas a serem concretizadas e monitorizadas no decorrer do ano.

[5] O delta de emissões provocadas por 205.000ha/ ano vs 60.000ha/ ano de área ardida.

[6] Num contexto de agravamento meteorológico.

[7] Tendo como ponto de partida as medidas previstas na Resolução do Conselho de Ministros nº 157-A/2017, de 27 de outubro, construiu-se um programa que garantisse uma transformação sem ruturas a que se designou Programa de Transformação. Este programa foi sendo desenvolvido desde o final de 2017 e teve continuidade em 2020, ano em que passou a ser enquadrado no PNA.

# 2. ENQUADRAMENTO

O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) é composto por três peças, Estratégia 20-30, Cadeia de Processos e Programa Nacional de Ação. Com a aprovação do PNGIFR, pela RCM nº45-A/2020, de 16 de junho, foi confiada à AGIF, I.P., a elaboração do Programa Nacional de Ação (PNA), bem como, a monitorização da execução do PNGIFR.

Perante o desafio de elaborar o PNA, foi criada uma metodologia assente num processo colaborativo de construção, promovendo a confiança, compromisso e empenho das entidades envolvidas. Essa metodologia teve como principais resultados a concretização das fichas de projeto e a definição de bases para o processo de acompanhamento e implementação do PNA.

Numa primeira fase recolheram-se os contributos que resultaram da discussão pública (encerrada a 12 de fevereiro e da qual resultou o relatório relativo a essa consulta[8]). Durante o mês de março de 2020, iniciou-se a apresentação da proposta preliminar do PNA às principais partes interessadas, tendo-se realizado a primeira sessão com o Observatório Técnico Independente na Assembleia da República (11 de março), a que se seguiu o Conselho Consultivo da AGIF. O processo de auscultação prolongou-se até maio de 2020 com a apresentação de propostas, discussão, elaboração e integração de contributos e primeira apreciação do PNA, por parte das principais entidades públicas[9].

Paralelamente, outras entidades públicas e privadas no domínio operacional, mas também nas áreas económico-financeira, social, académico-científica e ambiental foram igualmente consultadas por terem um papel relevante no domínio SGIFR. Cerca de 28[10] entidades, do universo das partes interessadas, foram convidadas a conhecer o PNA e a dar o seu contributo.

Como nota relevante mais recebida, foi constatado que o PNA é um programa ambicioso, completo e estruturado e que no cômputo geral responde aos desafios atuais e com um foco claro na prevenção dos incêndios. Foi relevada a importância da monitorização permanente dos seus resultados, aspeto considerado essencial para o sucesso do programa.

No que respeita ao enquadramento com a estratégia socioeconómica nacional, o PNA teve presente a "Estratégia Portugal 2030", aprovada pela Resolução Conselho Ministros n.º 98/ 2020, de 13 de novembro, que constitui o enquadramento estratégico para os apoios no âmbito dos fundos estruturais 21-27 e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Considera-se que este processo de elaboração colaborativa permitiu uma construção consistente e consolidada do PNA no qual as entidades se reveem e que se constitui como uma ferramenta de mobilização e de gestão da mudança. Enquanto documento nacional, tem um âmbito de atuação alargado, com programas e projetos equilibrados e de atuação nacional, procurando responder às principais necessidades do SGIFR e de acordo com a estratégia do PNGIFR.

[8] Relatório da Consulta Pública ao PNGIFR
[9] DGT, GNR, ICNF, ANEPC, EMGFA, IPMA, IP, SEVI, SEADR, SECNFOT, SEAI
[10] AFJ, ANAFRE, CRUP, LBP, ForestWise (no âmbito do Conselho Consultivo realizado a 14 julho); OTI; ANMP; ISA – UL; FC –UL; UC; INESC-TEC; REN; CAP; Centro Pinus; Conservation; SONAE Arauco; Baladi; Navigator; INIAV; IFAP; Forestis; DSSmith; Zero; Quercus; SPEA; Geota; WWF; AVIPG

O Programa Nacional de Ação (PNA) concretiza as quatro orientações estratégicas e os doze objetivos específicos do PNGIFR identificando vinte e oito programas e noventa e sete projetos que terão impacto no alcance da Visão do PNGIFR "Portugal protegido de incêndios rurais graves".

Para além disso, o PNA vem aplicar através dos seus projetos, a teoria da mudança apresentada na Estratégia do PNGIFR, que se traduz em ciclos de reforço positivo em que a valorização dos espaços rurais é considerada uma condição necessária para cuidar e gerir de forma sistemática esses mesmos espaços e para a adoção dos melhores comportamentos face ao risco. Desta forma, potencia-se maior eficiência e eficácia das medidas previstas para a gestão do risco, com diminuição de danos e áreas ardidas e com o consequente aumento da valorização do território e apetência para o investimento.

A implementação do PNA permite alcançar um sistema que funcione de forma integrada numa perspetiva de melhoria contínua, pelo que é, em si mesmo, um programa subordinado à lógica de gestão adaptativa face à evolução dos seus projetos.

Em cada projeto, são especificadas as medidas e objetivos, com indicadores e metas associadas e com informação sobre as entidades de coordenação e entidades intervenientes no projeto.

Figura 3 – Arquitetura do PNA

Para além das três (3) metas gerais do PNGIFR (1) vítimas civis são raras; 2) número de incêndios > 500ha são menos que 0,3% do total 3) Área ardida acumulada em 2030 é menor 660.000ha) foram definidas, por orientação estratégica, 20 metas no âmbito do PNA, com resultados globais e específicos esperados em 2030.[11]

Na primeira orientação estratégica," Valorizar os Espaços Rurais", destacam-se os objetivos relacionados com a implementação dos programas de reordenamento e gestão da paisagem e a gestão florestal certificada, potenciando o aumento do VAB Florestal. Os objetivos da segunda orientação estratégica, "Cuidar dos Espaços Rurais" centram-se em assegurar a correta gestão de combustível enquanto os objetivos da orientação "Modificar Comportamentos" direcionam-se para a sensibilização da população e para as práticas educativas. Por fim, na última orientação estratégica, "Gerir o Risco Eficientemente"

[11] Para as metas assumidas neste programa, sempre que aplicável a séries temporais, consideram-se como ponto de partida os valores médios dos últimos 10 anos

procura-se aumentar a eficiência do sistema e os seus resultados, bem como assegurar a melhoria da qualificação dos seus intervenientes.

Consideram-se como fatores críticos de sucesso para atingir as metas definidas, a partilha de informação e cooperação entre as entidades envolvidas e partes integrantes do Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais, durante todo o processo de implementação do PNA.

Não menos relevante é a necessidade de acompanhamento, monitorização e avaliação regular do PNGIFR e seu programa, tendo por base a análise dos indicadores, cumprimento dos mesmos. Dessa análise devem ser clarificadas as eventuais causas de sucesso ou insucesso e possíveis consequências na implementação do Programa de Ação, e dos próprios processos do SGIFR.

No segundo nível territorial, NUTS II, permanece a necessidade de definir prioridades para as iniciativas (quantidades e orçamentos) e sistematizar a escala regional do Programa, consistindo esta transposição em 5 regiões, um primeiro passo, que é intermédio mas fundamental para fazer a ligação do nível nacional ao território e sobretudo atendendo às características, realidades e necessidades das NUTS III, com programas adaptados ao regime de fogo[12] local, características do solo e ecossistemas regionais e respetivas dinâmicas sociais e económicas.

O terceiro nível territorial, NUTS III, tem como objetivo um maior acompanhamento ao nível operacional dos Programas propostos, com maior grau de adaptabilidade/concretização para as diferentes manchas críticas e de articulação entre entidades envolvidas, sendo o passo de ligação com o nível operacional, que se materializa nos programas de execução municipal (278).

No nível territorial municipal prevê-se a execução dos projetos a essa escala, com a responsabilidade de levantar constrangimentos e necessidades de recursos para a operacionalização dos objetivos e metas propostas, o que dará origem à análise e calibração cíclica dos vários Programas de Ação, numa lógica ascendente (*bottom-up)*[13] correspondente a um fluxo no sentido municipal, sub-regional, regional, nacional, tal como descrito no capítulo da "Governança e Gestão Adaptativa".

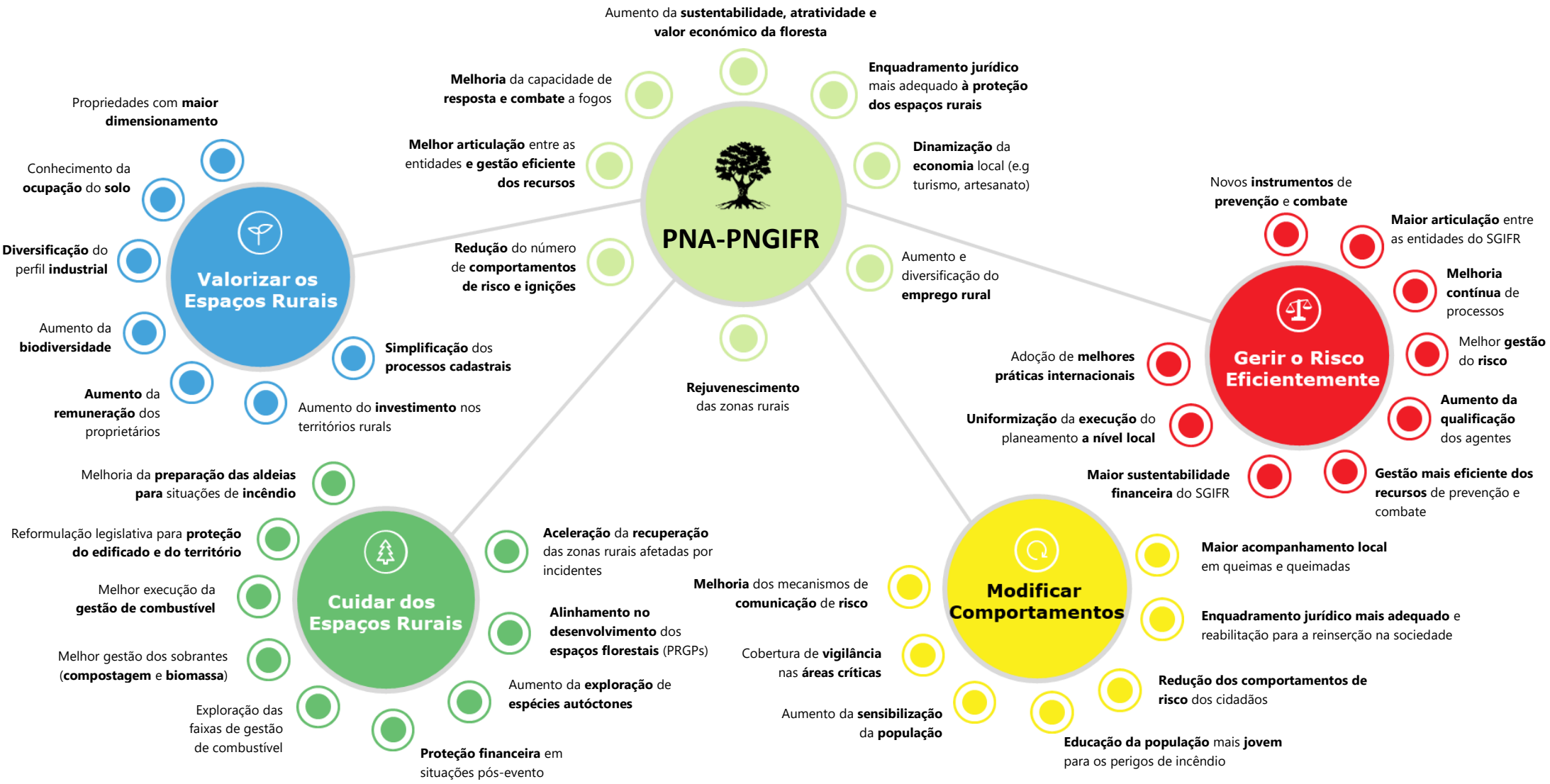
Estes princípios exigirão, pois, uma forma de programação iterativa e dinâmica, com um movimento circular de propostas, consensos, execução e revisão de forma a produzir resultados e atingir as metas que abaixo se enunciam.

[12] Definição de regime de fogo - Os regimes de fogo costumam ser descritos com base em atributos como a frequência, periodicidade, intensidade e tamanho dos fogos, a época típica de ocorrência e a severidade dos efeitos do fogo.
[13] RCM 45/A que aprova o PNGIFR. A cadeia de processos inscrita descreve o planeamento do sistema, através do processo PL1 e o capacitador Governança.

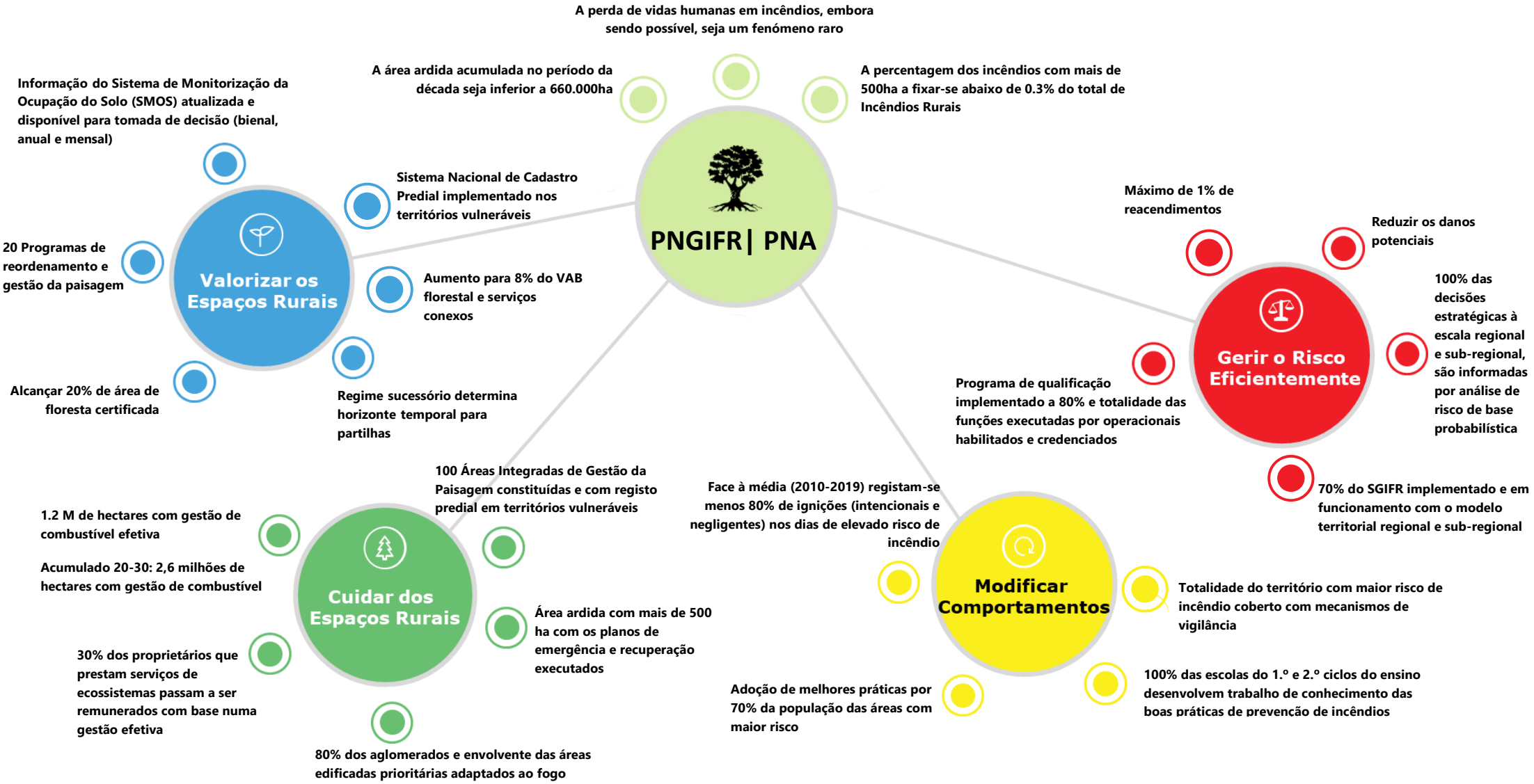
# 3. RESULTADOS e METAS

Através dos seus 28 programas e 97 projetos, o PNA propõe a produção de resultados, que se traduzem nas metas resumidas nas seguintes duas páginas.

# PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS



# METAS DO PNA


PNGIFR| PNA
A perda de vidas humanas em incêndios, embora sendo possível, seja um fenómeno raro
A área ardida acumulada no período da década seja inferior a 660.000ha
A percentagem dos incêndios com mais de 500ha a fixar-se abaixo de 0.3% do total de Incêndios Rurais
Valorizar os Espaços Rurais
Informação do Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) atualizada e disponível para tomada de decisão (bienal, anual e mensal)
Sistema Nacional de Cadastro Predial implementado nos territórios vulneráveis
20 Programas de reordenamento e gestão da paisagem
Aumento para 8% do VAB florestal e serviços conexos
Alcançar 20% de área de floresta certificada
Regime sucessório determina horizonte temporal para partilhas
Gerir o Risco Eficientemente
Máximo de 1% de reacendimentos
Reduzir os danos potenciais
100% das decisões estratégicas à escala regional e sub-regional, são informadas por análise de risco de base probabilística
Programa de qualificação implementado a 80% e totalidade das funções executadas por operacionais habilitados e credenciados
70% do SGIFR implementado e em funcionamento com o modelo territorial regional e sub-regional
Cuidar dos Espaços Rurais
100 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem constituídas e com registo predial em territórios vulneráveis
1.2 M de hectares com gestão de combustível efetiva
Acumulado 20-30: 2,6 milhões de hectares com gestão de combustível
Área ardida com mais de 500 ha com os planos de emergência e recuperação executados
30% dos proprietários que prestam serviços de ecossistemas passam a ser remunerados com base numa gestão efetiva
80% dos aglomerados e envolvente das áreas edificadas prioritárias adaptados ao fogo
Modificar Comportamentos
Face à média (2010-2019) registam-se menos 80% de ignições (intencionais e negligentes) nos dias de elevado risco de incêndio
Totalidade do território com maior risco de incêndio coberto com mecanismos de vigilância
Adoção de melhores práticas por 70% da população das áreas com maior risco
100% das escolas do 1.º e 2.º ciclos do ensino desenvolvem trabalho de conhecimento das boas práticas de prevenção de incêndios

# 4. ARQUITETURA DO PNA

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 1: **VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS**

| Objetivos Estratégicos | Programas | Projetos | Implementação Regional |
|---|---|---|---|
| 1.1 Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal | 1.1.1 Informação Temática de Suporte | 1.1.1.1 Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) | |
| | | 1.1.1.2 Inventário Florestal Nacional (IFN) | |
| | | 1.1.1.3 Desenvolvimento da informação estatística oficial sobre a fileira florestal | |
| | 1.1.2 Cadastro da propriedade | 1.1.2.1 Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) | |
| | | 1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada | Sim |
| | 1.1.3 Redimensionamento da propriedade rústica | 1.1.3.1 Revisão de mecanismos reguladores de prédios rústicos | |
| | | 1.1.3.2 Programa de Emparcelamento | Sim |
| 1.2 Reformar modelo da gestão florestal | 1.2.1 Aumentar a área com gestão integrada | 1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais | Sim |
| | | 1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) | Sim |
| | | 1.2.1.3 Projeto de área de gestão pública | |
| | 1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos | 1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos | Sim |
| | | 1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade | Sim |
| | | 1.2.2.3 Apoio a projetos de bioeconomia e economia circular | |
| | | 1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural | Sim |
| | | 1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais | Sim |
| | 1.2.3 Fomentar a inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor florestal | 1.2.3.1 Aumento do rendimento da fileira florestal no território | |
| | | 1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais | Sim |
| 1.3 Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rústico | 1.3.1 Alargar incentivos à valorização do território | 1.3.1.1 Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais | |

## ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2: **CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS**

| Objetivos Estratégicos | Programas | Projetos | Implementação Regional |
|---|---|---|---|
| 2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada | 2.1.1 Reconverter a paisagem | 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) | Sim |
| | | 2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas | Sim |
| | | 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais com 500 ha e intervir em articulação com as entidades locais | Sim |
| | | 2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) | Sim |
| 2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem | 2.2.1. Executar o programa plurianual de gestão de combustível | 2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível | Sim |
| | | 2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis | Sim |
| | | 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária | Sim |
| | | 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível | Sim |
| | | 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor | Sim |
| | | 2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas | Sim |
| | | 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos | Sim |
| | | 2.2.1.8 Aplicar regras de corte | |
| | | 2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de Gestão Fogos Rurais | Sim |
| | 2.2.2. Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobrantes | 2.2.2.1 Promover processos de compostagem | Sim |
| | | 2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa | Sim |
| 2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado | 2.3.1. Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas | 2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados | Sim |
| | | 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas | Sim |
| | | 2.3.1.3 Incrementar a resiliência do edificado | |
| | | 2.3.1.4 Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras" | Sim |
| | | 2.3.1.5 Mecanismos de cobertura e garantia de correta gestão do risco | |
| | | 2.3.1.6 Robustecer os incentivos financeiros | |

## ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 3: MODIFICAR **COMPORTAMENTOS**

| Objetivos Estratégicos | Programas | Projetos | Implementação Regional |
|---|---|---|---|
| 3.1. Reduzir as ignições de maior risco | 3.1.1. Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas | 3.1.1.1 Regulamentar e promover o uso do fogo | |
| | | 3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas | Sim |
| | | 3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas | Sim |
| | 3.1.2. Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão | 3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas | Sim |
| | | 3.1.2.2 Presença das Forças Armadas nas áreas críticas | Sim |
| | | 3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios | Sim |
| | 3.1.3. Rever o enquadramento jurídico para os comportamentos de risco | 3.1.3.1 Enquadramento jurídico em regime penal | |
| | | 3.1.3.2 Apoio e acompanhamento ao delinquente de fogo posto no âmbito da saúde mental | |
| | | 3.1.3.3 Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais | Sim |
| | | 3.1.3.4 Investigação e processos relativos aos crimes de incêndio como prioritários | |
| 3.2. Especializar a comunicação de risco: Melhorar a perceção do risco e adoção das melhores práticas | 3.2.1. Comunicar para o risco: Portugal Chama | 3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco | Sim |
| | | 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade | Sim |
| | | 3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de emergência | Sim |
| | | 3.2.1.4 Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco | Sim |
| | 3.2.2. Orientar práticas educativas para o risco | 3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco | Sim |

## ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 4: GERIR **O RISCO EFICIENTEMENTE**

| Objetivos Estratégicos | Programas | Projetos | Implementação Regional |
|---|---|---|---|
| 4.1. Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco | 4.1.1 Especializar a análise de risco | 4.1.1.1 Cartografia de risco | |
| | | 4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão | Sim |
| | | 4.1.1.3 Plataforma com produtos e serviços meteorológicos para incorporação na análise de risco | |
| | | 4.1.1.4 Emissão de avisos relativos ao risco de incêndio rural | |
| | 4.1.2 Implementar o planeamento | 4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR) | Sim |
| | | 4.1.2.2 Programação e dimensionamento do sistema | Sim |
| | | 4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução | Sim |
| | | 4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais | Sim |
| | 4.1.3 Orçamentar Sistema com uma visão integrada | 4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual | Sim |
| | | 4.1.3.2 Mapeamento e mobilização de fontes de financiamento | |
| | | 4.1.3.3 Alteração da lei das transferências das autarquias | |
| 4.2. Implementar um modelo capacitado de governança do risco | 4.2.1 Reforçar as competências de governança do risco | 4.2.1.1 Funcionamento e reforço das instituições | |
| | | 4.2.1.2 Projeto SGIFR de trabalho em rede | |
| | 4.2.2 Implementar um sistema de melhoria contínua | 4.2.2.1 Sistema de monitorização e avaliação | Sim |
| | | 4.2.2.2 Prémios indexados aos resultados | |
| | | 4.2.2.3 Sistema de lições aprendidas | Sim |
| | 4.2.3 Definir políticas de acordo com o enquadramento supranacional | 4.2.3.1 Proposta de gestão integrada de fogos rurais no âmbito da EU | |
| | | 4.2.3.2 Conferência mundial dos incêndios rurais em Portugal (2023) | |
| | | 4.2.3.3 Práticas internacionais no sistema português | |
| | 4.2.4 Desenvolver Sistemas de informação e comunicação integrados | 4.2.4.1 Sistema de informação integrado para planeamento, gestão operacional, monitorização e controlo | |
| | | 4.2.4.2 Conhecimento da localização dos meios | |
| | | 4.2.4.3 Sistemas de comunicação eficazes, resilientes e eficientes | |
| | | 4.2.4.4 Redes de comunicações eletrónicas em canais subterrâneos | |
| | | 4.2.4.5 Revisão da solução tecnológica e do modelo contratual do SIRESP | |
| 4.3 Redesenhar a gestão do Sistema | 4.3.1 Implementação de melhorias organizacionais | 4.3.1.1 Implementação do modelo organizativo de modo faseado | Sim |
| | | 4.3.1.2 Apoio à decisão operacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil | |
| | | 4.3.1.3 Programa de sapadores florestais | |
| | | 4.3.1.4 Especialização de agentes e de entidades | |
| | | 4.3.1.5 Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos Incêndios Rurais | Sim |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 4.3.2 Gestão eficiente das ocorrências | 4.3.2.1 Adaptação do SGO às melhores práticas internacionais | |
| | | 4.3.2.2 Gestão dos meios aéreos | |
| | | 4.3.2.3 Gestão da supressão | Sim |
| | | 4.3.2.4 Definição de critérios para classificação como fogo de gestão | |
| 4.4. Aumentar a qualificação dos Agentes SGIFR | 4.4.1 Implementar o programa nacional de qualificação dos Agentes SGIFR | 4.4.1.1 Mapear as qualificações e os perfis profissionais de competências do SGIFR e elaborar referenciais de capacitação, reconhecimento e qualificação adequados | |
| | | 4.4.1.2 Rede de entidades formadoras/instituições de ensino e bolsa de formadores/professores credenciados | |
| | | 4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR | Sim |
| | | 4.4.1.4 Oferta formativa de nível superior | |
| | | 4.4.1.5 Projeto IGnacia – Promoção da Igualdade de Género no âmbito do SGIFR | |
| | 4.4.2 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais | 4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais | Sim |
| | 4.4.3 Gestão do conhecimento | 4.4.3.1 Reforçar a capacidade de I&D nacional, inclusive nas entidades SGIFR, na gestão integrada de fogos rurais | |
| | | 4.4.3.2 Transferir conhecimento para resolução de problemas | |
| | | 4.4.3.3 Estimular a supercomputação e sistemas operacionais no apoio à decisão | |
| | | 4.4.3.4 Criar uma rede nacional e integrada de *testbeds* no SGIFR para estimular a adoção e testar a implementação de boas práticas | |

# 5. FICHAS DE PROJETO

## OE1| VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

**Objetivo**: Considera-se que esta orientação estratégica será o impulso que visa alterar a paisagem rural de forma sustentável e duradoura. Para mobilizar a sociedade e reduzir o perigo dos incêndios é necessário que se reconheça o valor presente e futuro dos bens e serviços gerados nos espaços rurais. Os objetivos estratégicos e programas subjacentes a esta orientação estratégica têm uma forte componente de ordenamento do território, pois estabelecem políticas de valorização do território, tais como: adaptar os territórios, remunerar os serviços prestados pelo capital natural, alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação, incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território e garantir a diminuição da exposição a riscos.

**Metas da Orientação estratégica:**

- Informação do Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) atualizada e disponível para tomada de decisão (bienal, anual e mensal)
- Sistema Nacional de Informação Cadastral implementado nos territórios vulneráveis
- Regime sucessório determina horizonte temporal para partilhas
- 20 Planos de Reordenamento e Gestão da Paisagem (com gestão agregada)
- Alcançar 20% de área de floresta certificada
- Aumento para 8% do VAB florestal e serviços conexos

**Orçamento total da Orientação Estratégica:** 769 M €

**Fontes de Financiamento:** Orçamento do Estado, Fundo Ambiental, Fundos Comunitários, SAMA, FEADER, FEAGA, PO e PO Regionais, Fundos de Investimento, Horizonte Europa, Plano de Recuperação e Resiliência

**Articulação com outros Planos:** Lei de Bases de Política Florestal; Estratégia Nacional para as Florestas; Programa Nacional da Politica de Ordenamento do Território; Programas Regionais de Ordenamento Florestal; Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação; Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade; Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas; Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030; Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050; Plano Nacional Energia e Clima 2030; PAC 2014-2020; Plano Estratégico PAC pós-2020; Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030, Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050; Plano Nacional Energia e Clima 2030, Programa de Revitalização do Pinhal Interior; Programa de Transformação da Paisagem; Plano de Recuperação e Resiliência 21-26

# OB 1.1| CONHECER A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E REDIMENSIONAR A GESTÃO FLORESTAL

## PROGRAMA 1.1.1| INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE SUPORTE

# Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS)

**1.1.1.1**

### Objetivos

Criação de um sistema de monitorização da ocupação do solo de forma a desenvolver informação da cobertura do território e permitir uma melhor gestão

### Principais resultados esperados

- Melhorar o conhecimento da ocupação do solo
- Informação de natureza territorial atualizada e padronizada para todo o território, adaptada aos vários fins de monitorização e reporte

### Entregável

COS, COSsim, MIAEV, CRUS e Modelo Digital do Terreno

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC/ SECNFOT** |
| **Responsável** | **DGT** |
| **Suporta** | **ICNF, SEJ** |
| **Consulta** | **IFAP, DGADR, APA, CCDR, ANEPC, IPMA** |

### Iniciativas/Medidas

- Disponibilizar a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) produzida com base em ortofotomapas e de um conjunto de produtos complementares com origem no processamento digital de imagens de satélite, nomeadamente Mapas Intra-Anuais do Estado da Vegetação (MIAEV) e uma cartografia de ocupação do solo, que constitui uma versão simplificada da COS mas que tem a vantagem de ter uma produção anual, designando-se por COSsim.
- Realizar as adaptações necessárias da COS aos critérios e conceitos FAO/IFN, essencial para a execução da legislação florestal.
- Disponibilizar a Carta de Regime de Uso do Solo (CRUS)
- Disponibilizar a Carta de Macro-Risco das envolventes às áreas edificadas
- Cobrir o território com voo LiDAR e disponibilizar dados e produtos derivados: Modelo Digital do Terreno
- Cobrir o território com imagens de grande resolução espacial adquiridas por avião e por satélite, e disponibilizar ortoimagens

### Indicadores de realização

- Disponibilização da COS (bienal), da COSsim (anual) e dos MIAEV (mensal) no prazo definido
- Disponibilização da CRUS (anual) no prazo definido
- Disponibilização da Carta de Macro-Risco das envolventes às áreas edificadas
- Disponibilização dos produtos derivados dos dados LiDAR no prazo definido
- Disponibilização bienal de ortoimagens de grande resolução espacial no prazo definido

### Metas x

2021: Adaptação da COS aos critérios e conceitos FAO/IFN
2022-2030: Entrega bienal da COS, até dois anos depois do ano de referência (março)
2021: Desenvolvimentos metodológicos para atualização da COSsim e realização de testes em cinco áreas piloto
2022: Disponibilização da COSsim para 2019, 2020 e 2021
2023-2030: Disponibilização anual, até 31 de março do ano seguinte, da COSsim
2021: Desenvolvimentos metodológicos para produção dos MIAEV e realização de testes em cinco áreas piloto
2022-2030: Disponibilização mensal do MIAEV até ao dia 15 do mês seguinte
2020-2030: Entrega anual, até 31 de março do ano seguinte, da CRUS
2021: Desenvolvimento de metodologias para atualização da envolvente de áreas edificadas com imagens de satélite e realização de testes em cinco áreas piloto
2022-2030: Entrega anual, até 31 de março do ano seguinte, da Carta de Macro-Risco das envolventes às áreas edificadas
2022: Realização da Cobertura LiDAR, até dezembro
2022-2030: Disponibilização bienal de ortoimagens, até 30 de junho do ano seguinte ao da aquisição das imagens por avião ou satélite
2023: Produção do Modelo Digital do Terreno (MDT)
2023: Disponibilização da cobertura LiDAR e do MDT,
2024: Produção da Cartografia de Biomassa e Volume de Madeira
2024: Disponibilização da Cartografia de Biomassa e Volume de Madeira o

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.1.2
- 1.1.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **24,8M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, FEDER, PRR

# Inventário Florestal Nacional (IFN)

**1.1.1.2**

### Objetivos

Assegurar a execução contínua e dinâmica do IFN com âmbito de avaliação expandido através da monitorização dos recursos florestais relativamente à sua produção, produtividade, riscos, sanidade e capacidade de sequestro de carbono e introduzir tecnologias inovadoras de recolha de dados e sua análise, fundamental para a valoração da floresta, quantificação de biomassa, avaliação dos serviços dos ecossistemas, cartografia de risco e paisagem

### Principais resultados esperados

- Monitorização mais detalhada (quantidade e qualidade) dos recursos florestais nacionais
- Novas tecnologias de recolha e produção de informação

### Entregável

Publicação do 7º IFN

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC/ SECNFOT** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **DGT** |
| **Consulta** | **OPF** |

### Iniciativas/Medidas

- Assegurar, entre o ICNF e a DGT, as adaptações necessárias ao nível da cartografia de ocupação do solo de modo a assegurar a compatibilização destes dois níveis de informação
- Incorporar novas tecnologias nos processos de recolha de dados, processamento da informação e sua divulgação (exemplos internacionais de IFN)
- Garantir a atualização contínua da informação, incluindo a cartografia nacional de estrutura de vegetação e/ou cartografia nacional de combustíveis (atualizada de 3 em 3 anos)
- Desenvolver produtos cartográficos ao nível dos serviços dos ecossistemas nas tipologias de ocupação do solo: Cartografa de Biomassa e Volume de Madeira
- Disponibilizar informação atualizada ao público

### Indicadores de realização

- Novos produtos cartográficos/tecnologias de recolha de dados e produção de informação introduzidos

### Metas

- 2022: Cartografia nacional de estrutura de vegetação e/ou de combustíveis
- 2021: Novo modelo do IFN implementado
    - 2025-2030: IFN realizado de 5 em 5 anos com atualização contínua
- 2024: Publicação do 7.º IFN

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.1.1
- 1.1.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **5M EUR**

### Fontes de financiamento

ICNF, FA, PRR

# Desenvolvimento da informação estatística oficial sobre a fileira florestal

**1.1.1.3**

### Objetivos

Desenvolver a informação estatística oficial sobre a fileira florestal, melhorando o acesso das estatísticas já existentes e, no contexto dos recursos disponíveis, projetar e produzir novas estatísticas oficiais que se revelem necessárias ao desenvolvimento do conhecimento científico, à conceção de políticas públicas e consequente monitorização dos seus resultados.

A produção de novas estatísticas oficiais deve basear-se tanto quanto possível na apropriação da informação administrativa para fins estatísticos e, quando absolutamente necessário, na construção de novos sistemas eficazes de obtenção e de validação de informação primária. Estes sistemas deverão beneficiar da participação efetiva das principais entidades, nomeadamente DGT, ICNF e GPP.

### Principais resultados esperados

Ampliar o conhecimento sobre a fileira para o suporte à tomada de decisão.

### Entregável

Disponibilização pública de um dossiê estatístico sobre a fileira florestal

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **PCM** |
| **Responsável** | **INE** |
| **Suporta** | **DGT, AGIF, ICNF, GPP** |
| **Consulta** | **METD, DGAE, organizações da fileira florestal e organizações associativas do setor** |
| **Informa** | **Todas as entidades SGIFR** |

### Iniciativas/Medidas

- Realizar análise de referência (*benchmark)* sobre as melhores práticas internacionais em estatísticas sobre a fileira, nomeadamente no contexto do Sistema Estatístico Europeu;
- Avaliação pelo INE da alteração do conteúdo das contas económicas da silvicultura tendo em conta sugestões de alargamento do seu âmbito e os desenvolvimentos que ocorram nesta matéria no Sistema Estatístico Europeu.
- Desenvolver a informação socioeconómica de enquadramento da fileira, nomeadamente numa perspetiva de detalhe espacial.
- Prestar apoio, no contexto dos recursos disponíveis e do enquadramento institucional das estatísticas oficiais, à implementação de outros projetos no âmbito da facilitação de informação relevante para a tomada de decisão

### Indicadores de realização

- Relatório bienal de síntese sobre os progressos efetuados, o primeiro a disponibilizar em 2023.

### Metas

- 2021-2030: Ampliação da informação estatística oficial sobre a fileira florestal

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.1.1
- 1.1.1.2

### Orçamento Identificado

Total: **100K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# OB 1.1| CONHECER A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E REDIMENSIONAR A GESTÃO FLORESTAL

## PROGRAMA 1.1.2| CADASTRO DA PROPRIEDADE

# Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC)

**1.1.2.1**

### Objetivos

Garantir uma articulação do Sistema de Cadastro Predial ou do Sistema Nacional de Informação Cadastral com o BUPi, uma plataforma que surge com o intuito de conhece território português de forma simples e inovadora, modernizando os processos administrativos associados, possibilitando a identificação dos proprietários das áreas em risc incêndio e a prevenção da incidência de fogos em defesa do ambiente e dos bens, e cadastros inseridos em AIGP e ZIF, assinando acordos com os municípios.

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **DGT** |
| **Suporta** | **MJ/SEJ, eBUPi, AT/ MF** |

### Principais resultados esperados

- Repositório central de informação do cadastro da propriedade, facilitando o acesso à informação e a padronização da mesma
- Simplificação dos processos cadastrais
- Maior clareza no regime jurídico do cadastro predial
- Acesso público e gratuito do cadastro em todo o país.

### Iniciativas/Medidas

- Aprovar o novo regime jurídico do cadastro predial, articulado com o regime jurídico da informação cadastral simplificada[14]
- Desenvolver o sistema nacional de cadastro predial com identificação dos módulos prioritários a ser implementados: base de dados de cadastro predial (DGT- candidatura apresentada ao SAMA); Balcão Único (MJ); Plataforma de interoperabilidade da Administração Publica (MJ)
- Vetorizar, atualizar e converter o cadastro geométrico da propriedade rústica (CGPR) em cadastro predial (DGT)
- Executar as operações de cadastro predial em AIGP

### Indicadores de realização

- Cumprimento do prazo de publicação do Decreto-Lei que aprova o regime jurídico do cadastro predial
- Nº de prédios do CGPR disponíveis ao público (visualizador DGT/SNIC)
- % de área de AIGP com prédios em regime de cadastro (valor de referência estimado – 100.000ha=100 AIGP x 1000ha)

### Metas

- 2021: Decreto-lei em vigor
- 2021: Conclusão da realização de operações de cadastro em 4 AIGP do Pinhal Interior
- 2022: 110 concelhos com CGPR vetorizado, atualizado e disponível ao público (visualizador DGT/SNIC)
- 2030: 100 AIGP com cadastro
- 2024-2030: 30 000 ha cadastrados (70% da área total estimada para AIGP> 43 000 ha)
- 2020-2030: 80% das áreas ardidas com cadastro

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.2.2
- 1.1.3.2
- 2.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **2,6M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, SAMA

[14] De acordo com procedimento legislativo

# Sistema de informação cadastral simplificada

**1.1.2.2**

### Objetivos

Garantir uma articulação do Sistema de Cadastro Predial ou Sistema Nacional de Informação Cadastral com o BUPi, uma plataforma que surge com o intuito de conhecer o território português de forma simples e inovadora, modernizando assim os processos administrativos associados, possibilitando a identificação dos proprietários das áreas em risco de incêndio e a prevenção da incidência de fogos em defesa do ambiente e dos bens, e cadastros inseridos em AIGP e ZIF, assinando acordos com os municípios.

### Principais resultados esperados

- Aumento da área cadastrada no território em particular nos territórios vulneráveis
- Modernização dos processos administrativos, permitindo a identificação detalhada dos cadastros

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MJ /SEJ** |
| **Responsável** | **eBUPi, IRN** |
| **Suporta** | **DGT, AT/MF** |
| **Consulta** | **AU, IFAP, ICNF, DGADR, CIM** |

### Iniciativas/Medidas

- Evoluir a plataforma BUPi para integrar os municípios sem cadastro e criar mecanismos de interoperabilidade que garantam a harmonização da informação a disponibilização de dados para as entidades intervenientes no sistema
- Garantir a adoção do BUPi: operacionalizar o cadastro simplificado nos municípios
- Garantir o acesso a procedimento especial de registo e de justificação em municípios com cadastro
- Criar uma plataforma de partilha de dados com instituições e cidadãos que disponibilize uma camada de dados geográficos abertos de forma a extrair conhecimento e criar valor sobre o território
- Desenvolver projeto piloto, no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem (Pinhal Interior), identificando os proprietários e associando o registo predial
- Identificar e desenvolver mecanismos de resolução de conflitos de RGG
- Conceber e implementar um plano global de atividades de comunicação e *marketing* para garantir a necessária adesão dos cidadãos ao BUPi

### Indicadores de realização

- % de área conhecida; nº de RGG submetidas; nº de RGG convertidas em Registo; nº de RGG convertidas em cadastro predial
- Número de protocolos assinados
- % importação de dados de registo para BUPi; nº de camadas de informação disponibilizadas
- % de RGG sem sobreposições nos 4 municípios; nº registos definitivos; nº de sobreposições solucionadas processadas dentro da plataforma

### Metas

- 2021: 30% de área conhecida nos municípios sem cadastro predial; disponibilizar mecanismos de interoperabilidade;
- 2020: Adesão de 141 municípios; 5 000 ha de território em AIGP
- 2021: 100% dos dados importados para plataforma BUPi
- Disponibilização de informação dos 4 municípios sem cadastro (Piloto: Sertã e Proença-a-Nova; Novos: Oleiros e Vila de Rei)
- 2021: Processamento automático de sobreposições
- 2021: 50 RGG mensais online
- 2023: 90% da área conhecida nos municípios sem cadastro predial
- 2023: 100% do território nacional articulado com o BUPi
- 2030: 80% das áreas ardidas com informação cadastral

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.2.1
- 1.1.3.2
- 2.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **25,7M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, SAMA, PRR, Fundo Ambiental

# OB 1.1| CONHECER A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E REDIMENSIONAR A GESTÃO FLORESTAL

## PROGRAMA 1.1.3| REDIMENSIONAMENTO DA PROPRIEDADE RÚSTICA

# Revisão de mecanismos reguladores de prédios rústicos

**1.1.3.1**

### Objetivos

Criar estímulos à cessação da divisão com vista a assegurar a aplicação da lei referente ao fracionamento da propriedade

### Principais resultados esperados

- Aumento do número de propriedades com maior dimensão, por forma a manter áreas de cultura economicamente viável e assegurar a exploração dos terrenos (evitando assim o abandono)

### Entregável

- Relatório sobre o quadro normativo vigente e áreas suscetíveis de melhoria
- Normas do regime sucessório

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MJ** |
| **Responsável** | **SEJ** |
| **Suporta** | **MF** |
| **Consulta** | **DGADR, SECNFOT** |

### Iniciativas/Medidas

- Avaliação dos tipos de alterações em matéria sucessória e de partilha de bens com o objetivo de agilizar e simplificar procedimentos e respetivos mecanismos legais
- Elaboração das eventuais propostas de diplomas legislativos[15]
- Análise sobre a criação de incentivos e penalizações fiscais (IMI rústico)

### Indicadores de realização

- Propostas legislativa submetidas ao Parlamento e regras procedimentais em 2021
- Horizontes mais curtos para as partilhas
- Número de hastas públicas

### Metas

- 2022: Novas normas em vigor

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

[15] De acordo com procedimento legislativo

# Programa de Emparcelamento

**1.1.3.2**

### Objetivos

Desenvolver e implementar um programa de incentivos ao emparcelamento rural em minifúndio com a finalidade de promover o redimensionamento de prédios rústicos que possibilite a obtenção de áreas mínimas de cultura economicamente viáveis.

### Principais resultados esperados

- Incremento do emparcelamento rural em minifúndio possibilitando a obtenção de áreas mínimas de cultura economicamente viável
- Aumentar a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MA/SEADR, MAAC/SECNFOT** |
| **Responsável** | **DGADR, IFAP** |
| **Suporta** | **DRAP, ICNF, AT** |
| **Consulta** | **AU, DGT** |

### Iniciativas/Medidas

- Criação de Programa "Emparcelar para Ordenar", com a definição dos mecanismos de incentivos propostos
- Desenvolvimento de uma linha de crédito de apoio ao emparcelamento e respetivas condições de adesão
- Atribuição de um subsídio não reembolsável para aquisição de prédios rústicos
- Alargar as isenções fiscais
- Criar uma campanha de proximidade de divulgação do programa "Emparcelar para Ordenar" destinado a empresários e proprietários rurais
- Definição de um modelo de acompanhamento do Programa

### Indicadores de realização

- Realizar análise *benchmark* (casos de emparcelamento realizados em Portugal e impactos)
- "Emparcelar para Ordenar" implementado
    - N.º de prédios e área sujeita a redimensionamento em territórios classificados como vulneráveis
    - Montante utilizado na linha de crédito de apoio ao emparcelamento (€)
    - Montante de subsídio não reembolsável atribuído para aquisição de prédios rústicos (€)
    - Nº de proprietários alcançados pela campanha divulgação

### Metas

- 2020: Lançar o Programa "Emparcelar para Ordenar"
    - 2020: Linha de crédito bonificada de 1 M€ | Subsídio não reembolsável para aquisição de prédios rústicos de 0,5 M€
    - 2025: 1500 ha abrangidos pelo Programa
        - 2022: 600 ha
        - 2024: 600 ha
        - 2025: 300 ha
    - 2030: 3000 prédios sujeitos a emparcelamento nos territórios vulneráveis

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.3.1
- 2.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **1,5M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, PRR

# OB 1.2| REFORMAR O MODELO DA GESTÃO INTEGRADA

## PROGRAMA 1.2.1| AUMENTAR A ÁREA COM GESTÃO INTEGRADA

# Gestão agregada de territórios rurais

**1.2.1.1**

### Objetivos

Incentivar a gestão agregada de territórios rurais através de entidades de gestão coletiva, com foco na atividade silvícola, pastoril e agro-florestal, fomentando criação de novas entidades e o aumento da área por elas gerida, cimentado também através de Contratos-Programa com as OPF, Sociedades Florestais, entre outro Criação e desenvolvimento de um processo dinâmico de gestão do território comunitário, numa lógica do associativismo, de gestão agregada de baldios submetid a regime florestal, e de partilha com entidades públicas, numa ótica de uma nova economia de escala criada nos baldios, celebrando para o efeito contratos-program

### Principais resultados esperados

A gestão agregada de territórios rurais permite atingir vantagens relacionadas com a escala e integração, tais como melhorias ao nível do planeamento do terreno operacionais, facilidade de comunicação e potencias reduções de custo de exploração.
Constituição e funcionamento de Agrupamento de Baldios (AdB) melhorando a qualidade da gestão levada a cabo por cada uma das Unidades de Baldio que os venham a integrar, valorizando e defendendo os terrenos baldios submetidos a regime florestal, dando continuidade à gestão florestal dos baldios levada a cabo em parceria com o ICNF, I.P., e aumentando o potencial da cogestão agregada.

### Entregável

Quadro de incentivos para as entidades de gestão. Quadro de incentivos para a constituição e funcionamento de AdB, em modelo de administração autónoma ou de parceria com o ICNF, I.P.

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC/SECNFOT** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **DGT, OPF, entidades gestoras de ZIF Municípios, organizações de baldios, federações de baldios, Agrupamento de baldios** |

### Iniciativas/Medidas

- Definição de um quadro de incentivos para a constituição e atividade de entidades de gestão UGF e EGF.
- Identificação de pequenas propriedades e áreas com potencial para gestão
- Incentivar a gestão florestal, nomeadamente através de entidades de gestão florestal e entidades de investimento coletivo em recursos florestais
- Realizar o cadastro da propriedade em ZIF e AIGP
- Assinatura de contratos-programa com as ZIF ou entidades de gestão de AIGP e definição de planos de gestão florestal (PGF) ou de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), no caso de AIGP
- Realizar ações de capacitação para as áreas territoriais ZIF e entidades de gestão

- Definição de um quadro de incentivos para a constituição e dinamização de AdB;
- Identificação dos Baldios com as mesmas características em termos da gestão florestal e possibilidade da sua agregação;
- Incentivar as comunidades locais dos compartes a agruparem-se para assim valorizarem e melhorarem a defesa dos seus baldios;
- Realizar a inscrição matricial e cadastral de todos os Baldios;
- Elaborar e executar planos de utilização dos recursos dos Baldios;
- Criar dimensão territorial nos Baldios agrupados, potenciando a gestão do território comunitário e a defesa dos baldios submetidos a regime florestal e organizados em AdB.

### Indicadores de realização

- Área com atividade silvícola e n.º de entidades de aderentes
  - Área de ZIF em gestão total
  - Área de EGF e UGF
  - N.º de contratos-programa estabelecidos com PGF ou OIGP
  - N.º de PGF e OIGP executados conforme calendário
- Σ valor do ativo por EGF/UGF/ ZIF

- Áreas de baldios abrangidas e agrupadas em AdB;
- Número de unidades de baldio (baldios) envolvidas nos AdB;
- Número de contratos programa- estabelecidos.

### Metas

- 2025: 50 novas unidades de gestão coletiva (UGF)
- 2025: Aumento do número de ZIF em 5%
- 2025: Aumento da área gerida por ZIF, UGF e EGF em 20%
- 2020-2030: 50.000 ha/ano da área de ZIF e AIGP com cadastro da propriedade
- 2030: 100% da área de AIGP com cadastro da propriedade

- 2022 – 25% da área de baldios submetidos a regime florestal integra AdB
- 2026 – 40% da área de baldios submetidos a regime florestal integra AdB
- 2030 – 80% da área de baldios submetidos a regime florestal integra AdB

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.2.2
- 1.1.3.2
- 2.1.1.1
- 2.2.1.2 a 2.2.1.6
- 2.2.1.9
- 2.3.1.2
- 3.1.1.3
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **41M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, PRR

# Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)

**1.2.1.2**

### Objetivos

Implementar programas destinados a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir e consumir melhores serviços a partir dos ecossistemas, potenciando uma gestão ativa e sustentável do território. Estes programas devem ser desenvolvidos em articulação com as políticas de ordenamento do território e os instrumentos de gestão agroflorestal com o objetivo de promover uma alteração estrutural nos modelos de ocupação e gestão destes territórios

### Principais resultados esperados

- Aumento da área rural sujeita a uma gestão sustentável
- Garantir a resiliência e rendimento dos proprietários

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC/ SECNFOT** |
| **Responsável** | **DGT** |
| **Suporta** | **ICNF, DRAP, AGIF, Municípios, IRN** |
| **Consulta** | **CCDR, CIM** |

### Iniciativas/Medidas

- Delimitar os territórios para implementar os PRGP
- Elaborar PRGP em Territórios Vulneráveis
- Implementar e monitorizar PRGP em territórios vulneráveis

### Indicadores de realização

- Cumprimento do prazo de aprovação do Diploma Legal
- Área abrangida PRGP
- Nº de PRGP elaborados; Nº de PRGP aprovados; Nº de PRGP em implementação
- Área abrangida por Financiamento dos Serviços dos Ecossistemas

### Metas

- 2020: Carta dos territórios vulneráveis a sujeitar a PRGP publicada
- 2030: 20 PRGP aprovados
  - 2021: 4 PRGP em elaboração (Serras da Lousã-Açor; Alto Douro e Baixo Sabor; Serras do Marão, Alvão e Falperra; Serra da Malcata); mais 1 PRGP aprovado (Pinhal Interior)
  - 2023:10 PRGP em elaboração e mais 2 aprovados
- 2025: 5 PRGP em implementação
- 2025: 40% da área de PRGP com financiamento dos serviços de ecossistemas

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.1.1
- 2.1.1.3
- 1.2.2.2
- 1.2.2.1
- 1.2.2.6
- 1.2.2.4
- 1.2.2.5

### Orçamento Identificado

Total: **4,2M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, PO SEUR, PRR

# Projeto de área de gestão pública

**1.2.1.3**

### Objetivos

Desenvolver um quadro legislativo que permita acionar um conjunto de mecanismos que potenciam uma melhor gestão e proteção florestal, nomeadamente (1) a implementação do regime de gestão de prédios sem dono conhecido, (2) a implementação do instrumento de intervenção administrativa de arrendamento forçado no âmbito das AIGP e (3) a atualização do regime florestal de forma a otimizar a gestão das áreas submetidas a este Regime

### Principais resultados esperados

- Existência de mecanismos que permitem maior flexibilidade e capacidades de gestão sobre os espaços rurais

### Entregável

Propostas legislativas[16] para cada um dos 3 pontos definidos

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| Coordenador | MAAC |
| Responsável | SECNFOT, ICNF, Florestgal |
| Suporta | Municípios |
| Consulta | ICNF, DGT, DGADR, IRN |

### Iniciativas/Medidas

1. Implementar o regime de gestão de prédios sem dono conhecido: nos casos em que não é possível determinar o proprietário, aplica-se o previsto no decreto-lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro, que estabelece o "registo provisório de aquisição a favor do Estado", nomeadamente a sua atribuição da sua gestão à Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S. A. (Florestgal)
2. Implementar arrendamento forçado no âmbito das Ações Integradas de Gestão da Paisagem: instrumento de intervenção administrativa para execução da política florestal de reconversão e gestão de áreas territorialmente delimitadas.
3. Atualizar a figura do Regime Florestal: instrumento de intervenção administrativa para execução da política florestal do início do Séc. XX, será revisto e atualizado para potenciar a sua aplicação na proteção do ambiente e promoção da gestão florestal no longo prazo

### Indicadores de realização

- Elaboração de propostas legislativas
- Operacionalização dos novos regimes em vigor

### Metas

- 2020: Aprovação do diploma do Arrendamento forçado
- 2021: Aplicação do Regime de prédios sem dono conhecido
- 2021: Aprovação de Diploma que atualiza a figura do Regime Florestal

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.1.1.1
- 1.1.2.1
- 1.1.2.2

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

[16] De acordo com procedimento legislativo

# OB 1.2| REFORMAR O MODELO DA GESTÃO INTEGRADA

## PROGRAMA 1.2.2| MOBILIZAR O POTENCIAL ECONÓMICO DOS RECURSOS ENDÓGENOS

# Modelo de financiamento multifundos

**1.2.2.1**

### Objetivos

Definição e implementação de modelo de financiamento mais ajustado e integrado às necessidades de intervenção dos espaços agro-florestais, em particular naqueles em há necessidades de estruturação prementes. As operações passam a beneficiar de apoios ao investimento e de apoios à gestão e manutenção, durante o período de 20 anos, incluindo remuneração de serviços prestados pelos ecossistemas.

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, MA** |
| **Responsável** | **SECNFOT, SEADR** |
| **Suporta** | **SEVI, CCDR** |
| **Consulta** | **Organizações da fileira florestal e associações do setor florestal, ForestWise** |

### Principais resultados esperados

- Programação plurianual das iniciativas de fomento da produção florestal e conservação dos recursos naturais e pecuária extensiva
- Apoio aos produtores locais para a conservação e manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas em geral
- Melhoria das condições ambientais e de sustentabilidade florestal

### Iniciativas/Medidas

- Definição das linhas orientadoras de atuação do programa, incluindo os territórios de atuação, quantificação dos apoios, etc.
- Programação das iniciativas de fomento a produção florestal, conservação da natureza e pecuária extensiva, concretizando a Estratégia nacional para as florestas, a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade e o fomento pecuário
- Apoiar o investimento em espécies mais adaptadas aos territórios, compensando a perda de rendimento associada à promoção de serviços ambientais e à redução da vulnerabilidade da floresta, através de:
    - Investimentos que visem a expansão de espécies autóctones e/ou de crescimento lento, incluindo pinheiro-bravo, etc.
    - Investimentos que visem aumentar a produtividade dos povoamentos florestais
    - Investimentos que prevejam a reconversão de povoamentos, nomeadamente de áreas de eucalipto de baixa produtividade, para formações florestais de interesse do ponto de vista de conservação, e a recuperação e manutenção de áreas agrícolas para compartimentação de povoamentos florestais
    - Investimentos que prevejam a reconversão e manutenção de explorações agrícolas e silvopastoris (em particular em regime extensivo, de sequeiro, biológico ou associado à pluriatividade) com o objetivo de criar mosaicos
- Elaborar uma abordagem e contacto e comunicação com os produtores florestais e proprietários agrícolas

### Indicadores de realização

- Investimento Total aprovado (€) pelo Programa multifundos
- Nº de candidaturas e investimento aprovado nos territórios vulneráveis
- Nº de candidaturas e investimento aprovado em áreas de gestão coletiva (AIGP, ZIF)
- N.º de hectares instalados e gestão em SIG colocado no PLIS
- Número de beneficiários em minifúndio
- Número de hectares instalados por espécie
- Número de hectares intervencionados por espécie

### Metas

- 2024: 26.500 ha instalados e apoiados pelo Programa multifundos

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.1.2
- 2.1.1.1
- 2.1.1.2
- 2.1.1.3
- 2.2.1.5

### Orçamento Identificado

Total: **290M EUR**

### Fontes de financiamento

FEADER, FEAGA, FA, PAC, PRR

# Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade

**1.2.2.2**

### Objetivos

Promover o uso circular de materiais técnicos assentes em recursos renováveis e preservação de valor através de um sistema de certificação específico para a floresta e produtos florestais desenvolvendo o potencial económico dos recursos florestais

### Principais resultados esperados

- Melhoria da sustentabilidade florestal
- Promoção das boas práticas florestais
- Dinamização da economia local e das indústrias de produtos florestais dos territórios rurais

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **SECNFOT, ICNF** |
| **Suporta** | **OPF, EG ZIF, AIMMP, CELPA, Centro Pinus, APCOR, Forestgal** |
| **Consulta** | **FSC Portugal e o PEFC Portugal** |

### Iniciativas/Medidas

- Aplicar sistemas de certificação específicos para a floresta e para produtos florestais (ex. FSC e PEFC) e de promoção da circularidade de materiais, assegurando a regeneração de recursos renováveis e a preservação do valor e utilidade dos materiais, assegurando a facilidade na utilização do serviço e transparência do mesmo, tendo em conta a população alvo
- Listar tipologias de produtos florestais aptos a gestão certificada
- Criar task-force com as entidades gestoras de património florestal no sentido de serem definidos critérios que vão de encontro aos esquemas da gestão florestal certificada
- Definir a estratégia de comunicação com os produtores e empresários locais
- Definição de critérios de certificação da gestão nas compras públicas
- Promover a componente agro-florestal por fileiras de uso múltiplo que privilegiem opções em produção integrada

### Indicadores de realização

- % Produtos florestais com gestão certificada
- % Áreas florestais com gestão certificada
- % Áreas de gestão públicas e baldios com gestão florestal certificada

### Metas

- 2030: aumentar em 30% os produtos e serviços florestais com gestão certificada
- 2030: 100% das áreas sob gestão públicas e baldios com gestão florestal certificada
    - 2024: 40% das áreas públicas e baldios com gestão florestal certificada

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.3.2
- 1.2.3.1
- 1.2.2.4

### Orçamento Identificado

Total: **11M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, PO e PO Regionais, Fundos de Investimento, Horizonte Europa, FEADER

# Apoio a projetos de bioeconomia e economia circular

**1.2.2.3**

### Objetivos

Incentivar o investimento resultante das oportunidades identificadas na análise de fluxos de materiais e energia. Esta análise deverá impulsionar a diversificação e ampliação do perfil industrial, assente no uso produtivo e regenerativo do capital natural, base da bioeconomia, de modo a contribuir para uma melhor gestão da carga de combustível no território

### Principais resultados esperados

- Diversificação do perfil industrial florestal português adotando práticas de economia circular e de valorização dos espaços e recursos rurais
- Criação de postos de trabalho aumentando o emprego do setor

### Entregável

Estudo do atual perfil económico, ambiental e social de regiões específicas

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, MCT** |
| **Responsável** | **SEVI, SEA** |
| **Aprova** | **CCDR** |
| **Suporta** | **SECNFOT** |
| **Consulta** | **SEADR, Portuguese Agrofood Cluster** |

### Iniciativas/Medidas

- Efetuar o levantamento do perfil económico, ambiental e social dos territórios rurais com predomínio de floresta em termos de ocupação do solo e identificação de projetos aptos a apoio
- Definir o plano de apoio técnico e quantias de apoio financeiro (calendarização e metas de amplificação do perfil industrial e da gestão de carga de combustível a alcançar)
- Lançar linhas de apoio técnico e financeiro para projetos nas áreas de bioeconomia e economia circular
- Apoiar modelos de negócio nas áreas da bioeconomia e da economia circular, privilegiando consórcios de entidades locais/regionais
- Monitorizar os apoios técnicos e financeiros providenciados acompanhando o seu progresso
- Reforço e capacitação dos operadores florestais e organizações de produtores

### Indicadores de realização

- Investimento realizado em projetos de bioeconomia e economia circular (€)
    - N.º de postos de trabalho e novas empresas criadas
    - Nº de avisos dedicados a este domínio de investimento (Nº de candidaturas/projetos| Valor do investimento| Valor do incentivo)
- Número de empresas e trabalhadores que prestam serviços florestais, de conservação de natureza e de pecuária extensiva. Volume de atividade económica em prestação de serviços (contas económicas da silvicultura e pecuária)

### Metas

- 2020: Estudo do perfil económico, ambiental e social dos territórios rurais com predomínio de floresta
- 2020-2030: Aumentar em 50% o investimento em bioeconomia e economia circular
    - 2020-2030: Aumentar em 50% o número de empresas ligadas à bioeconomia e à economia circular
    - 2021-2030: Criar um instrumento financeiro específico de âmbito regional para o apoio a investimentos em bioeconomia e economia circular
    - 2023-2030: Aumentar em 25% o número de postos de trabalho, em especial qualificado

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.2.3
- 1.2.2.5
- 1.1.2.6
- 1.2.3.1
- 1.2.3.2

### Orçamento Identificado

Total: **27,5M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, PO, PRR

# Diversificação e qualificação da economia rural

**1.2.2.4**

### Objetivos

Diversificar e qualificar as atividades económicas ajustadas e compatíveis com modelos de desenvolvimento e de ordenamento sustentáveis e que tirem partido dos recursos endógenos dos territórios rurais. Visa enquadrar projetos e iniciativas de investimento que contribuam para a qualificação, inovação e internacionalização das atividades económicas complementares às atividades primárias em meio rural. Incluem-se as atividades ligadas à transformação de produções agroindustriais, as produções locais artesanais, as atividades que valorizam e tirem partido do património ornitológico paisagístico e cultural, como as atividades turísticas, as indústrias culturais e criativas ou ainda as ligadas ao saber fazer e às tradições

### Principais resultados esperados

- Aumento do nº de novas empresas ligadas ao artesanato em meio rural
- Aumento do nº de exportações de produções agroalimentares
- Aumento do turismo rural e de natureza em Portugal
- Crescimento económico destes setores de atividade nos territórios do Interior

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MCT, METD** |
| **Responsável** | **SEVI, SEE, SEADR** |
| **Aprova** | **CCDR** |
| **Suporta** | **SECNFOT, Turismo de Portugal, ForestWise, MC** |

### Iniciativas/Medidas

- Linhas de financiamento adaptadas e com maior especificidade para apoiar o desenvolvimento de atividades económicas que valorizem os recursos endógenos, mas que revelem um grau de inovação e qualificação ao nível dos modos de produção, processos de transformação e comercialização, estratégias de divulgação e marketing, etc…
- Valorização social e económica das atividades associadas aos recursos endógenos de forma a tornarem-se mais atrativas ao investimento, proporcionando maior empregabilidade, melhores rendimentos e contribuindo para a fixação e retenção de ativos
- Incentivos à diversificação do perfil produtivo dos territórios rurais, através do apoio à modernização das empresas instaladas e captação de novas empresas qualificadas, baseados numa maior competitividade económica e atratividade territorial especialmente em regiões do Interior
- Aposta no desenvolvimento de fileiras sub-regionais e regionais (e.g. agroindústria, turismo rural com potencial de afirmação territorial queijo DOP/ castanha/ carne etc.)

### Indicadores de realização

- Valor da economia rural (€) – Financiamento dos PO Regionais através dos concursos nas áreas de Cultura e Património, Emprego, Investimento Empresarial e Programas de Valorização do Território que apoiam nas seguintes CAE: indústria alimentar, indústria de bebidas, madeira, cortiça e cestaria, turismo, atividades culturais e animação turística. Financiamento do FEADER para a instalação de Jovens Agricultores
- Nº de projetos apoiados no Interior/por Região-NUTS II (2015-2020)
    - Valor do Investimento no Interior /por Região- NUTS II
    - Valor do Incentivo no Interior/por Região-NUTS II
    - Nº de postos de trabalho criados no Interior

### Metas

- 2023-2030: Aumento de 25% de postos de trabalho criados
- 2024: Valor da economia rural
    - Aumento de 20% de Projetos de investimento apoiados
    - Aumento de 15% do volume de negócios
    - Aumento de 5% de exportações

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.2.3
- 1.2.2.4
- 1.2.3.1
- 1.2.3.2

### Orçamento Identificado

Total: **55M EUR**

### Fontes de financiamento

PO e PO Regionais, FA e Fundos de Investimento, Horizonte Europa, FEADER

# Multifuncionalidade dos espaços agroflorestais

**1.2.2.5**

### Objetivos

Consolidar e promover a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais e a diversificação dos usos do solo, tendo por base uma perspetiva multinível e integrada, associando aos principais usos da floresta

### Principais resultados esperados

- Dinamização da economia rural e indústrias locais valorizando o território e recursos
- Adoção de novos modelos inovadores e sustentáveis nas práticas agroflorestais.

### Entregável

Documento orientador para projetos candidatos a apoio

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MA, MAAC** |
| **Responsável** | **SEADR, SECNFOT** |
| **Suporta** | **ICNF, DGADR, DGAV, SEVI** |

### Iniciativas/Medidas

- Definir as linhas de apoio para projetos que visem o aproveitamento dos recursos agroflorestais, como a produção de madeira proveniente de espécies autóctones, outros usos, tais como a silvopastorícia, a apicultura, as plantas aromáticas e medicinais, os cogumelos, a caça e a pesca, ou ainda materiais vegetais e orgânicos tais como resinas, folhagens, vimes.
- Valorização e promoção da atividade apícola enquanto atividade essencial para os ecossistemas e de valor económico relevante para os territórios;
- Medidas de apoio à valorização da agricultura familiar, associada à pluriatividade e plurirrendimento.
- Relançamento da fileira silvo-industrial da resina natural
- Incremento sustentável das atividades cinegéticas e piscícolas
- Desenvolvimento das fileiras associadas aos frutos secos e silvestres (medronho, pinhão, alfarroba, castanha, noz)
- Mobilização das fileiras associada às agroindústrias que tenham por base carne/leite de ruminantes: (exemplo: Queijo DOP, carne arouquesa)

### Indicadores de realização

- N.º de projetos apoiados e investimento (€)
- Novas áreas resinadas (ha)
- Novas colmeias (nº) e novos apicultores registados (nº)
- Novas áreas afetas à fileira dos frutos secos e silvestres (ha)
- Nº de ovelhas, cabras e vacas a norte do tejo e algarve

### Metas

- Aumento de 20% das áreas resinadas
- Aumento de 10% do número de colmeias
- Aumento de 20% de áreas afetas à fileira dos frutos secos e silvestres (ha)
- Aumento de 10% do investimento em projetos de valorização do capital natural associado aos espaços florestais

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.7
- 2.2.1.4

### Orçamento Identificado

Total: **110M EUR**

### Fontes de financiamento

FEADER, PRR, Privados

# OB 1.2| REFORMAR O MODELO DA GESTÃO INTEGRADA

## PROGRAMA 1.2.2| FOMENTAR A INOVAÇÃO E MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESA DO SECTOR FLORESTAL

# Aumento do rendimento da fileira florestal e silvopastoril no território

**1.2.3.1**

### Objetivos

Desenvolver a fileira florestal e silvopastoril através da modernização das empresas do setor ao nível da sua eficiência e do alargamento da sua atuação a novas atividades a jusante da cadeia de valor. A inovação resultante do desenvolvimento de investigação aplicada aos recursos florestais assume aqui um papel determinante na afirmação da fileira florestal

### Principais resultados esperados

- Modernização da fileira industrial florestal e silvopastoril
- Dinamização da economia, recursos humanos e recursos naturais dos territórios rurais
- Ganhos económicos pela integração vertical dos negócios

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **METD, MA, MAAC** |
| **Responsável** | **SEE** |
| **Suporta** | **SEVI, SECNFOT, Fostestwise** |
| **Consulta** | **MA (INIAV), organizações de fileira e organizações associativas do setor florestal, Obaldios** |

### Iniciativas/Medidas

- Promover e incentivar a cooperação entre empresas, organizações, universidades, centros de investigação e outras entidades, através da criação de fóruns de comunicação, com vista ao aumento do respetivo volume de negócios, exportações e emprego qualificado, desde a produção de matéria-prima até à terceira transformação
- Dinamizar a Fileira Florestal, aumentando a cadeia de valor e garantido a máxima retenção do rendimento no território
- Estabelecer metas de modernização, eficiência e alargamento de atuação para as empresas do setor e benefícios pelo seu cumprimento (incentivos)
- Criar ações de partilha de conhecimento proveniente de investigação aplicada aos recursos florestais e as suas atividades económicas para permitir que as empresas tomem um papel ativo na adoção de novas práticas e promoção de sessões com as partes interessadas locais de *brainstorming* sobre as melhores práticas internacionais e como as implementar no território português

### Indicadores de realização

- Incentivos à modernização e aumento da competitividade
- Rendimento da fileira florestal do território (volume de negócios)
    - Exportações
    - Nº de postos de trabalho criados
    - Nº de empresas no setor
- Nº de projetos apoiados no Interior/por Região-NUTS II (2015-2020)
    - Valor do Investimento no Interior /por Região-NUTS II
    - Valor do Incentivo no Interior/por Região-NUTS II
    - Nº de postos de trabalho criados no Interior
- Nº de ações de partilha de conhecimento/inovação no setor

### Metas

- 2030: Aumentar o VAB das empresas ligadas ao setor florestal - %
    - Aumentar as exportações em %
    - Nº de postos de trabalho criados, em especial qualificado
- 2030: Ações de partilha de conhecimento/inovação no setor
- 2030: Aumentar o nº de empresas do setor
- 2030: Investir (€) em I&D das atividades ligadas ao setor florestal (em articulação com o PVI e com o PRPI)

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.2.4
- 1.2.2.3
- 1.2.2.1
- 1.2.2.2
- 1.2.2.5
- 4.4.3.1
- 4.4.3.2
- 4.4.3.4

### Orçamento Identificado

Total: **165M EUR**

### Fontes de financiamento

PO e PO Regionais, FA e Fundos de Investimento, Horizonte Europa, OE, FEADER

# Aumento da remuneração dos proprietários florestais

**1.2.3.2**

### Objetivos

Desenvolver modelos de negócio e exploração que fomentem a gestão agregada, nomeadamente por via de empresas públicas ou organizações de produtores florestais, de modo a obter escala e poder negocial na comercialização dos produtos, incluindo matérias-primas florestais, e melhorar a gestão e o ordenamento dos espaços florestais, garantindo maior produtividade e resiliência

### Principais resultados esperados

- Aumento da remuneração dos proprietários florestais através do aumento do seu poder negocial através da gestão agregada
- Aumento das competências comerciais das empresas do setor assentando as operações em práticas competitivas

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, METD** |
| **Responsável** | **SECNFOT, SECSDC** |
| **Suporta** | **OPF, organizações de fileira e organizações associativas do setor florestal** |
| **Consulta** | **OBaldios** |

### Iniciativas/Medidas

- Desenvolver modelos de negócio e exploração que fomentem a gestão agregada, melhorando a remuneração dos produtores florestais, nomeadamente, por via da política de preços, combatendo a assimetria do poder negocial entre uma produção fragmentada e uma procura concentrada
- Promover os modelos de gestão agregada a nível local junto de proprietários e empresários salientando os seus benefícios
- Criar ações de trabalho em rede entre as partes interessadas, de forma a aproximá-los
- Identificar o enquadramento legal para recolha de informação relativa à exploração florestal
- Identificar o enquadramento legislativo para a recolha de informação sobre formação de cotações
- Assegurar a integração da Comissão para os Mercados e Produtos Florestais (CMPF) na PARF - Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais com a missão de conciliar estratégias de regulação de mercado no que respeita aos recursos florestais

### Indicadores de realização

- Comissão para os Mercados e Produtos Florestais (CMPF) reativada
- Incentivos à implementação de mecanismos de gestão agregada
- Rendimento dos produtores florestais (%)
    - N.º de proprietários que utilizam mecanismos de gestão agregada

### Metas

- 2021: Integrar a Comissão para os Mercados e Produtos Florestais (CMPF) na PARF
- 2020-2030: Aumentar em 15% o rendimento dos produtores florestais

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.2.5
- 1.2.2.4
- 1.2.2.3
- 1.2.3.1
- 1.2.2.1
- 1.2.2.2
- 3.2.1.2

### Orçamento Identificado

Total: **5,9M EUR**

### Fontes de financiamento

FEADER, Privados

# OB 1.3| DISPONIBILIZAR INCENTIVOS JURIDICOS E FINANCEIROS À VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RÚSTICO

## PROGRAMA 1.3.1| ALARGAR INCENTIVOS À VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

# Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais

**1.3.1.1**

### Objetivos

Promover o investimento e a gestão e valorização dos espaços florestais através de um quadro integrado de medidas jurídicas, fiscais e financeiras, de forma a potenciar a valorização do território rural e a sustentabilidade dos recursos

### Principais resultados esperados

- Sensibilização dos empresários/produtores para uma utilização sustentável dos recursos
- Aumento do investimento nos espaços rurais fruto de mais contribuições financeiras

### Entregável

- Estatutos dos sujeitos que irão estar sujeitos ao pagamento de uma contribuição especial
- Documentação dos requisitos legais dos Planos Poupança Floresta (PPF)e plano de ação para a sua implementação
- Plano de Comunicação

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MF, MAAC** |
| **Responsável** | **SECNFOT, SEAAF, CNSF** |
| **Consulta** | **SEADR** |

### Iniciativas/Medidas

- Criar o produto financeiro que servirá de base aos Planos Poupança Floresta
- Criar de Vistos Floresta com o objetivo de canalizar investimento privado, incluindo estrangeiro para o setor agroflorestal e silvopastoril
- Criar um plano de comunicação para divulgar os benefícios associados ao investimento privado e captar investimento
- Avaliar o impacto da implementação das medidas fiscais e financeiras
- Avaliar penalização fiscal por não gestão ativa e promoção de externalidades negativas
- Avaliar medidas de incentivos para quem gere floresta
- Incentivar a fixação de jovens em territórios de baixa densidade demográfica
- Regras da condicionalidade do primeiro pilar da PAC promovem a gestão ativa da agro-floresta e o reinvestimento na atividade
- Constituição de capital em espécie ou deduções à coleta para instrumentos de proteção civil (custos associados à abertura e manutenção da rede secundária na envolvente às áreas edificadas)

### Indicadores de realização

- Implementação da medida de contribuição especial para a conservação dos recursos florestais
- Nº de sujeitos passíveis dos benefícios fiscais e financeiros
- Investimento privado resultante dos benefícios fiscais
- Implementação do novo modelo de PPF
- Nº vistos floresta concedidos
- % de incremento da área gerida
- Σ Benefícios fiscais – Σ penalizações fiscais =0

### Metas

- 2021: Implementação da medida de contribuição especial para a conservação dos recursos florestais
- 2030: Aumento de investimento privado resultante de benefícios fiscais e financeiros
- 2022: Criação de Planos Poupança Florestal
- 2030: Nº de aderentes aos PPF
- 2030: Vistos floresta concedidos
- 2030: Aumento da % de área privada gerida
- 2030: Aumento do nº de beneficiários fiscais e financeiros

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.1.1.1
- 2.1.1.2

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# OE2| CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

**Objetivos**: Ser proprietário ou gestor de um espaço rural (área com floresta, matos, agricultura e pastagens) envolve direitos e obrigações à escala pessoal, empresarial e social para além de uma geração. Os responsáveis por estes espaços têm a obrigação de zelar pela sua sustentabilidade, de os proteger contra os incêndios e de garantir que não constituem uma ameaça para os proprietários vizinhos, acrescentando perigo ou gerando externalidades negativas para a comunidade local e global.

Cuidar dos espaços rurais e das comunidades exige o conhecimento dos riscos e a capacidade para antever e minimizar os perigos, as competências necessárias para intervir a tempo e eficazmente em caso de incêndio e a disponibilidade para contribuir para o esforço coletivo, de forma que o incêndio não se propague com consequências severas.

**Metas da Orientação estratégica:**

- 100 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem constituídas e com registo predial em territórios vulneráveis
- Assegurar que os proprietários que prestam serviços de ecossistema passam a ser remunerados com base numa gestão ativa
- 1,2 Milhões de hectares (ha) com gestão de combustível efetiva | 20-30 acumulado 2,6 milhões de ha no período e 2020-2030
- Área ardida com mais de 500 ha com os planos de emergência e recuperação executados
- 80% dos aglomerados rurais e envolvente das áreas edificadas prioritários estão adaptados ao fogo

**Orçamento total da Orientação Estratégica:** 2 275 M€

**Fontes de Financiamento**: Fundo Ambiental, POSEUR, FEADER, FEAGA, Orçamento do Estado, FSUE, Privados, PDR, PT 2020, FEDER, PERSU, PRR

**Articulação com outros Planos:** Lei de Bases de Política Florestal; Estratégia Nacional para as Florestas; Programas Regionais de Ordenamento Florestal; Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação; Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas e Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030; PAC 2014-2020; Plano Estratégico PAC pós-2020; Plano Nacional da Água; Planos de gestão de região hidrográfica; Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, Proteção aos Aglomerados; Prevenção de Comportamentos de Risco; Sensibilização e Aviso à População; Evacuação de Aglomerados; Locais de Abrigo e Refúgio; Medidas de Autoproteção, Programas Regionais de Ordenamento Florestal; PDIM; PDM, Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva; Plano de Recuperação e Resiliência 21-26

# OB 2.1| PLANEAR E PROMOVER UMA PAISAGEM DIVERSIFICADA

## PROGRAMA 2.1.1| RECONVERTER A PAISAGEM

# Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

**2.1.1.1**

### Objetivos

Criar um modelo operativo de gestão agrupada, operacionalizado através de Operações de Execução OIGP), dirigido a contextos micro-territoriais específicos, preferencialmente inseridos nos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), com escala adequada para uma gestão ativa e racional, com a finalidade de promover a gestão e exploração comum dos territórios agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio

### Principais resultados esperados

- Gestão coordenada e racional dos territórios florestais, alcançando-se um melhor aproveitamento dos meios e exploração dos territórios
- Planeamento, investimento e desenvolvimento dos territórios florestais em linha com os PRGP

### Entregável

Documento com as diretrizes para constituição das AIGP

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, SECNFOT** |
| **Responsável** | **DGT, ICNF** |
| **Suporta** | **Florestgal, OPF, Municípios, DRAP** |
| **Consulta** | **AGIF** |

### Iniciativas/Medidas

- Desenvolver diretrizes de um modelo operativo de gestão agrupada, que deverá ser operacionalizado através de operações de execução (OIGP)- Documento para constituição das AIGP
- Identificação de áreas potenciais para a resiliência ao fogo
- Constituir AIGP, em alinhamento com a estratégia nacional
- Implementar Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP)
- Estabelecer contratos-programa com as entidades de gestão das AIGP e definição de Planos de Gestão Florestal ou OIGP
- Garantir as operações de cadastro dos prédios da AIGP
- Implementar ações de investimento a realizar nas AIGP (a) ações de investimento; b) manutenção e gestão, em complemento das operações de investimento; c) gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas; e d) ações de valorização e desenvolvimento das economias locais.)

### Indicadores de realização

- 1 Documento com as diretrizes para constituição das AIGP
- N.º de AIGP constituídas
    - N.º de AIGP com OIGP aprovada
    - % de AIGP co OIGP aprovada
- Contratos-programa: ha em contratos-programa
- % de área ardida em AIGPs

### Metas

- 2030: 100 AIGP constituídas
    - 2023: 12 (3T 2021); 36 (3T 2022); 60 (3T 2023); 70 (3T 2024)
    - 2025: 80
- 2025 60 AIGP com OIGP aprovada
- 2030: 80% das AIGP com OIGP aprovada

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.2.1
- 1.1.2.2
- 1.2.1.2
- 1.2.1.1
- 2.1.1.3
- 1.2.2.1
- 1.2.2.2
- 1.2.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **240M EUR**

### Fontes de financiamento

FEADER, FA, PRR

# Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas

**2.1.1.2**

### Objetivos

Remunerar as áreas que contribuem ativamente para a conservação da biodiversidade, a redução da suscetibilidade ao fogo, o controlo da erosão, o sequestro de carbono, a regulação do ciclo hidrológico e a melhoria da qualidade da paisagem. Identificação das áreas-alvo para implementação e quais os serviços que deverão ser remunerados.

### Principais resultados esperados

- Aumento da exploração de espécies autóctones, garantindo uma paisagem diversificada e equilíbrio no ecossistema

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, SECNFOT** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **Empresas, Proprietários, OPF, ForestWise** |
| **Consulta** | **SEADR, ONGAs** |

### Entregável

- Estabelecimento de critérios de atribuição e sistema de apoio contra objetivo ou certificado de gestão florestal sustentada
- Documento proposta com os modelos de atribuição de valor económico e mecanismos de compensação de rendimento

### Iniciativas/Medidas

- Pagamento anual pelos serviços de ecossistemas, abrangendo os custos de oportunidade, que resultam de perdas de rendimento potencial pela manutenção ou reconversão da ocupação e gestão do solo, incluindo:
  - a reconversão, arborização e rearborização com espécies autóctones
  - a manutenção e proteção de áreas ocupadas por espécies de elevado interesse natural e cultural, como: espécies endémicas, culturas importantes para preservação da fauna; rede natura 2000.
  - as explorações agrícolas e silvo pastoris, desde que em regime extensivo, de sequeiro, ou biológico, quando integradas em AIGP;
  - a criação de mosaicos, numa ótica multifuncional (apicultura, de cinegética, de silvopastorícia, de produção de medronho, produção de cogumelos, de produção de plantas aromáticas ou medicinais e de recreio, laneiros tradicionais, soutos e castanha))
  - a reabilitação e regeneração, incluído: a manutenção das faixas de vegetação ribeirinha; as ações transversais em linhas de água; as intervenções de reabilitação
  - Gestão da regeneração natural, através da gestão de matos e podas de formação, seleção de varas e correção de densidade, consequente gestão dos povoamentos cuja (re)florestação é apoiada
  - Lameiros transicionais
  - Soutos da castanha ou pomares produtores de pinhão

### Indicadores de realização

- Área a ser reconvertida através da reflorestação com espécies autóctones
- Área com gestão da regeneração natural de autóctones, intervencionada ao abrigo do mecanismo de compensação de rendimento
- Área abrangida por financiamento dos serviços dos ecossistemas (hectares, nº de benificiários, nº de projetos)

### Metas

- Até 2023: concretizar 5 áreas piloto de remuneração dos serviços prestados pelos ecossistemas
- Apoiar a reconversão de povoamentos instalados com espécies autóctones mais bem-adaptadas (160 000 ha de povoamentos reconvertidos até 2030).
- Aumentar em 15% o financiamento dos proprietários que prestam serviços de ecossistema com uma gestão ativa – 120€ /ha/ano

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.3.1
- 1.3.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **80,5 M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, FEADER, FEAGA, PRR

# Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais

**2.1.1.3**

### Objetivos

Intervir nas áreas ardidas de mais de 500 hectares em colaboração com as entidades locais na realização de ações de recuperação e reordenamento do território de forma a apoiar as comunidades afetadas pelos incêndios e assegurar a reabilitação da economia e paisagem local

### Principais resultados esperados

- Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio
- Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento

### Entregável

- Norma Técnica para a recuperação pós-fogo
- Plano de ação de intervenção com fichas/relatórios de estabilização de emergência
- Elaboração de relatórios de estabilização de emergência

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **ANEPC, APA, DGT, Municípios, OPF** |
| **Consulta** | **OPP** |

### Iniciativas/Medidas

- Garantir mecanismo (jurídico) de intervenção na propriedade privada.
- Garantir a realização do Relatório de Estabilização de Emergência no prazo máximo de 15 dias após a ocorrência do incêndio
- Garantir financiamento para a estabilização de emergência
- Garantir mecanismos de comunicação ágil e articulada com as entidades locais e outros órgãos de envolvidos assegurando uma resposta atempada e eficaz
- Assegurar a intervenção em áreas ardidas nas 3 fases da recuperação no âmbito da estabilização de emergência, da reabilitação, e da reposição da capacidade produtiva em articulação com as entidades locais
- Redirecionar fundos públicos para as atividades silvo-ambientais nas áreas mais afetadas por incêndios de grandes dimensões. Estabelecer um sistema de monitorização do desenvolvimento das fichas de emergência
- Criar uma unidade especializada e profissional para coordenar, planear e operacionalizar resposta (tipo BAER: Burn Area Emergency Recovery do UsFs e WERT da Cal FIRE: Watershed emergency Response Team, em terrenos não públicos)

### Indicadores de realização

- Norma Jurídica para intervenção de emergência em propriedades privadas
- Unidade especializada e profissional criada no ICNF
- % de execução física e financeira dos projetos de intervenção em:
    - Matas nacionais
    - Baldios e áreas geridas em co-gestão com o ICNF
    - Áreas privadas
    - Hectares recuperados (ha e %)
- % de ha tratados trimestralmente
- Contratos locais (% obra realizada)
- Número de operadores florestais com habilitação adequada para atuar em áreas ardidas (certificação ou alvará)

### Metas

- 2021: 100% de áreas ardidas superior a 500 ha com Relatório de estabilização de emergência (com financiamento assegurado para as atividades de recuperação)
- 2022: Execução do proposto nas fichas/relatórios de estabilização de emergência
- 2022: Norma Jurídica para intervenção de emergência em propriedades privadas
- 2030: 100% Áreas atingidas com fundos de apoio a curto e longo prazo
- 2030: 450.000 Hectares recuperados (50 mil ha/ano)

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.1.1.1
- 2.1.1.4
- 1.2.1.2

### Orçamento Identificado

Total: **115,5M EUR**

### Fontes de financiamento

FEADER, FA, OE, PDR

# Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) 2.1.1.4

### Objetivos

Adaptar as disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais.

### Principais resultados esperados

- Alinhamento entre as potencialidades dos territórios rurais e a sua estratégia de desenvolvimento local garantindo uma padronização de normas orientadoras
- Aumento de ações de reconversão de paisagem segundo os PROF

### Entregável

Guia orientador para a transposição dos planos

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF, Municípios** |
| **Suporta** | **DGT, CIM** |
| **Consulta** | **CCDR** |

### Iniciativas/Medidas

- Criar diretrizes para a transposição dos PROF para os PDM, incluindo a definição dos fluxos de transposição entre os Programas Regionais e os Planos Municipais
- Garantir a transposição adequada dos PROF para os PDM

### Indicadores de realização

- % da área de abrangência dos PROF transpostos para os PDM
- N.º de PDM com PROF transpostos
- N.º de normas transpostas

### Metas

- 2021: Documento "Guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM"
- 2022: 100% dos PDM com PROF transpostos

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.2.3
- 4.1.2.4
- 4.1.3.3

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# OB 2.2| DIMINUIR A CARGA DE COMBUSTIVEL À ESCALA DA PAISAGEM

## PROGRAMA 2.2.1| EXECUTAR O PROGRAMA PLURIANUAL DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

# Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível

**2.2.1.1**

### Objetivos

Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR

### Principais resultados esperados

- Aumento da monitorização das ações de gestão de combustível
- Monitorização local da perigosidade de incendio
- Aumento da articulação entre entidades que executam ações de gestão estratégica de combustível

### Entregável

Documento orientador com as diretrizes estratégicas e modelo de funcionamento do sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **DGT, AGIF, ANEPC, Municípios** |
| **Consulta** | **OPF, Empresas, AGIF** |

### Iniciativas/Medidas

- Criar as diretrizes estratégicas para o sistema de informação, coordenação e reporte de gestão de combustível
- Desenvolver e implementar o novo sistema de informação
- Mapear as áreas a intervir prioritariamente e as técnicas preferenciais a aplicar em cada zona (áreas piloto)
- Monitorizar os resultados e identificar situações que justifiquem a intervenção de forma a assegurar o cumprimento das metas estabelecidas

### Indicadores de realização

- Implementação do sistema de informação
- % de municípios com *report* de dados da gestão de combustíveis através do sistema de informação

### Metas

- 2022: Novo sistema integrado de informação desenvolvido
- 2023: 100% do território coberto com sistemas de identificação e reporte
    - 2021: 3 zonas piloto de gestão integrada de prioridades em gestão estratégica de combustível

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.2.1

### Orçamento Identificado

Total: **10,4M EUR**

### Fontes de financiamento

SAMA, OE

# Garantir a gestão da rede primária de faixas de combustíveis

**2.2.1.2**

### Objetivos

Garantir a gestão anual dos troços prioritários da rede primária de faixas de gestão de combustível

### Principais resultados esperados

- Gestão e conservação da rede primária, preparada para a prevenção e combate de incêndios

### Entregável

- Estudo da eficiência da rede primária e dos modelos de gestão de combustível realizado
- Conclusão da definição da rede primária a nível nacional

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **Municípios, OPF, CIM** |
| **Consulta** | **ANEPC, GPP** |
| **Fiscaliza** | **GNR** |

### Iniciativas/Medidas

- Concluir planeamento da rede primária estruturante
- Constituir estrutura dedicada à avaliação e implementação de servidões
- Capacitar técnicos de planeamento de gestão estratégica de combustível
- Elaborar anualmente Carta de Troços Prioritários da rede primária
- Executar a Gestão dos Combustíveis da rede primária
- Estudar a possibilidade de estabelecer um eco-regime no âmbito do primeiro pilar da PAC
- Avaliação sobre eficácia da rede primária, através de equipas que avaliam a sua eficácia e eficiência
- Regulação das indeminizações a prestar aos proprietários privados que confinam com o traçado da rede primária

### Indicadores de realização

- Estudo da eficiência da rede primária e dos modelos de gestão de combustível: e.g. projetos piloto de silvopastorícia, zonas de alimentação para caça, outras culturas, que permitam o controlo da vegetação e capacitem estas redes de capacidade produtiva
- Criar uma estrutura dedicada à gestão estratégica de combustível e rever as normas técnicas para o planeamento e gestão da rede primária
- Elaborar a Carta Anual de troços prioritários da rede primária
- Área da rede primária com gestão efetiva em zonas com classes de perigosidade alta e muito alta
- N.º de proprietários, beneficiários de mecanismo de compensação
- Área abrangida pelo mecanismo compensatório

### Metas

- 2025: 115.000 ha/ano com gestão efetiva da rede
- 2025: 23.000 ha com servidão constituída e paga
- 2030: 115.000 ha com manutenção efetiva da rede
- 2030: Taxa anual de cumprimento superior a 95%
    - 2025: Taxa anual de cumprimento superior a 85%

**Gestão efetiva:**

| Ano | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ha | - | 28,8K | 28,8K | 28,8K | 28,8K | 23K | 23K | 23K | 23K | 23K | - |

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7
- 2.1.1.3
- 2.3.1.2
- 2.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **298,2M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, FEADER, FEAGA, OE, PRR, privados

# Garantir a gestão da rede secundária

**2.2.1.3**

### Objetivos

Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos de interesse público

### Principais resultados esperados

- 625.900 ha com gestão efetiva da rede
- Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios

### Entregável

Normas técnicas de gestão da Rede Secundária publicada

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI/ ANEPC** |
| **Responsável** | **ICNF, Municípios, REN, EDP, AdP, EGF, CLC, MP, ML, IP, IMT, empresas do setor florestal, proprietários e gestores florestais, gestores de infraestruturas** |
| **Fiscaliza** | **GNR, PSP** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar áreas prioritárias para a gestão de combustível de acordo com o potencial de grandes incêndios e a vulnerabilidade dos elementos a proteger
- Rever normas técnicas para a gestão de combustível em Rede Secundária
- Executar e monitorizar a gestão de combustível na rede secundária de faixas

### Indicadores de realização

- Mapa de prioridades de intervenção (periodicidade anual- janeiro)
- Área da Rede Secundária com gestão efetiva de combustível de acordo com mapa de prioridades
- Taxa de execução nas áreas prioritárias

### Metas

- 2020-2030: 56.900 ha/ano com gestão efetiva da rede
- 2022: Taxa de cumprimento superior a 90% nas áreas prioritárias
- 2030: Taxa de cumprimento superior a 95% nas áreas prioritárias

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7
- 2.1.1.3
- 2.3.1.2
- 2.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **567M EUR**

### Fontes de financiamento

FSUE, OE, FA, Privados

# Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

**2.2.1.4**

### Objetivos

Minimizar os efeitos e a dimensão dos incêndios rurais através de ações de modificação da estrutura e/ou da composição de povoamentos florestais e de redução da biomassa em áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis na paisagem

### Principais resultados esperados

- 1.285.000 ha de área gerida
- Redução da perigosidade de incêndio através da otimização da gestão de combustível através de projetos de silvicultura, pastorícia e mosaicos minimizando os impactos ambientais

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF, Proprietários Florestais, EG ZIF, Municípios** |
| **Suporta** | **Entidades Gestoras ESF, Empresas** |
| **Fiscaliza** | **GNR** |

### Entregável

- Normas técnicas de planeamento e gestão de áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- Mapa de potencial de grandes incêndios

### Iniciativas/Medidas

- Elaborar normas técnicas para o planeamento e gestão de áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- Identificar e mapear áreas com potencial para a propagação de incêndios fora da capacidade de extinção
- Definir prioridades anuais de intervenção para a realização de ações de modificação da estrutura e/ou composição dos povoamentos e redução da biomassa
- Apoiar a execução de ações de gestão estratégica de combustível

### Indicadores de realização

- Elaboração de Norma Técnica
- Área gerida com projetos de gestão estratégica de combustível em territórios com classes de perigosidade alta e muito alta
- Área intervencionada com ocupação arbustiva
- Área florestal com ações de reconversão (de eucalipto, pinheiro bravo e outras resinosas, invasoras lenhosas)
- Área florestal com modificação da estrutura dos povoamentos e redução de biomassa (de eucalipto, pinheiro bravo e folhosas autóctones)
- Rácio área intervencionada em minifúndio em função da área total
- Área florestal convertida por espécie
- Área florestal com gestão de densidades e redução de biomassa por espécie

### Metas

- 2021: Normas técnicas de planeamento e gestão de áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível publicadas
- 2021: Mapa de Potencial de Grandes Incêndios
- 2020-2030: Área gerida através de programas de gestão estratégica de combustível tendo como referência um valor médio anual de 117 000 hectares, com partição indicativa:
  - 43 000 ha de matos com gestão de combustível
  - 34 800 ha com gestão de densidades
  - 17 400 ha com ações de reconversão da ocupação
  - 34 800 ha com ações de redução da biomassa

**Gestão efetiva:**

| Ano | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Hectares | 25K | 50K | 75K | 105K | 150K | 140K | 145K | 145K | 165K | 140K | 145K |

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7
- 2.1.1.3
- 2.3.1.2
- 2.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **526,84M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, OE, PRR, FAEDER

# Proteção de áreas de elevado valor

**2.2.1.5**

### Objetivos

Contribuir para a proteção e valorização de áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental, reduzindo o perigo de incêndio através de ações de fogo controlado, controlo mecânico e motomanual e pastorícia.

### Principais resultados esperados

- 560.000 ha de área gerida
- Áreas com elevado valor económico (Matas Nacionais), cultural *(e.g.* geosítios), património UNESCO (*e.g.* Vale do Côa, Sintra) e ambiental (Sistema Nacional de Áreas Classificadas) com exposição ao risco de incêndio
- Maior participação das comunidades locais nos processos de decisão e na execução das ações de redução do risco de incêndio

### Entregável

Normas técnicas para a gestão de combustível em áreas com elevado valor, compatibilizando a promoção dos valores naturais com a redução de perigosidade

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **GNR/UEPS, ANEPC/FEPC, ICNF/ESF, Empresas** |
| **Consulta** | **Centro Pinus** |
| **Fiscaliza** | **GNR** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar e mapear as áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental para priorizar as ações de redução da carga de combustível com fogo controlado, controlo mecânico e motomanual e pastorícia
- Apoiar a execução e acompanhar processos colaborativos de gestão de combustíveis à escala local numa ótica sustentável mobilizando capacidades técnicas e operacionais de uso do fogo controlado e da pastorícia para reduzir a carga combustível

### Indicadores de realização

- Normas técnicas para a gestão de combustível em áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental
- Cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental
- % de áreas com valor com Planos de Gestão de Combustíveis (PGC)
- % de execução dos PGC das áreas com valor
- Área tratada com fogo controlado, meios mecânicos e motomanuais e pastoreio dirigido
- Área com gestão de densidades por espécie
- Área com ações de reconversão de ocupação por espécie
- Área com ações de redução da carga de combustível por espécie

### Metas

- 2021: Normas técnicas de planeamento e gestão de combustíveis em áreas com elevado valor publicadas
- 2020: Mapa de áreas com elevado valor
- 2030: Área gerida através de programas de gestão estratégica de combustíveis (50.900 ha/ano), com partição indicativa:
  - 18 000 ha de matos com gestão de combustíveis
  - 14 800 ha com gestão de densidades
  - 11 100 ha com ações de reconversão ocupação
  - 11 100 ha com ações de redução da carga de combustível

**Gestão efetiva:**

| Ano | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| hectares | 5K | 20K | 40K | 50K | 60K | 60K | 70K | 65K | 60 | 60K | 70K |

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7
- 2.1.1.3
- 2.3.1.2
- 2.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **192,43M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, OE, FA, FAEDER, Privados, PRR

# Gestão de galerias ribeirinhas

**2.2.1.6**

### Objetivos

Proteger e valorizar áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental através de ações de gestão de galerias ribeirinhas

### Principais resultados esperados

- Redução do nível de ameaça à sustentabilidade dos espaços florestais
- Normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF, APA** |
| **Suporta** | **Municípios, OPF, EG ZIF, empresas florestais** |

### Entregável

- Mapa de galerias ribeirinhas prioritárias

### Iniciativas/Medidas

- Identificar e mapear as galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais nos territórios vulneráveis e áreas prioritárias de prevenção e segurança.
- Apoiar ações que visem a instalação e gestão de galerias ribeirinhas prioritárias

### Indicadores de realização

- Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais
- Extensão de galerias ribeirinhas com plano de ação executado

### Metas

- 2021: Mapa de galerias ribeirinhas prioritárias elaborado
- 2021-2030: gerir anualmente 2.000 km de galerias ribeirinhas prioritárias (2000€/km >20 mts de largura

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7
- 2.1.1.3
- 2.3.1.2
- 2.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **44M EUR**

### Fontes de financiamento

FEADER, FC, FA

# Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos

**2.2.1.7**

### Objetivos

Promover a adoção do pastoreio extensivo com rebanhos, como instrumento de redução do risco de incêndio (gestão de combustível) nas zonas rurais nos territórios vulneráveis, contribuindo para a valorização do território

### Principais resultados esperados

- Aumento da gestão de combustível nos territórios vulneráveis com recurso ao pastoreio extensivo

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MA/SEADR, MAAC/ SECNFOT** |
| **Responsável** | **IFAP, ICNF** |
| **Suporta** | **DRAP, SEVI** |
| **Consulta** | **DGAV** |

### Iniciativas/Medidas

- Criar e divulgar benefícios, incentivos e apoios à implementação do pastoreio extensivo com rebanhos como forma de gestão de combustível em espaço rural
- Assegurar a manutenção ou a criação de modos extensivos de produção pecuária associados à gestão de combustível, com um encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos, do próprio ou de outrem, em pastoreio.
- Assegurar a manutenção das raças autóctones, com majoração do montante de apoio, para aquelas cujo pastoreio seja simultaneamente gestão de combustível
- Assegurar o apoio à formação e capacitação e formação de pastores, nomeadamente, no maneio do efetivo e na gestão das pastagens.
- Promover linhas de investigação de alternativas ligadas à inovação para a prática de pastoreio quer em processos técnicos, como modelos de gestão e serviços ou produtos.

### Indicadores de realização

- Número de hectares com gestão de combustível efetuado com recurso ao pastoreio extensivo
- Número de bovinos, ovinos e caprinos de raça autóctone apoiados em regime extensivo
- Número de pastores formados
- Número de Jovens Agricultores instalados com projetos de investimento em pastoreio extensivo
- Número de detentores do estatuto de agricultura familiar com projetos de investimento em pastoreio extensivo

### Metas

- Número de hectares com gestão de combustível efetuada com recurso a pastoreio extensivo – 10.000 ha
- Número de animais – 30.000
- Número de projetos apoiados – 120

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.2.4
- 1.2.3.1
- 2.1.1.1
- 2.1.1.3
- 2.2.1.3 a 2.2.1.6
- 2.3.1.2
- 4.1.3.2
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **5M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, FC, FEADER, PDR

# Aplicar regras de corte

**2.2.1.8**

### Objetivos

Definição de regras de corte de forma a assegurar uma descontinuidade horizontal e vertical da carga combustível nos espaços rurais, reduzindo assim o risco de incêndio à escala da paisagem

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC/ SECNFOT** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **OPF, Empresas** |
| **Consulta** | **MIH** |

### Principais resultados esperados

- Redução do risco de incêndio nos espaços rurais otimizando a gestão de combustível preservando assim os espaços rurais
- Adequação Paisagística do padrão ao conte local de exploração ao contexto do local
- Mobilização dos operadores florestais e principais compradores, enquanto agentes de mudança e adoção de melhores práticas

### Iniciativas/Medidas

- Definir o regime[17] de cortes, que assegure a gestão sustentável dos recursos: o que cortar, quando cortar incluindo áreas verdes e ardidos devendo esta última circunstância ter abordagem específica
- Definir morfologia da área a cortar para o mosaico se concretizar e potenciar ao máximo o recurso lenhoso

### Indicadores de realização

- Cumprimento do regime de corte, em áreas de perigo elevado e muito elevado
- Número de operadores florestais com certificação
- Área de corte com gestão florestal

### Metas

- 2T 2022: Novas regras em vigor
- % da área explorada de pinhal e eucaliptal com plano de gestão florestal

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.2.2.3
- 2.2.1.5
- 1.3.1.1
- 1.2.2.2

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

[17] De acordo com procedimento legislativo

## Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural

**2.2.1.9**

### Objetivos

Revisão de instrumentos legais de uso do fogo, nomeadamente do seu uso tradicional e uso indevido. Promoção da técnica do fogo controlado. Dinamização e melhoria das ações de comunicação sobre o fogo controlado. Execução de ações de fogo controlado à escala da paisagem, através de novas técnicas. Capacitação, articulação e treino dos intervenientes. Especificação de condições de classificação e procedimentos para implementação de fogos de gestão

### Principais resultados esperados

- Diminuição do número de ocorrências e área afetada por uso indevido do fogo.
- Promoção do uso racional do fogo.
- Aumento da área tratada com fogo controlado;
- Guia de comunicação e informação estratégica à comunidade e setores sobre o uso da técnica de fogo controlado;
- Aumento da utilização do fogo controlado como forma de treino operacional para a supressão.
- Adoção de procedimentos para a gestão de incêndios rurais em condições que permitam gestão do território – fogos de gestão;
- Mapeamento de territórios com potencial de fogo de gestão.

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC/ SECNFOT** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **Proprietários florestais, EG ZIF, entidades gestoras de ESF, empresas, ANEPC, CIM, Municípios, GNR, DGADR** |
| **Avalia** | **AGIF** |

### Iniciativas/Medidas

- Substituir os usos indevidos do fogo (queima de sobrantes agrícolas amontoados) por outras práticas mais racionais;
- Apoiar através do fogo controlado os usos do fogo para gestão do território (renovação de pastagens, e gestão de habitats, e de biodiversidade);
- Rever o regulamento do fogo técnico, dotando-o de normas de maior exigência ao nível das qualificações de Técnicos e Operacionais e dos conteúdos de planeamento e de maior simplificação e adequação em termos procedimentais;
- Promover/incentivar a criação de medidas (seguros) para proteção dos técnicos de fogo controlado e operacionais de queima no exercício das ações de fogo controlado;
- Promover projetos de dinamização da técnica do fogo controlado em territórios sem histórico ou baixa execução, sobretudo em áreas de alta e muito alta perigosidade e em áreas com potencial para grandes incêndios;
- Promover e alargar a utilização de fogo controlado em sub-coberto florestal, em particular em povoamentos de pinheiro bravo, associadas a outras práticas silvícolas, como desbastes nos bastios.
- Rever os programas de formação, sobretudo na utilização da técnica de fogo controlado em povoamentos e em matéria de conservação dos valores naturais e implementar guias de conteúdos de formação nas UFCD;
- Avaliação do plano nacional de fogo controlado 2018-2020;
- Organizar ações de fogo controlado em larga escala com a participação de intervenientes, e em particular dos agentes do SGIFR, que, para além do objetivo preventivo, se constituam como ações de reforço de formação, de treino operacional, de coordenação e integração na supressão.

### Indicadores de realização

- Implementação das ações de comunicação e informação estratégica à comunidade e setores em todo o país;
- Nº hectares de fogo controlado realizados em sub-coberto de povoamentos e em bastios de pinheiro bravo;
- Proporção de fogos de gestão nos incêndios rurais (nº e área).
- Nº de ações de treino com fogo controlado realizadas em larga escala com a participação de intervenientes e agentes do SGIFR;

### Metas

- 2021: Elaboração e divulgação do Guia de comunicação e informação estratégica;
- 2021-2030: 3 ações/ano de promoção e dinamização da técnica do fogo controlado, por Sub-Região;
- 2021-2030: 1% de incêndios rurais com procedimentos de fogos de gestão, com acréscimo de 1 % ao ano até 2030 (10%)
- 5.000 ha de área anual tratada com fogo controlado, dos quais 1.000 ha em sub-coberto pinheiro bravo
- Publicação de normativo relativo ao fogo controlado como técnica de gestão e formação.
- Guias de conteúdos de formação para os cursos e unidades de formação relacionadas com a técnica de fogo controlado;
- 3 ações/ano de treino com fogo controlado realizadas, por Sub-Região

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.4-7
- 3.1.1.1
- 4.3.2.4
- 4.4.2.1

### Orçamento Identificado

1M €

### Fontes de financiamento

FA, OE, PRR

# OB 2.2| DIMINUIR A CARGA DE COMBUSTIVEL À ESCALA DA PAISAGEM

## PROGRAMA 2.2.2| ALTERAR O PROCESSO DE ELIMINAÇÃO E PROMOVER O REAPROVEITAMENTO DE SOBRANTES

## Promover processos de compostagem

**2.2.2.1**

### Objetivos

Promover a utilização de compostagem por parte dos proprietários, de forma a otimizar a gestão de recursos e fomentar a utilização de processos de reaproveitamento orgânicos que preservem as propriedades do espaço rural, originando a redução de queimas e uma melhor gestão de combustível

### Principais resultados esperados

- Aumento do número de propriedades agrícola a utilizar processo de compostagem que promovam preservação do espaço rural
- Redução de queimas e combustível sujeito a risco de incêndio nas áreas rurais

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, MA** |
| **Responsável** | **Municípios, CIM** |
| **Suporta** | **DGAL, ICNF, CCDR, Proprietários, APA** |
| **Consulta** | **DGADR, DRAP** |

### Iniciativas/Medidas

- Criar programas de compostagem nas autarquias
- Incentivar a utilização de compostagem, no sentido da reutilização pelos proprietários dos sobrantes como matéria orgânica, divulgando os seus benefícios e apoios
- Implementar uma cadeia de receção e transporte de sobrantes para auxiliar os proprietários na gestão da compostagem
- Divulgar os programas de compostagem junto dos proprietários através de um programa de comunicação em articulação com entidades locais
- Assegurar a partilha de equipamento para a utilização de biotrituradores favorecendo o aumento da matéria orgânica no solo e consequentemente a fertilidade do solo e sustentabilidade da floresta

### Indicadores de realização

- N.º de autarquias com iniciativas de compostagem em vigor
  - N.º de queimas *vs* agricultores aderentes ao programa de compostagem
- Redução do número de ignições nas freguesias aderentes

### Metas

- 2030: 60% das autarquias em áreas prioritárias com programas de compostagem
- 2030: 40% de redução do número de queimas devido ao programa de compostagem

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.2.1.2

### Orçamento Identificado

2 M €

### Fontes de financiamento

POSEUR, FEDER, PO Regionais, FAEDER, FA, PRR

# Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobrantes e matos

**2.2.2.2**

### Objetivos

Promover a geração de energia a partir de biomassa ao nível local, com o apoio dos Municípios, para reaproveitamento das sobras orgânicas da exploração, de desbastes, e gestão de combustível e reduzindo o risco de incêndio

### Principais resultados esperados

- Aumento da produção da energia com base em biomassa florestal residual otimizando a gestão de combustíveis reduzindo o risco de incêndio
- Incremento de eliminação de sobrantes através desta tecnologia face aos métodos tradicionais

### Entregável

Elaboração do estudo e do modelo de financiamento

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, SE Energia** |
| **Responsável** | **ICNF, DGEG** |
| **Suporta** | **Municípios, DGADR, Privados, Centro Pinus** |

### Iniciativas/Medidas

- Elaborar um estudo sobre o modelo de execução, adesão esperada, viabilidade, gestão sustentável da biomassa florestal residual e impacto da promoção da geração de energia com base em biomassa à escala local
- Criar e implementar um modelo de financiamento sustentável para a promoção da geração de energia com base em biomassa florestal residual
- Definir um plano de ação para a promoção do uso desta energia a nível local nos diferentes territórios rurais
- Incentivar os proprietários agrícolas a armazenar os sobrantes agrícolas orgânicos para alimentar as caldeiras e centrais de biomassa locais, salientando os seus benefícios para a comunidade
- Promover apoios dirigidos para a investigação em novas tecnologias de produção de energia a partir de biomassa residual
- Promover, com os Municípios, sistemas de recolha de sobrantes para utilização em caldeiras e centrais de biomassa de pequena dimensão à escala local num modelo de cogeração energia/calor/frio

### Indicadores de realização

- Nº de projetos de geração de energia local implementados
- Percentagem de sobrantes eliminados através da geração de energia (centrais e caldeiras de biomassa) local

### Metas:

- 2T 2022: Estudo concluído
- 2022: Modelo de financiamento e apoio
- 2030: 100 projetos de geração de energia local ao nível da biomassa implementados

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.2.1.2

### Orçamento Identificado

Total: **100M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, **FC,** PRR

# OB 2.3| AUMENTAR A EFICÁCIA DA PROTEÇÃO DAS POPULAÇÕES E DO TERRITÓRIO EDIFICADO

## PROGRAMA 2.3.1| APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AUTOPROTEÇÃO DE PESSOAS E INFRAESTRUTURAS

# Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados

**2.3.1.1**

### Objetivos

Rever e implementar as regras assegurando um equilíbrio entre o esforço e o risco subjacente aos territórios rurais em que se inserem

### Principais resultados esperados

- Aumento do número de privados que cumprem as regras de criação das redes de defesa fruto de um melhor alinhamento entre o esforço necessário e o risco de incêndio subjacente
- Reforço da proteção do território e edificado rural

### Entregável

Normativo das regras das redes de defesa[18]

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| Coordenador | MAAC, MAI |
| Responsável | SECNFOT, GNR |
| Suporta | ICNF, Municípios, AGIF |
| Consulta | ANEPC, MA |

### Iniciativas/Medidas

- Revisão das regras de definição e cumprimento das redes de defesa pelos proprietários privados no sentido de alinhar o esforço dedicado com o risco de incêndio subjacente aos territórios rurais identificadas
- Monitorizar e fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas, aplicando as penalizações sempre que necessário e promovendo o aumento do cumprimento voluntário

### Indicadores de realização

- Quadro de medidas de agravamento do IMI para os proprietários que não cumpram com as regras estabelecidas
- Taxa de incorporação das propostas prioritárias
- Nº de situações monitorizadas/sinalizadas
- Nº total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias
- Taxa de cumprimento voluntário sobre o monitorizado
- Nº de autos

### Metas

- 2021: nova legislação em vigor
- 2021: medidas de penalização em vigor
- 4T 2021: novas regras em vigor
- 2030: % de medidas implementadas
- 2030: Situações monitorizadas/sinalizadas
- 2030: % de cumprimento voluntário sobre o monitorizado

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.2
- 2.2.1.3
- 2.2.1.4
- 2.2.1.5
- 2.3.1.2
- 2.3.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **63M EUR**

### Fontes de financiamento

OE

[18] De acordo com procedimento legislativo

# Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

**2.3.1.2**

### Objetivos

Assegurar a gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas, particularmente com elevada percentagem de espaços rurais e grande dispersão populacional, e incentivar os proprietários agrícolas locais a assumirem faixas de gestão como forma de obterem novo rendimento

### Principais resultados esperados

- Redução do risco de incêndio fruto de uma melhor gestão de combustível nas faixas protegendo o território e edificado rural
- Aumento do rendimento dos proprietários agrícolas por via da exploração das faixas de gestão

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, MA, MAI** |
| **Responsável** | **Municípios, privados** |
| **Suporta** | **OPF, ANEPC, CIM, Org. Agric.** |
| **Consulta** | **SEADR, SECNFOT, ICNF, DGT, DRAP** |
| **Fiscaliza** | **GNR** |

### Iniciativas/Medidas

- Criação de uma aplicação que ajuda o proprietário a executar a faixa de forma correta, inspirada em www.firesmartcanada.ca
- Promover os benefícios de assumir responsabilidade pelas faixas de gestão – como uma fonte de rendimento adicional e de forma a reduzir o risco de incêndio e preservar os recursos locais
- Estabelecer diretrizes para a seleção dos proprietários que irão assumir a gestão das faixas, privilegiando projetos integrados/agregados, de forma a garantir que não sejam ações isoladas, mas que envolvam a comunidade/aldeia: Condomínio de Aldeia
- Definir apoios para ações de reconversão das faixas de gestão de combustível
- Criar regimes para a gestão destes apoios simplificados e flexíveis, nomeadamente por via de contratos-programa com entidades estabelecidas no território (autarquias locais, ADL, CIM, …)
- Garantir gestão nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

### Indicadores de realização

- Grau de execução e gestão da envolvente de áreas edificadas
- Percentagem de aglomerados rurais com gestão de combustível
- Número de hectares geridos nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
- % de projetos apoiados nas faixas de gestão de combustível (e.g. agrícolas, silvo pastoris)
- Nº de "Condomínios de Aldeia" constituídos

### Metas

- 2030: 90% de execução na envolvente de áreas edificadas
- 2030: 80% aglomerados rurais com gestão de combustível
- 2025: 800 aldeias com projetos de "Condomínio de Aldeias": [115 (3T 2021); 315(3T 2022); 515 (3T 2023); 715 (3T 2024)]
- 2030: 220.213 ha geridos em aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas prioritárias
    - 2030: 80% das faixas de gestão de combustível dos aglomerados rurais reconvertidas em uso agrícola/ agroflorestal

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7
- 4.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **30M EUR**

### Fontes de financiamento

FEADER, OE, FA, PDR, PRR, privados

# Incrementar a resiliência do edificado

**2.3.1.3**

### Objetivos

Incrementar a resiliência das edificações em espaços rurais através da definição de normas técnicas de construção civil mais rigorosas atendendo ao caráter de isolamento de parte das edificações, para que estas sejam mais seguras e não coloquem em perigo as pessoas e recursos locais

### Principais resultados esperados

- Aumento da segurança das populações e do território edificado nas zonas rurais como resultado de um aumento da resiliência do edificado

### Entregável

Proposta de revisão da legislação

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **ANEPC** |
| **Suporta** | **AGIF, ICNF, DGT, MCTES** |
| **Consulta** | **LNEC, Ordem dos Arquitetos, Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Engenheiros Técnicos** |

### Iniciativas/Medidas

- Analisar o atual regime de proteção de edificado nas zonas rurais, identificando oportunidades de melhoria
- Articular e elaborar as normas técnicas com as entidades que definem o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJSCIE)
- Propor alterações legislativas nas normas técnicas de construção civil para que estas sejam mais rigorosas e abrangentes, com o objetivo de aumentar a segurança do edificado, atendendo a edificações isoladas e índices de construção rural

### Indicadores de realização

- Revisão legislativa

### Metas

- 1T 2023: Nova legislação em vigor

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.3.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **100K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras"

**2.3.1.4**

### Objetivos

Implementação de medidas de apoio às populações rurais que promovam a prevenção de comportamentos de risco e proteção em caso de incêndios rurais

### Principais resultados esperados

- Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução nos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização
- Redução do número de ocorrências

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **ANEPC, Municípios** |
| **Suporta** | **GNR** |
| **Consulta** | **AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas** |

### Iniciativas/Medidas

- Análise às medidas de apoio à população no âmbito dos territórios rurais de outros países identificando práticas de referência que podem ser adotadas no caso nacional (*e.g.* FireSmart; FireWise)
- Implementar e monitorizar a designação de oficiais de segurança local, da identificação de locais de abrigo e refúgio e teste de planos de evacuação e ações de sensibilização
- Elaborar um diagnóstico para identificar os aglomerados rurais nas áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS) de forma a priorizar a sua intervenção
- Identificar e envolver as entidades e parceiros locais garantindo o alinhamento de todas as entidades e mobilização das populações visando a implementação dos Programas nos aglomerados rurais
- Executar os programas por ordem de perigosidade e monitorizar os seus resultados

### Indicadores de realização

- Número total de aglomerados rurais abrangidos pelos Programas
- Percentagem de aglomerados rurais com ações nos níveis de atuação previstos nos Programas
- Nº ha tratados na envolvente dos aglomerados

### Metas

- 2030: 7000 aglomerados rurais abrangidos pelo Programa
  - 90% dos aglomerados situados nas APPS
  - 90% dos aglomerados aderentes situados nas APPS com Oficial de Segurança designado
  - 80% dos aglomerados aderentes situados nas APPS com locais de abrigo ou refúgio identificados
  - 80% dos aglomerados aderentes situados nas APPS com planos de evacuação identificados
  - 80% dos aglomerados aderentes situados nas APPS com a realização de simulacros

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.3.1.2
- 3.2.1.1
- 3.2.1.2
- 4.1.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **1,3M EUR**

### Fontes de financiamento

POSEUR, PRR

# Mecanismos de cobertura e garantia de correta gestão do risco da edificação

**2.3.1.5**

### Objetivos

Implementar mecanismos de cobertura e garantia para todas as construções, novas e existentes, com um prémio indexado à exposição do edificado ao risco, promovendo assim maior segurança das populações nos territórios rurais

### Principais resultados esperados

- Maior proteção financeira da população nas zonas rurais através de um seguro que permita uma indemnização justa

### Entregável

Estudo e desenho do modelo de mecanismos de cobertura e garantia de correta gestão do risco na edificação

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MF, MIH** |
| **Responsável** | **ASF, IMPIC** |
| **Consulta** | **METD, AGIF, ICNF, DGT, ANEPC, DGADR** |

### Iniciativas/Medidas

- Efetuar diagnóstico aos seguros e mecanismos de certificação sobre o edificado em vigor em Portugal, de forma a identificar oportunidades de melhoria e analisar os modelos de seguros sobre o edificado de outros países identificando as práticas de referência relativas à segurança das construções em caso de incêndio, tendo em conta a sua aplicabilidade no caso português
- Criar as diretrizes para mecanismos de garantia e de cobertura de correta gestão do risco na edificação que promova maior segurança das construções novas e existentes, em áreas rústicas e confinantes, ajustado à realidade portuguesa e linhas orientadoras para certificação de garantia de correta gestão do risco na edificação e prémios de seguro indexados ao nível de exposição ao risco

### Indicadores de realização

- % de construções com certificação
- % de construções com seguro

### Metas

- 2025: 100% de construções com mecanismos de garantia e de cobertura de correta gestão do risco da edificação

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.3.1.3

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Privado

# Robustecer os incentivos financeiros aos privados

**2.3.1.6**

### Objetivos

Apoiar os proprietários privados disponibilizando linhas de crédito para reconstruir e reabilitar o edificado, contribuindo para uma maior segurança para a população e recursos locais

### Principais resultados esperados

- Aumento da segurança das pessoas e do território edificado das zonas rurais promovendo o cuidado dos espaços rurais

### Entregável

Avaliação de medidas de majoração fiscal em função das melhores práticas e de agravamento do IMI para os proprietários que não cumpram com as regras estabelecidas

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **SECNFOT, SEAAF** |
| **Aprova** | **AGIF, ANEPC** |
| **Suporta** | **MTED, Municípios, Privados** |

### Iniciativas/Medidas

- Definir requisitos para a candidatura às linhas de crédito e modelo de funcionamento da mesma
- Criar fundos e linhas de crédito para o edificado (reconstrução/reabilitação)
- Promover ações de sensibilização da população para a candidatura a linhas de crédito com os fins supramencionados salientando os seus benefícios
- Medir o impacto da criação das linhas de crédito para a proteção do edificado
- Avaliar regime fiscal (IMI) em função da adoção das melhores práticas e não cumprimento das regras estabelecidas

### Indicadores de realização

- Disponibilização das linhas de crédito com acesso simplificado e condições atrativas
- % de candidaturas à linha de crédito para proteção do edificado

### Metas

- 2020-2030: Nº Linhas de crédito disponibilizadas
- 2030: 80% de candidaturas

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.2.1.2

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# OE3| MODIFICAR COMPORTAMENTOS

**Objetivos:** Os espaços rurais são vulneráveis aos incêndios e as pessoas também o são, pelo que os comportamentos dos cidadãos precisam de se adequar a essas vulnerabilidades, que diferem no tempo e no espaço. O perfil de risco altera-se pela situação meteorológica e a composição, carga e estrutura da vegetação, enquanto para pessoas e comunidades é determinado em função da sua experiência, condições físicas, idade e cultura.

A modificação de comportamentos visa promover junto da população a adoção das melhores práticas de defesa e também evitar o uso irrestrito do fogo, reduzir as fontes de ignição em períodos de maior risco, como as queimas e queimadas, as fogueiras, as máquinas e todas as fontes de calor que possam dar origem a um incêndio, e demonstrar que as técnicas utilizadas atualmente para gerir os sobrantes nas propriedades agrícolas e silvícolas não podem ser as mesmas de outrora. Uma população mais reduzida, que usa o fogo como ferramenta pode já não ter as condições físicas necessárias para controlar uma propagação inesperada.

Modificar comportamentos é, também, dar a conhecer as boas práticas de prevenção de incêndios e gestão do território e divulgar os conhecimentos científicos sobre o uso do fogo.

**Metas da Orientação estratégica:**

- Face à média (2010-2019) registam-se menos 80% de ignições (intencionais e negligentes) nos dias de elevado risco de incêndio
- Totalidade do território com maior risco de incêndio coberto com mecanismos de vigilância
- Adoção de melhores práticas por 70% da população das áreas com maior risco
- 100% das escolas do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico desenvolvem trabalho de conhecimento das boas práticas de prevenção de incêndios.

**Orçamento total da Orientação Estratégica:** 766 M €

**Fontes de Financiamento:** OE, Fundo Ambiental, FAEDER

**Articulação com outros Planos:** Plano Nacional Estratégico de Gestão de combustível, Diretiva Operacional Nacional, DON2, Lei de bases da proteção civil, Plano de Comunicação Integrada, Estratégia Nacional para as Florestas, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva; Plano de Recuperação e Resiliência 21-26.

# OB 3.1| REDUZIR AS IGNIÇÕES DE MAIOR RISCO

## PROGRAMA 3.1.1| REDUZIR O NÚMERO E O RISCO DE QUEIMAS E QUEIMADAS

# Regulamentar e implementar o uso do fogo

**3.1.1.1**

### Objetivos

Analisar e atualizar regime atual da utilização do fogo, incluindo autorização e condicionantes meteorológicos ou de calendário à realização de queimas e queimadas de forma a reduzir o número e o risco das mesmas

### Principais resultados esperados

- Regulamentação do uso do fogo para a prática de queimas e queimadas realizadas em segurança

### Entregável

- Mapa das freguesias com maior incidência no uso do fogo para queimas e queimadas para renovação de pastagens
- Definição de condições e procedimentos para a classificação e operacionalização dos fogos de gestão

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **AGIF, Municípios, GNR, IPMA, CIM, OPF** |
| **Consulta** | **ANEPC, Org. Agric.** |

### Iniciativas/Medidas

- Atualizar o regulamento do fogo técnico dotando-o de normas de maior exigência ao nível das qualificações de Técnicos e Operacionais e dos conteúdos de planeamento e de maior simplificação e adequação em termos procedimentais e identificando pontos de melhoria e razões que potenciam comportamentos de risco e formas de os mitigar
- Desenvolvimento de processos de gestão da vegetação através do uso adequado do fogo

Específicas para queimas e queimadas:

- Atualizar regime atual (Decreto-Lei 14/2019) de autorização e condicionantes de calendário e/ou meteorológicos para a realização de queimas e queimadas.
- Identificação, mapeamento e priorização das freguesias com maior incidência no uso do fogo para queimas e queimadas e para renovação de pastagens para redução do risco

### Indicadores de realização

- Regulamento em vigor
- % de implementação de uso adequado do fogo em processos de gestão de vegetação
- Freguesias identificadas

### Metas

- 2021: Regulamentação do uso do fogo revista
- Aumento do uso adequado do fogo
- 100% das freguesias identificadas

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.4
- 2.2.1.5
- 3.1.1.2
- 3.1.1.3
- 4.1.1.1
- 4.3.2.4

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# Apoio à população na realização de queimas e queimadas

**3.1.1.2**

### Objetivos

Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais (Autarquias, Sapadores, GNR) e utilização de meios de comunicação mais eficazes

### Principais resultados esperados

- Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas
- Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas
- Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais
- Redução da área ardida resultante de queimas e queimadas

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI/MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF, Municípios** |
| **Suporta** | **GNR, ANEPC, BB** |
| **Consulta** | **IPMA, AGIF** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar as perguntas mais frequentes relativamente às queimas e queimadas e outras informações úteis e práticas (e.g. regulação e regras aplicáveis, contactos das autoridades, informação meteorológica)
- Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma e quer através do apoio telefónico
- Identificar e capacitar das entidades locais para a realização de ações de formação e partilha de conhecimento
- Identificar as alternativas existentes à prática de queimas e queimadas
- Estender a todos os municípios a adesão a linha com um número único de apoio à realização de queimas e queimadas ao cidadão

### Indicadores de realização

- Repositório de informação relativa à realização de queimas e queimadas (meios digitais e físicos)
- Nº de pedidos de autorização/ comunicações para a realização de queimas e queimadas
- Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas
- Nº de queimas e queimadas apoiadas
- Nº de acidentes em queimas e queimadas
- Municípios aderentes à Plataforma das Queimas e Queimadas, operada pelo ICNF

### Metas

- Pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas
- 100% de resposta aos pedidos de autorização/ comunicações para a realização de queimas e queimadas
- 2020-2030: 100% dos pedidos de esclarecimento prestados todos os anos
- 2020-2030: <de 1 pessoa/ano acidentada como grave em queimas e queimadas por ano

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.4
- 2.2.2.1
- 2.2.2.2
- 2.3.1.4
- 3.1.1.1
- 3.2.1.1
- 3.3.1.2
- 4.1.1.3
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **1,5 M €**

### Fontes de financiamento

OE, FA

# Mecanismo de apoio à realização de queimadas

**3.1.1.3**

### Objetivos

Apoiar na realização de ações de fogo controlado para a renovação de pastagens, numa perspetiva de redução das ignições.

### Principais resultados esperados

- Redução das ignições associadas à renovação de pastagens em dias com perigo meteorológico de incêndio elevado ou muito elevado

### Entregável

Mapa das freguesias com incêndios relacionados com o uso do fogo para a renovação de pastagens

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC/SECNFOT** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **GNR/UEPS, ANEPC/FEPC, Municípios, OPF, Privados, BB** |
| **Consulta** | **DRAP, IFAP** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar os territórios onde o uso do fogo para renovação de pastagens está associado às causas e motivações dos incêndios
- Integrar essas áreas no Plano de Gestão de Combustível
- Apoiar na execução de queimadas para renovação de pastagens
- Promover ações de sensibilização junto dos pastores
- Remoção das ajudas aos proprietários dos animais se pastorícia extensiva com recurso a fogo na freguesia for realizada sem apoio técnico

### Indicadores de realização

- Mapa das freguesias com incêndios relacionados com o uso do fogo para a renovação de pastagens
- Pastores que solicitam apoio do mecanismo (evolução % e ha)
- Queimadas realizadas integradas e apoiadas pelo mecanismo
- Área tratada com fogo controlado
- Redução de ignições com causa associada à renovação de pastagens nos territórios rurais

### Metas

- 2020-2022: 50% da área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado
- 2023-2030: 85% da área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado
- 2030: 70% de redução do número de ignições com causa/motivação uso do fogo para renovação de pastagens

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7
- 2.1.1.3
- 2.3.1.2
- 2.1.1.1
- 3.1.1.2
- 3.1.1.1

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

FA, FC, FAEDER

# OB 3.1| REDUZIR AS IGNIÇÕES DE MAIOR RISCO

## PROGRAMA 3.1.2| REFORÇAR A CAPACIDADE DE VIGILÂNCIA E DISSUASÃO

# Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas

**3.1.2.1**

### Objetivos

Aumentar as ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas reduzindo o número de comportamentos de risco nestas áreas e garantindo capacidade dissuasora

### Principais resultados esperados

- Aumento da capacidade de vigilância durante os períodos de maior severidade meteorológica
- Aumento do grau de cobertura de vigilância do território, com foco em dias de FWI muito alto e extremo

### Entregável

Calendário integrado de ações de vigilância

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **GNR** |
| **Suporta** | **AGIF, ICNF, FFAA, FFAA-FA, Municípios** |
| **Consulta** | **ANEPC** |

### Iniciativas/Medidas

- Atualizar mapeamento das áreas críticas, com base em variáveis (*e.g* freguesia com mais ignições, património não ardido, potencial de mais área ardida)
- Realizar ações de vigilância (com especial incidência nos períodos críticos) a ser cumprido pelas autoridades responsáveis, em linha com o nível de risco das diversas áreas rurais (patrulhamento e *UAV*)
- Garantir a operacionalidade do sistema de alerta de ocorrências e mecanismos de controlo, levantando oportunidades de melhoria (e.g. realização de simulações para a identificação de constrangimentos)
- Elaborar reporte anual do desempenho das iniciativas e adaptar o plano de intervenção para o ano seguinte

### Indicadores de realização

- Nº ações de vigilância em períodos críticos em zonas críticas vs Nº de ignições verificadas
- Grau de cobertura do território a vigiar nas horas mais críticas (11h às 17h)

### Metas

- 2020-2030: Ações de vigilância em períodos críticos em zonas críticas // Ignições verificadas
- 2023: 50% de cobertura do território das freguesias prioritárias

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.1.1.2
- 3.1.2.3
- 3.2.1.2
- 3.2.2.1 a 3.1.2.2
- 4.1.2.4
- 4.2.4.1 a 4.2.4.2
- 4.3.2.1 a 4.3.2.2

### Orçamento Identificado

Total: **360,8M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, FA

# Presença das Forças Armadas nas áreas críticas

**3.1.2.2**

### Objetivos

Garantir a presença das Forças Armadas no interior do território nacional, numa perspetiva dissuasora e de vigilância, contribuindo para a redução do número de comportamentos de risco nessas áreas

### Principais resultados esperados

- Sensibilização da população e consequente redução do nível de risco de fogo nas áreas rurais
- Controlo próximo e presencial de comportamentos de risco por parte das Forças Armadas

### Entregável

Calendário de ações de vigilância

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MDN** |
| **Responsável** | **FFAA** |
| **Consulta** | **GNR, ANEPC, AGIF, ICNF** |

### Iniciativas/Medidas

- Promover a realização de Exercícios e Treino das Forças Armadas em território de risco, marcando uma presença dissuasora e de vigilância e de apoio às redes de defesa
- Articular e comunicar o calendário da presença das Forças Armadas de forma a garantir a inclusão de ações de sensibilização nas suas agendas, em articulação com outras entidades responsáveis, de forma a que a sua execução constitua efetivamente uma mais valia para o esforço global

### Indicadores de realização

- % da área abrangida pela presença dos militares das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea) nas áreas rurais críticas e nos dias de risco máximo e extremo

### Metas

- 2020: Presença das Forças Armadas em 40% da área abrangida (considerada crítica) (atualmente coberta pelo Protocolo FAUNOS)
- 2021 (+1): a incrementar 5% anualmente até 2028 atingindo o valor 80% área coberta considerada crítica
- 2030: Presença das Forças Armadas em 80% da área abrangida (considerada crítica) a definir em coordenação com o ICNF e a GNR

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.1.2.1
- 4.1.2.4
- 4.2.4.1
- 4.2.4.2

### Orçamento Identificado

Total: **276 M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, FA

| Descrição | Categoria | Valor |
|---|---|---|
| Encargos Operação Protocolo FAUNOS (*) | Operação | (14M) |
| Encargos Operação Plano HEFESTO (*) | Operação | (16M) |
| Encargos Exercícios e Treino FFAA áreas críticas | Operação | 30M |
| Interoperabilidade – Comando, Controlo e Comunicações | Comunicações | 88M |
| Material – Equipamentos, Viaturas e Máquinas | Equipamento | 153M |
| Formação | RH | 1,1M |
| Manutenção Equipamentos e Sistemas | Manutenção | 3,9M |

# Rede de vigilância e deteção de incêndios

**3.1.2.3**

### Objetivos

Avaliar e implementar de forma integrada sistemas de vigilância inovadores (terrestres e aéreos) que respondam às necessidades de cobertura do território, fiabilidade e eficiência, integrando soluções e diferentes entidades, incluindo privados, que permitam a melhoria da capacidade de resposta às necessidades de prevenção, combate e controlo de incêndios em Portugal reduzindo o número de comportamentos de risco

### Principais resultados esperados

- Integração na vigilância de áreas críticas melhorando a eficiência na identificação de riscos
- Redução do tempo de deteção e comunicação para despacho
- Melhoria da capacidade de resposta e combate a fogos rurais

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **GNR** |
| **Suporta** | **ANEPC, ICNF, Municípios, AGIF, Privados, FA-FFAA, CIM** |

### Iniciativas/Medidas

- Analisar os sistemas de vigilância que estão a ser utilizados atualmente e identificar principais constrangimentos/oportunidades de melhoria
- Avaliar quais as soluções de possível implementação (e.g. tecnologia, viaturas, serviços, infraestruturas) e efetuar uma análise *benchmark* para ver as melhores práticas de outros países
- Definir um plano de implementação dos novos sistemas de vigilância, com foco na priorização das áreas rurais mais críticas
- Comunicar com as várias entidades envolvidas por forma a garantir o seu alinhamento com a rede de vigilância e deteção de incêndios

### Indicadores de realização

- Número de alertas por tipo de dispositivo
- Proporção de deteções por RVDI e entidades com missões de vigilância
- Taxa de erro de deteção
- % do território vigiado pela RVDI
- % de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional

### Metas

- 2021: análise e reflexão proposta de ação
- 2030: 100% do território com sistema de vigilância eficiente
    - 2022: 5% da RVDI com sistema integrado vigilância
    - 2024: 50% da RVDI com sistema integrado de vigilância
    - 2030: % de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.1.2.1
- 4.1.2.4
- 4.2.4.1
- 4.2.4.2
- 4.3.2.1

### Orçamento Identificado

Total: **38M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, FC, FA

# OB 3.1| REDUZIR AS IGNIÇÕES DE MAIOR RISCO

## PROGRAMA 3.1.3| REVER O ENQUADRAMENTO JÚRIDICO PARA OS COMPORTAMENTOS DE RISCO

# Enquadramento jurídico em regime penal

**3.1.3.1**

### Objetivos

Análise do enquadramento jurídico atual do uso do fogo e responsabilidade de ignições de forma a contemplar um regime penal mais adequado às infrações cometidas e sensibilizar a população e reduzir o número de comportamentos de risco

### Principais resultados esperados

- Redução do número de comportamentos de risco associados ao fogo rural

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MJ, MAI** |
| **Responsável** | **SEJ, SEAI** |
| **Suporta** | **GNR, PJ, PSP, ICNF** |
| **Consulta** | **ANEPC** |

### Iniciativas/Medidas

- Análise ao atual enquadramento jurídico da criminalização associada ao uso do fogo e responsabilidade de ignições
- Adequar as penas criminais ao impacto das ações consideradas de incendiarismo

### Indicadores de realização

- % de responsáveis de fogo posto com penas criminais instituídas
- Redução do número de infrações

### Metas

- No cartólogo de redução de ignições, redução da % atribuída por negligência e intencionais

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.1.3.3
- 3.1.3.4

### Orçamento Identificado

Total: **20K EUR**

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# Apoio e acompanhamento pela prática de fogo posto no âmbito da saúde mental

**3.1.3.2**

### Objetivos

Implementar programas de apoio e acompanhamento aos cidadãos condenados pelo crime de incêndio cujo comportamento possa estar associado à saúde mental e alcoolismo, como mecanismo complementar ao processo jurídico instaurado, de forma a reabilitar os cidadãos para a sua reinserção na sociedade modificando e prevenindo futuros comportamentos de risco

### Principais resultados esperados

- Reduzir o comportamento de risco da população, prestando o apoio necessário
- Reabilitação para a reinserção na sociedade dos infratores (doentes mentais) de fogo posto que sofrem de problemas de saúde mental
- Redução do número de ignições intencionais

### Entregável

Documento orientador do plano de apoio e acompanhamento ao infrator (doente mental) de fogo posto no âmbito da saúde mental

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MS, MJ** |
| **Responsável** | **SNS** |
| **Suporta** | **AGIF, GNR, PJ** |
| **Consulta** | **OPP** |

### Iniciativas/Medidas

- Definir as diretrizes de execução do plano de apoio e reabilitação, garantindo articulação entre as entidades que irão estabelecer o contacto com os infratores de fogo posto que sofrem de problemas de saúde mental (e.g. GNR, PJ)
- Implementar programas de apoio específicos contemplando a monitorização contínua do infrator cujo comportamento esteja associado a saúde mental e do seu progresso.

### Indicadores de realização

- Implementação dos programas na data prevista
  - % de infratores (doente mental) reincidentes, com ou sem apoio de saúde mental
  - % de infratores (doente mental) de fogo posto com acompanhamento através de programa de apoio

### Metas

- 2022: Programas em vigor
  - 2020-2030: Infratores (doente mental) de fogo posto com acompanhamento através de programa de apoio

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.1.3.3

### Orçamento Identificado

Total: **20K EUR**

### Fontes de financiamento

OE, outras

# Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais

**3.1.3.3**

### Objetivos

Determinar as causas de incêndios rurais por cada unidade territorial, adotando uma abordagem personalizada a cada região para garantir maior eficácia na investigação, de forma definir medidas de mitigação e ações de sensibilização da população. Este estudo deve ser utilizado como forma de capacitação e consulta de informação para as entidades de investigação no âmbito dos incêndios rurais

### Principais resultados esperados

- Melhoria da identificação das causas de incêndios rurais
- Redução do número de comportamentos de risco associados a práticas florestais e agrícolas
- Aumento do número de incêndios investigados e com causa determinada

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **GNR** |
| **Suporta** | **MJ, AGIF, PJ, ICNF, PSP, Privados** |

### Entregável

Relatório de investigação e determinação das causas dos incêndios rurais, com detalhe a escala regional e identificação de oportunidades de melhoria e contributos para o Programa Nacional de Redução de Ignições (ICNF)

### Iniciativas/Medidas

- Analisar os atuais métodos de amostragem para as diferentes tipologias de terreno e identificar oportunidades de melhoria comparando com a abordagem de outros países e técnicas inovadoras
- Definir e aplicar metodologia de amostragem adequada a cada NUTII, procurando um equilíbrio entre a padronização de normas e a adaptação à realidade local
- Determinar as causas dos incêndios rurais e atualização da lista de causas em vigor, de forma a contemplar novas situações já verificadas
- Compreender os modelos mentais das ignições negligentes em cada NUTII e analisar os resultados para tomada de decisão sobre planos de mitigação em articulação com as várias entidades responsáveis (e.g. GNR, PJ)
- Promover a capacitação e permanente atualização de conhecimentos
- Monitorização dos registos das causas de incêndios rurais

### Indicadores de realização

- Nº de estudos para determinação das causas no processo de investigação/validação
- Taxa de investigação das causas de incêndio
- Taxas mínimas conclusivas
- Nº de elementos com capacitação em investigação de causas de incêndios rurais

### Metas

- 2021 - 2030: Relatório de investigação e determinação das causas dos incêndios rurais todos os anos
- 2023: 70% de investigação das causas de incêndio
  - 2030: 100% de investigação das causas de incêndio
- 2023: 40% de taxa mínima conclusiva
  - 2030: 70% de taxa mínima conclusiva
- 2030: 100% dos elementos que executam a investigação e determinação das causas de incêndios rurais com capacitação e atualização de conhecimento

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.1.3.1

### Orçamento Identificado

Total: **100K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Investigação e processos relativos aos crimes de incêndio como prioritários

**3.1.3.4**

### Objetivos

Prever a tipologia de crimes de fogo como excecionados pelas férias judiciais, onde os atos processuais não são efetuados, de forma a acelerar a sua resolução judicial

### Principais resultados esperados

- Aumentar a eficiência e capacidade de resposta de resolução dos processos relativos aos crimes de incêndio

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MJ** |
| **Responsável** | **Ministério Público** |

### Iniciativas/Medidas

- Garantir esta tipologia como crime excecionado pelas férias judiciais e, como tal, prioritários através de despacho do Ministério Público (lei bianual*)
- Monitorizar o impacto positivo da decisão
- Prever procedimentos internos durante o período de férias judiciais para esta tipologia de crime

### Indicadores de realização

- Tempo médio até julgamento, durante o período de férias judiciais (dias)
- Tempo médio de disputa legal, durante o período de férias judiciais (dias)

### Metas

- 2020-2030: Tempo médio até julgamento, durante o período de férias judiciais
- 2020-2030: Tempo médio de disputa legal, durante o período de férias judiciais

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.1.3.1

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# OB 3.2| ESPECIALIZAR A COMUNICAÇÃO DE RISCO: MELHORAR A PERCEÇÃO DO RISCO E ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS

## PROGRAMA 3.2.1| COMUNICAR PARA O RISCO: PORTUGAL CHAMA

# Comunicação integrada para o risco

**3.2.1.1**

### Objetivos

Desenvolver iniciativas de comunicação transversais à população portuguesa, apelando a uma maior consciencialização dos cidadãos e a redução de comportamentos de risco por parte dos portugueses, contribuindo para um país protegido de incêndios rurais graves

### Principais resultados esperados

- Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros aumentando a proteção das populações e espaços rurais

### Entregável

Plano de comunicação integrada para o risco; Barómetro e avaliação de impacto da campanha de comunicação integrada

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ANEPC, GNR, ICNF, FFAA, Privados, Municípios, PSP** |

### Iniciativas/Medidas

- *Benchmarking* com outros países
- Desenvolver plano de comunicação integrada para o risco, com a identificação das principais diretrizes estratégicas/mensagens, canais, entidades, cronograma e identificação ao nível da freguesia de quais os cinco maiores tipos de causas (priorização das freguesias para intervenção)
- Desenvolver e implementar as campanhas no âmbito da sensibilização da população
- Garantir articulação com as entidades responsáveis pela comunicação e sensibilização da população
- Implementar mecanismos de comunicação com os vários públicos-alvo e às diferentes escalas regionais e locais, integrando os vários processos do SGIFR
- Monitorizar o impacto das campanhas de sensibilização da população na adoção de comportamentos mais seguros

### Indicadores de realização

- Grau de cumprimento do plano de comunicação
- Público-alvo atingido em campanhas de comunicação
- Grau de perceção do risco
- Grau de adoção das melhores práticas
- Grau de impacto das campanhas de sensibilização na população
    - Nº de campanhas de sensibilização criadas
    - Nº de pessoas alcançadas pelas campanhas de sensibilização
    - N.º de ações nas redes sociais

### Metas

- 2021: % de grau de perceção do risco // % de grau de adoção de melhores práticas
    - 2024: % de grau de perceção do risco // % de grau de adoção de melhores práticas
    - 2030: % de grau de perceção do risco // % de grau de adoção de melhores práticas
- Estudo de impacto
- 2023: 90% de impacto
    - 2030: 100% de impacto
- 2020-2030: Pessoas alcançadas pelas campanhas de sensibilização
- 2020-2030: Informações nas páginas oficiais/ redes sociais

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.2.1.2 a 3.2.1.4
- 3.2.2.1

### Orçamento Identificado

Total: **41,8M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, FA, FEADER

# Comunicação especializada de proximidade

**3.2.1.2**

### Objetivos

Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade

### Principais resultados esperados

- Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros aumentando a proteção das populações e espaços rurais

### Entregável

Documento orientador do plano de comunicação personalizado às regiões alvo

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI, MAAC** |
| **Responsável** | **Municípios, ANEPC, GNR, ICNF** |
| **Suporta** | **FFAA, CIM, CCDR, DGADR, IFAP, MC** |
| **Consulta** | **AGIF, entidades da comunidade local, OPF** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar as regiões e públicos-alvo específicos para a criação de iniciativas de sensibilização local
- Definir as linhas orientadoras para um plano de comunicação adaptado à realidade de cada região, aumentando a permeabilidade da informação transmitida e promovendo uma alteração de comportamentos
- Implementar as campanhas de sensibilização aos públicos-alvo específicos em cada região ou local, de acordo com os fatores de risco mais relevantes para adoção das melhores práticas associadas
- Constituir o programa nacional de artes e ciências do fogo ancorado tematicamente nas áreas relevantes de conservação da natureza e prevenção de incêndios
- Reforçar os programas de intervenção à escala local, envolvendo toda a comunidade como agricultores, proprietários florestais, jovens, idosos e as comunidades religiosas
- Criar e reforçar mecanismos de comunicação de forma a melhorar o diálogo e a passagem de informação, ao nível comunitário, envolvendo os cidadãos, fornecendo informações locais factuais e incentivando-os a tomar decisões e a assumir responsabilidades por si próprios
- Elaborar ações de formação e de partilha de conhecimento por parte das entidades locais em zonas onde as práticas de queimas e queimadas são frequentes, promovendo o apoio destas entidades na realização das mesmas
- Monitorizar as campanhas de sensibilização medindo o seu grau de alcance e sucesso

### Indicadores de realização

- Grau de alcance das campanhas preventivas direcionadas para os grupos específicos (%)
    - Nº ações de sensibilização locais
    - Nº de pessoas sensibilizadas
    - N.º de ações nas redes sociais

### Metas

- 2020-2030: 80% de alcance nas campanhas direcionadas, todos os anos
    - 2020-2030: Ações de sensibilização locais
    - 2020-2030: Pessoas sensibilizadas
    - 2020-2030: Informações nas páginas oficiais/ redes sociais

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.2.1.1
- 2.3.1.2
- 2.2.2.1
- 2.2.1.4
- 3.1.1.2
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **48,2 M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, FA, PRR

# Comunicação das entidades em contexto de emergência

**3.2.1.3**

### Objetivos

Capacitar as entidades da administração central e local a efetuar uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência

### Principais resultados esperados

- Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contextos de crise das entidades centrais e locais garantindo um alinhamento integrado
-

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **ANEPC** |
| **Suporta** | **GNR, FFAA, ICNF, IPMA, Municípios** |

### Iniciativas/Medidas

- Efetuar um diagnóstico à situação atual das redes de comunicação e articulação das entidades da administração central e local, nomeadamente em contexto de emergência, identificando oportunidades de melhoria
- Definir estratégia de capacitação das entidades responsáveis e plano de ação de forma a potenciar a comunicação das medidas de proteção das pessoas e do edificado durante contexto de emergência, sendo que numa primeira fase serão capacitados apenas os porta-vozes e sendo depois escalado para toda a entidade
- Organizar sessões de capacitação das várias entidades

### Indicadores de realização

- Nº de elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência
- Nº de entidades capacitadas para comunicar em contexto de emergência

### Metas

- 2021: 1 porta-voz e 1 substituto por entidade
- 2024: totalidade de entidades capacitadas para comunicar em contexto de emergência
    - 2022: 50% das entidades capacitadas para comunicar em contexto de emergência

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.2.1
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **2M EUR**

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco

**3.2.1.4**

### Objetivos

Formar os OCS à escala nacional, regional, sub-regional e local para uma comunicação de informação clara e objetiva para que a população obtenha uma perceção adequada e transparente do risco e consequências dos incêndios rurais, sensibilizando-os para comportamentos de risco

### Principais resultados esperados

- Melhoria dos mecanismos de comunicação de risco dos OCS garantindo a transmissão de informação clara e objetiva
- Redução dos comportamentos de risco fruto de uma maior sensibilização dos cidadãos

### Entregável

Documento orientador da formação da comunicação de risco

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ANEPC, ICNF, IPMA, GNR, FFAA, PJ, CENJOR** |
| **Consulta** | **ERC** |

### Iniciativas/Medidas

- Elaborar as diretrizes para a formação dos OCS no âmbito da comunicação de risco, nomeadamente os conteúdos chave a serem transmitidos e calendarização
- Formar os OCS à escala nacional, regional, sub-regional e municipal
- Modelo de comunicação com os OCS e assegurar a divulgação de informação clara e objetiva junto dos mesmos, de forma a melhorar a perceção do risco e suas dimensões e causas
- Elaboração de guia operacional de orientação aos OCS para cobertura de incêndios rurais

### Indicadores de realização

- Grau de formação dos órgãos de comunicação social no âmbito de incêndios rurais, à escala nacional, regional, sub-regional e municipal (%)
    - Nº de pessoas formadas por entidade
- Estudo de análise de conteúdos sobre a evolução da comunicação sobre incêndios em Portugal (2020-2030)

### Metas

- 2021: formação de 100% dos órgãos de comunicação social de escala nacional
- 2030: formação de 100% dos órgãos de comunicação social à escala sub-regional e local
    - 2022: formação de 50% dos órgãos de comunicação social à escala sub-regional e local
    - 2024: Pessoas formadas por entidade

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.2.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **100K EUR**

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# OB 3.2| ESPECIALIZAR A COMUNICAÇÃO DE RISCO: MELHORAR A PERCEÇÃO DO RISCO E ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS

## PROGRAMA 3.2.2| ORIENTAR PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA O RISCO

# Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco

**3.2.2.1**

### Objetivos

Sensibilizar e educar os alunos dos ensinos básico e secundário para a adoção de comportamentos responsáveis no âmbito da valorização dos recursos florestais e ensinar como agir em situações de incêndio (autoproteção)

### Principais resultados esperados

- Aumento da educação da população mais jovem para os perigos de incêndio e adoção de comportamentos responsáveis
- Enriquecimento e coesão do plano nacional de educação incluindo os temas de risco de fogo

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MEDU** |
| **Responsável** | **DGE, Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica** |
| **Suporta** | **AGIF, ICNF, ANEPC, IPMA, Municípios, Ciência Viva** |
| **Consulta** | **OPP** |

### Iniciativas/Medidas

- Reforçar as práticas pedagógicas e produzir conteúdos educativos referentes à valorização dos recursos florestais e às medidas de autoproteção a incluir nas aprendizagens.
- Formar e sensibilizar a comunidade escolar, especialmente os professores e os alunos para os valores de uso direto e indireto da floresta em Portugal, para as características deste ecossistema e as suas vulnerabilidades atuais face a mudanças sociais, económicas e climáticas acentuadas
- Criar na escola o dia dedicado a regras básicas sobre incêndios rurais e como prevenir e reagir, em colaboração com as entidades locais de combate e prevenção de fogos rurais
- Conceber e concretizar Exposição Científica itinerante sobre o FOGO, no âmbito do programa Ciência Viva, que irá circular por todos os distritos de Portugal até 2030

### Indicadores de realização

- Inclusão de conteúdos educativos orientados para a identificação de risco e comportamentos de autoproteção nos diferentes graus de ensino
- Criação da Exposição Ciência Viva
    - Nº de estudantes que assistiram à exposição

### Metas

- 2023 – Ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos)
- 2023 – Ensino secundário (10º, 11º e 12º anos de escolaridade)
- 2030 – Exposição Ciência Viva circulou por 100% dos distritos
    - 2023: Exposição Ciência Viva inaugurada
    - 2027: Exposição Ciência Viva circulou por 50% dos distritos
- 2030: Estudantes assistiram à exposição

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.2.1.1

### Orçamento Identificado

Total: **829K EUR**

### Fontes de financiamento

OE, FA, FCT, Privados

# OE4| GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

**Objetivos:** A gestão eficiente do risco é não só uma forma de reduzir os impactos negativos concretos, mas também uma forma de aumentar a confiança das populações, promovendo dessa forma uma ocupação e uma exploração adequada do território.

A comunicação do risco tem de ser suportada por evidências e conhecimento consolidado e assegurada por especialistas de comunicação e, em caso de perigo, os avisos devem ser prioritariamente orientados e adequados a cada segmento-alvo.
No enquadramento institucional há que melhorar as práticas de governança, os sistemas de informação e decisão e a capacitação técnica dos agentes. Este é, aliás, um tema onde o reforço de mecanismos de cooperação e coordenação interagências tem relevante espaço de melhoria, assente num modelo de ensino, reconhecimento e certificação de competências. Dada a complexidade do problema e a existência de múltiplos agentes, a monitorização de resultados, avaliação e comunicação são essenciais para instituir um modelo de governança do risco adequado ao desafio da Visão do SGIFR. Para tal, será decisivo estimular a cooperação e confiança interagências, promover a partilha de dados, conhecimento e experiências e consolidar culturas e regras institucionais que fomentem o mérito e ciclos de melhoria contínua.

**Metas da Orientação estratégica:**

- 70% do Programa de Ação Nacional foi implementado e está em funcionamento o modelo territorial regional e sub-regional
- 100% das decisões estratégicas à escala regional e sub-regional, são informadas por análise de risco de base probabilística
- Reduzir os danos potenciais
- Máximo de 1% de reacendimentos
- Programa de qualificação implementado a 80% e totalidade das funções são executadas por operacionais habilitados e credenciados

**Orçamento total da Orientação Estratégica:** 3 312 M €

**Fontes de Financiamento:** SAMA, Orçamento do Estado, POSEUR, Fundos Comunitários, Plano de Recuperação e Resiliência

**Articulação com outros Planos:** Lei de Bases de Política Florestal; Estratégia Nacional para as Florestas; Programas Regionais de Ordenamento Florestal; Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva; Decreto-Lei 2/2019, Resolução do Conselho de Ministros nº12/2019, RCM 13/2019, Decreto-Lei 12/2018, Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2018, Orgânicas e estatutos das entidades SGIFR, Diretiva Operacional Nacional 2 (DECIR); SIOPS; Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030

# OB 4.1| IMPLEMENTAR O PLANEAMENTO INTEGRADO INCORPORANDO A AVALIAÇÃO DE RISCO

## PROGRAMA 4.1.1| ESPECIALIZAR A ANÁLISE DE RISCO

# Cartografia de risco

**4.1.1.1**

### Objetivos

Desenvolver e manter atualizado o mapa de perigosidade de incêndio rural e mapas de risco com a valorização dos espaços suscetíveis

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Consulta** | **AGIF, DGT, ANEPC, IPMA** |
| **Informa** | **Municípios** |

### Principais resultados esperados

- Aumento/melhoria da informação relativa ao risco de incêndio, permitindo a gestão do risco com base monetária (€)
- Maior eficiência de planeamento e consequente resposta a emergência

### Iniciativas/Medidas

- Analisar os instrumentos de gestão de risco atuais, nomeadamente relacionados com cartografia, assinalando oportunidades de melhoria e consultando exemplos de outros países para identificar tecnologias e técnicas inovadoras que possam ser introduzidas
- Definir diretrizes de mapeamento e análise de risco, identificando as fontes de informação, modelo de relacionamento entre as diversas entidades ao nível local e regional, e periodicidade de atualização
- Elaborar os mapas de risco e identificar principais conclusões
- Atualizar e ajustar a cartografia de risco aos efeitos das áreas ardidas em anos recentes, para definição de prioridades de intervenção a curto prazo

### Indicadores de realização

- Cartografia de risco (produtos finais e componentes)

### Metas

- 2020-2030: Divulgação anual da cartografia
- 2022: Mapa de risco de incêndio rural
- 2020: Mapa de perigosidade de incêndio rural
- 2022: Mapa de valor
- 2022: Mapa de risco perda potencial de valor

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 1.1.1.1
- 4.1.2.4

### Orçamento Identificado

Total: **220K EUR**

### Fontes de financiamento

SAMA

# Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão

**4.1.1.2**

### Objetivos

Melhoria dos processos de monitorização e interpretação dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com poder de decisão local e regional, por via da definição de orientações que fomentem a uniformização, capacitação de agentes e atualização dos radares, garantindo uma melhor gestão integrada de risco

Potenciar a integração das redes de estações meteorológicas automáticas implementadas ao nível sub-regional, assegurando a sistematização e o fornecimento de dados meteorológicos à autoridade nacional nos domínios da meteorologia.

### Principais resultados esperados

- Melhoria dos processos de suporte à avaliação de risco, por via da uniformização e atualização da rede de radares e da expansão da rede de estações automáticas
- Formação de mais agentes e entidades na recolha, monitorização e interpretação de informação meteorológica

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MM** |
| **Responsável** | **IPMA** |
| **Consulta** | **AGIF, ICNF, ANEPC, GNR, FFAA, CIM** |

### Iniciativas/Medidas

- Documentar a metodologia dos produtos meteorológicos utilizados em incêndios rurais, garantindo a qualidade e atualização
- Expandir/atualizar a rede de radares meteorológicos do IPMA e integrar fontes de observação certificada complementar
- Capacitar elementos para recolha e monitorização de informação meteorológica local
- Reforçar o IPMA recursos humanos adequados
- Integrar desenvolvimentos do projeto Ceasefire em plataforma IPMA
- Criar um standard de divulgação de dados meteorológicos para incêndios rurais
- Expandir a rede nacional de estações meteorológicas automáticas, com integração das estações existentes nas entidades sub-regionais
- Implementar de protocolos de partilha de dados meteorológicos
- Disponibilizar e mobilização de equipamentos meteorológicos móveis

### Indicadores de realização

- % de inclusão de novos RH no IMPA de acordo com as novas competências e exigências no âmbito do SGIFR
- % de inclusão de desenvolvimentos contratualizados com projeto Ceasefire em plataforma IPMA
- Documento mestre com as metodologias dos produtos meteorológicos, rede de radares do IPMA, rede de estações automáticas em entidades sub-regionais e *standard* de partilha e divulgação de dados [Entregável]
- % de produtos meteorológicos documentados
- % de entidades SGIFR com ações de formação
- % de atualizações da rede de radares meteorológicos no continente
  - Atualização das redes de Coruche e Loulé
- Expansão da rede de estações meteorológicas automáticas
- Disponibilização de equipamentos meteorológicos móveis e requalificação de equipamentos existentes

### Metas

- 2021: 100% de integração de desenvolvimento Ceasefire contratualizados em 2020
- 2023: 100% de inclusão no IPMA de novos recursos humanos
- 2021: 100% dos produtos meteorológicos documentados
- 2021: 100% das estações automáticas móveis sub-regionais mapeadas
- 2021: Protocolo de partilha de dados concluído
- 2022: 1 estação meteorológica móvel por região + requalificação de 1 estação por sub-região (3 em 2023)
- 2023: 100% dos radares meteorológicos no continente atualizados
- 2022: 100% de entidades SGFIR com elementos capacitados

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.1.3
- 4.3.1.4

### Orçamento Identificado

Total: **7,2 M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, PO SEUR, FA, PRR

# Plataforma com produtos e serviços meteorológicos para incorporação na análise de risco

**4.1.1.3**

### Objetivos

Dotar o Núcleo de Apoio à Decisão com informação meteorológica a incorporar na análise de risco por via da criação de uma plataforma com serviços e produtos meteorológicos mais adequados às entidades com poder de decisão, afinando regularmente os instrumentos (desenvolvimentos incrementais e estruturais)

### Principais resultados esperados

- Melhoria da análise de risco através da inclusão de informação meteorológica proveniente da plataforma desenvolvida
- Maior adequação da informação meteorológica gerada face às necessidades das entidades com poder de decisão

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MM** |
| **Responsável** | **IPMA** |
| **Suporta** | **AGIF** |
| **Consulta** | **ANEPC, ICNF, FFAA** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar a configuração da plataforma de divulgação meteorológica, definindo a matriz de acessos, tipo de informação disponível, produtos e serviços, garantindo maior adequação dos conteúdos às necessidades das entidades com poder de decisão
- Desenvolver a plataforma de divulgação meteorológica, envolvendo as entidades competentes para o seu funcionamento e garantindo alinhamento com o utilizador/beneficiário final
- Efetuar uma afinação anual dos produtos meteorológicos para otimizar a análise de risco e garantir a sua adequação

### Indicadores de realização

- Frequência de atualização da informação meteorológica definida
- Plataforma de divulgação meteorológica implementada
    - % de inclusão dos desenvolvimentos incrementais da informação meteorológica na plataforma
    - % de alinhamento com desenvolvimentos estruturais da informação meteorológica na plataforma

### Metas

- 2020: Plataforma de divulgação meteorológica em funcionamento
    - 2020-2030: Adequação da plataforma aos desenvolvimentos incrementais da informação meteorológica
    - 2021 e 2026: Restruturação da plataforma para desenvolvimentos estruturais da informação meteorológica
    - 2020-2030: Frequência de atualização da informação meteorológica definida (junho cada ano)

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| **Pré Supressão** | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.1.2

### Orçamento Identificado

Total: **2,7M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, SAMA

# Emissão de avisos relativos ao risco de incêndio rural

**4.1.1.4**

### Objetivos

Otimizar os sistemas de aviso à população relativos ao risco de incêndio rural através do desenvolvimento de novos serviços, mecanismos e tecnologia, de forma a aumentar a segurança e informação das populações rurais

### Principais resultados esperados

- Aumento da segurança e informação das populações através da utilização de um sistema de aviso relativo ao risco de incêndio mais abrangente e robusto, utilizando novos serviços, mecanismos e tecnologia

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **ANEPC** |
| **Consulta** | **AGIF, ICNF, IPMA** |

### Iniciativas/Medidas

- Estabelecer uma célula de informação ao público disponível 24 horas por dia, com o intuito de veicular informação de autoproteção às populações
- Efetuar a contratação de serviços de envio de SMS implementar um núcleo de reforço de informação e atendimento e adotar tecnologia que permita uma melhoria dos processos de emissão de avisos
- Sensibilizar a população para a existência dos mecanismos de informação, envolvendo as entidades locais necessárias

### Indicadores de realização

- Célula de informação ao público, implementada
- Nº de canais usados para avisos à população
- Implementação da solução técnica que permitirá o aviso por SMS numa base poligonal

### Metas

- 2021: solução técnica de aviso por SMS numa base poligonal
- 2021: Célula de informação ao público, implementada

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

### Orçamento Identificado

Total: **24.3M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, FEDER

# OB 4.1| IMPLEMENTAR O PLANEAMENTO INTEGRADO INCORPORANDO A AVALIAÇÃO DE RISCO

## PROGRAMA 4.1.2| IMPLEMENTAR O PLANEAMENTO

# Constituição e funcionamento das Comissões de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR)

**4.1.2.1**

### Objetivos

Constituir Comissões de Gestão Integrada de Fogos Rurais de forma a assegurar coordenação entre as diferentes entidades e áreas governamentais no âmbito do SGIFR, com foco ao nível regional e suprarregional, para garantir a execução dos programas

### Principais resultados esperados

- Implementação do SGIFR através de uma articulação eficiente entre as diversas entidades e áreas governamentais.

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ANEPC, ICNF, GNR, IPMA, FFAA, FFAA-FA, DGT, DGADR, DGAV, ANMP, PSP, PJ, IP, IMT, ForestWise, LBP, CCDR, CIM, Municípios** |
| **Consulta** | **ANAFRE, OBaldios, OPF, OAgri** |

### Iniciativas/Medidas

- Desenhar modelo de governo e implementar mecanismos de coordenação que garantam uma tomada de decisão baseada em informação consistente e articulada entre entidades de diferentes áreas governamentais.
- Constituir comissões do SGIFR
- Levantamento de constrangimentos e potenciais medidas de mitigação.
- Definir interlocutores, canais de comunicação e momentos de avaliação

### Indicadores de realização

- Comissões de Gestão Integrada de Fogos Rurais constituídas

### Metas

- Comissões constituídas 3 meses após a publicação do DL.188

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.2.3

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

N/A

# Programação e dimensionamento do sistema

**4.1.2.2**

### Objetivos

Estabelecer mecanismos de levantamento e análise das necessidades ao longo de toda a cadeia de processos do SGIFR (relativos a meios aéreos, recursos humanos, viaturas, comunicações e logística) através do desenvolvimento de metodologias que promovam um maior alinhamento e articulação entre entidades no reporte das suas necessidades, permitindo um melhor planeamento e controlo.

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **MAI, MAAC, ANEPC, ICNF, GNR, FFAA** |

### Principais resultados esperados

- Maior alinhamento entre os recursos disponíveis e as necessidades para execução do SGIFR, de forma a evitar indisponibilidade dos executantes e garantir capacidade de resposta
- Melhor articulação entre as entidades e gestão eficiente dos recursos /necessidades

### Iniciativas/Medidas

- Definição do modelo de governo e relacionamento relativamente ao processo de levantamento das necessidades aos diferentes níveis
- Definição da metodologia e processo de reporte das necessidades das diversas entidades (e.g. periodicidade e formato de reporte para alimentar um relatório único)
- Emissão de diretriz operacional com matriz de rácios de cobertura do território pelo dispositivo
- Avaliar periodicamente os recursos necessários para a execução do SGIFR ao longo do período 2020-2030:
    - Identificar necessidades de alteração ou reforço das capacidades de resposta de todos os processos do SGIFR e definir a estratégia para a sua execução, em articulação com as entidades envolvidas
    - Monitorizar continuamente o estado da disponibilidade dos recursos para a execução do SGIFR identificando riscos e criando os planos de execução de acordo com as conclusões dos relatórios

### Indicadores de realização

- Modelo de funcionamento (governo, relacionamento e operacional) de levantamento das necessidades
- Definição de matriz de rácios de cobertura do território pelo dispositivo
- Relatório de levantamento das necessidades de recursos do SGIFR (anual)
- Concretização das avaliações anuais da campanha
    - % de necessidades colmatadas

### Metas

- 2020-2030: 1 avaliação anual pós campanha (3T)
    - 2020-2030: % de necessidades colmatadas anualmente

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.2.4

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução

**4.1.2.3**

### Objetivos

Criar os Programas de Ação e Execução no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível regional, sub-regional e municipal garantindo um maior alinhamento entre as entidades na execução do plano e permitindo a sua monitorização eficaz. Garantir a transposição dos PME para os PDM.

### Principais resultados esperados

- Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, fruto dos programas de Ação e Execução ajustados à sua realidade, facilitando a gestão e reduzindo o risco associado

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ANEPC, ICNF, GNR, FFAA, CIM, Municípios, CCDR** |
| **Consulta** | **ForestWise** |

### Iniciativas/Medidas

- Elaborar os planos de Ação e Execução, reunindo os contributos das diferentes entidades envolvidas e alinhando-os com os objetivos e metas estratégicas
- Definir a cronologia e calendarização da execução dos Programas, identificando aqueles com caráter prioritário
- Executar os seguintes Programas no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR):
    - Programas regionais de Ação (PRA) e PSA (Programas Subregionais de Ação)
    - Programas Municipais de Execução (PME)
- Monitorizar a execução dos Programas, garantindo o seu cumprimento de acordo com os prazos e objetivos definidos
- Transpor os PME para os PDM

### Indicadores de realização

- Programas de Ação e Execução
- % de execução dos Programas
    - % de execução nas áreas definidas como prioritários

### Metas

- 2030: 70% de execução dos Programas
    - 2023: 20% de execução dos Programas
    - 2025: 50% de execução nas áreas definidas como prioritárias
- 2021: PRA e PSA aprovados

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.2.2

### Orçamento Identificado

Total: **660K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Normas Técnicas e Diretivas Operacionais

**4.1.2.4**

### Objetivos

Analisar normas técnicas e diretivas operacionais e elaborar propostas para que as entidades desenvolvam os seus processos de planeamento tendo por base orientações claras e uniformes para todo o país às diferentes escalas, assegurando alinhamento e integração

### Principais resultados esperados

- Uniformização da execução do planeamento a nível local reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território

### Entregável

- Diretiva Nacional de Planeamento, Preparação, Prevenção, Pré-Supressão e Socorro, Pós Evento
- Procedimentos e Notas técnicas

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM, MAI, MAAC, MM, MJ** |
| **Responsável** | **AGIF, ANEPC, ICNF, GNR, IPMA, PJ** |

### Iniciativas/Medidas

- Analisar o atual processo de planeamento à escala local e regional das diferentes entidades do SGIFR identificando oportunidades de melhoria
- Definir as normas técnicas e diretivas operacionais para o desenvolvimento do processo de planeamento das diferentes entidades, procurando um equilíbrio entre uma padronização e adequabilidade às realidades de cada entidade
- Avaliar periodicamente as diretrizes e atualizá-las de acordo com as necessidades
- Mapear os processos da cadeia que necessitam de preparação de diretrizes e normas técnicas
- Analisar (e propor ajuste se necessário) a Diretivas Operacionais de cada entidade anual e plurianual
- Rever a matriz de risco de Estado de Alerta Especial, definindo critérios técnicos que definem cada nível de alerta
- Atualização das normas no decurso do processo de melhoria continua

### Indicadores de realização

- Nº de avaliações e atualizações de normas técnicas e diretivas operacionais

### Metas

- 2021: Normas criadas
  - 2020-2030: Atualização das nomas no decurso do processo de melhoria continua
- 4T 2021-2030: Informação sobre a DON do ano seguinte

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.2.1
- 4.1.2.3
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# OB 4.1| IMPLEMENTAR O PLANEAMENTO INTEGRADO INCORPORANDO A AVALIAÇÃO DE RISCO

## PROGRAMA 4.1.3| ORÇAMENTAR SISTEMA COM UMA VISÃO INTEGRADA

# Orçamento do SGIFR com visão plurianual

**4.1.3.1**

### Objetivos

Criar o orçamento para a implementação do SGIFR para o período de 2020-2030 baseado numa visão e lógica integrada

### Principais resultados esperados

- Melhoria do planeamento e controlo financeiro permitindo uma visão integrada do plano
- Reforço da disciplina orçamental conferindo maior previsibilidade aos gastos e receitas

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **SEO** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ANEPC, ICNF, GNR, IPMA, DGT, IP, Municípios, CIM, APA, FFAA, MA, MP** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar despesa do SGIFR 2020-2030
- Definição de matriz de referenciais orçamentais para as ações de cada fase da cadeia de processos
- Garantir fontes de financiamento alternativas
- Desenvolver critérios de avaliação, seleção das ações e níveis de prioridade
- Integrar sistemas de informação de suporte à monitorização
- Criar medida SGIFR orçamental e promover a contratação de interentidades e de carácter plurianual
- Centralizar a aquisição de equipamentos para os agentes SGIFR

### Indicadores de realização

- % de realização da proposta de orçamento SGIFR
- Relatório trimestral (abril, julho, outubro, janeiro)

### Metas

- 2020-2030: Proposta entregue à tutela no 3T de cada ano

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.3.2

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# Mapeamento e mobilização fontes de financiamento

**4.1.3.2**

### Objetivos

Criar um mapa das fontes de financiamento e fundos e promover a candidatura dos diferentes projetos SGIFR aos fundos direcionados de forma a assegurar a disponibilidade de meios para execução do plano, numa perspetiva financeira, mantendo uma visão e lógica integrada com o PNA. Fomentar maior flexibilidade e agilização no processo de informação, divulgação e acesso aos fundos, através de uma medida SIMPLEX especifica para o SGIFR.

### Principais resultados esperados

- Aumento do financiamento obtido fruto da flexibilização das candidaturas
- Maior sustentabilidade financeira da execução do SGIFR reduzindo o risco de indisponibilidade de recursos

### Entregável

Fontes de financiamento e fundos mapeados

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MP** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **SEO, AD&C, SEMA, entidades do SGIFR, entidades gestoras dos fundos, CIM** |

### Iniciativas/Medidas

- Mapear as fontes de financiamento para o SGIFR
- Criar de medida para o SGIFR, no quadro do SIMPLEX: disponibilização publica da informação relativa ao SGIFR
- Avaliar fontes de financiamento alternativas

### Indicadores de realização

- Nº de medidas SGIFR incluídas nos programas de fundos existentes (PT20-30, PRR, QRP, PAC, PO Regionais, etc.)
- Medida *Simplex para o* SGIFR

### Metas

- 2020: Mapeamento das fontes de financiamento e fundos existentes
- 2022: Medida Simplex SGIFR
- 2020-2030: 90% das medidas do SGIFR incluídas nos programas de fundos existentes

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.1.3.1

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# Alteração da lei das transferências das autarquias

**4.1.3.3**

### Objetivos

Rever as regras da transferência de verbas do orçamento de estado para as autarquias e as formas de acesso a fundos comunitários para que estejam indexados ao grau de execução do PNGIFR a nível local, garantindo um maior alinhamento entre o planeamento e a implementação do mesmo - gestão com visão e lógica integrada

### Principais resultados esperados

- Maior alinhamento no cumprimento do plano de execução ao nível local, por via de melhor alocação das verbas do orçamento de estado com a indexação ao grau de execução do PNGIFR

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MF, MMEAP** |
| **Responsável** | **AR** |
| **Suporta** | **Municípios, CIM, SEAL, AGIF** |
| **Consulta** | **ANEPC, ICNF, GNR, IPMA, DGT, IP, APA, FFAA, ANMP** |

### Iniciativas/Medidas

- Rever o atual modelo de transferência de verbas do orçamento de estado para as autarquias, identificando atuais constrangimentos e oportunidades de melhoria
- Propor novas regras de acesso a fundos nacionais e comunitários, indexadas ao grau de execução do programa de execução autárquico
- Comunicar as novas regras às várias entidades envolvidas

### Indicadores de realização

- Projeto de alteração de lei[19]

### Metas

- 2021: Nova proposta em vigor

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

[19] De acordo com procedimento legislativo

# OB 4.2| IMPLEMENTAR UM MODELO CAPACITADO DE GOVERNANÇA DO RISCO

## PROGRAMA 4.2.1| REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS DE GOVERNANÇA DO RISCO

# Funcionamento e reforço das instituições

**4.2.1.1**

### Objetivos

Capacitar as entidades com os recursos e meios adequados e definir um modelo de articulação às diferentes escalas do território para reforçar as competências de governança de risco nas instituições

### Principais resultados esperados

- Aumento das competências de governança e recursos para a execução das instituições a nível local, permitindo uma maior contribuição para o SGIFR

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, MAI, MDN, MA, MM, Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF, ICNF, ANEPC, IPMA, DRAP** |
| **Consulta** | **CIM** |
| **Aprova** | **MF, MMEAP** |

### Iniciativas/Medidas

- Analisar o atual dimensionamento e planos de necessidades das diversas entidades
- Reforçar as várias entidades com os recursos e meios adequados, identificando ações prioritárias e planos de intervenção
- Definição de modelos de articulação às escalas do território, reforçando as competências de governança e articulação

### Indicadores de realização

- Entidades com orgânicas ajustadas ao SGIFR
- Nº de instituições capacitadas com recursos e meios adequados
- % de inclusão de novos RH de acordo com as novas competências e exigências no âmbito do SGIFR
- Forças especializadas em GFR e PCIR

### Metas

- 2020: 100% das entidades com orgânicas ajustadas ao SGIFR
- 2021: Nº de organizações capacitadas de acordo com as orgânicas
- 2021: Modelo de cooperação ICNF/ OPF para consórcio entre GFR/ PCIR - Sapadores Florestais
- 2022: Modelo de cooperação ICNF/ OPF para consórcio entre GFR/ PCIR - Força de Sapadores Bombeiros Florestais

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.1.3
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **571M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, POSEUR

# Projeto SGIFR de trabalho em rede

**4.2.1.2**

### Objetivos

Promoção do trabalho em rede através de projetos especializados para suportar a gestão eficiente do risco de natureza transversal entre todas as entidades do SGIFR e outras, visando o consenso nas decisões no âmbito do SGIFR.

### Principais resultados esperados

- Realização de projetos especializados de natureza transversal contando com o apoio e articulação das várias entidades SGIFR
- Aumento da cooperação e articulação entre entidades

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **AGIF** |
| **Responsável** | **Todas as entidades SGIFR, CIM** |

### Iniciativas/Medidas

- Definir objetivos e metas de natureza transversal, para posterior concretização em projetos que concorram para a realização das mesmas
- Calendarizar e identificar organismos responsáveis pela sua execução/monitorização
- Monitorizar a implementação dos projetos transversais especializados, avaliando o seu impacto

### Indicadores de realização

- Grau de concretização dos projetos em rede aprovados na Comissão Nacional de Gestão integrada de Fogos Rurais

### Metas

- 2020-2030: Grau de realização dos projetos em rede de acordo com as metas definidas em cada um deles

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.4.1.1 a 4.1.1.4
- 4.2.2.3
- 4.2.4.1
- 4.2.4.2
- 4.4.3.3
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **300K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# OB 4.2| IMPLEMENTAR UM MODELO CAPACITADO DE GOVERNANÇA DO RISCO

## PROGRAMA 4.2.2| IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE MELHORIA CONTÍNUA

# Sistema de monitorização e avaliação

**4.2.2.1**

### Objetivos

Definir e implementar um sistema de monitorização e avaliação para todas as equipas operacionais envolvidas no SGIFR que inclua a avaliação regular, contribuindo para a melhoria contínua do seu trabalho e uma melhor execução do mesmo

### Principais resultados esperados

- Melhores resultados das equipas operacionais através da implementação de um sistema de avaliação com foco na melhoria contínua

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ICNF, ANEPC, Municípios, GNR, FFAA, IPMA, BB, OPF, CIM, Afocelca** |

### Iniciativas/Medidas

- Mapear os tipos de equipas operacionais envolvidas no SGIFR identificando as suas responsabilidades na execução dos respetivos processos e especificidades
- Definir princípios orientadores de monitorização das equipas, identificando indicadores de realização/*performance* para uma posterior avaliação, tendo em conta as suas tarefas e metas específicas a alcançar
- Definir modelo de avaliação das equipas, com base no cumprimento dos objetivos estabelecidos, que seja transparente e do conhecimento de todos, com uma definição clara dos períodos de avaliação e do seu impacto no funcionamento das equipas
- Implementar um sistema de monitorização e avaliação baseada em processos transparentes e periódicos nas suas componentes estratégicas, que inclua a avaliação sistemática

### Indicadores de realização

- Documento orientador do modelo de monitorização de incêndios rurais (MIR)
- Sistema de monitorização e avaliação integrado
    - Nº de sessões de avaliação por ano
    - Grau de cumprimento das diretivas operacionais

### Metas

- 2T 2021: Sistema de monitorização e avaliação integrado implementado
- 2020-2030: nº reportes intercalares por ano
- 2020-2030: Avaliação anual

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.2.2
- 4.2.2.3

### Orçamento Identificado

Total: **3M EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Prémios indexados aos resultados

**4.2.2.2**

### Objetivos

Desenvolver mecanismos de remuneração variável que incentivem um bom desempenho na execução do SGIFR, potenciando a orientação para os resultados, a motivação e a melhoria contínua do trabalho das equipas

### Principais resultados esperados

- Sistema de incentivos que procura fomentar o melhor desempenho das equipas/entidades responsáveis pela execução do SGIFR ao indexar prémios com base nos resultados alcançados

### Entregável

Documento orientador da metodologia de prémio indexado ao resultado (remuneração variável)

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MMEAP** |
| **Responsável** | **SEMA** |
| **Suporta** | **Todas entidades SGIFR** |

### Iniciativas/ Medidas

- Definir linhas orientadoras para a remuneração variável por objetivos (e.g. % fixa vs. % variável; tetos máximos de prémios; *performances* mínimas a atingir; definição de objetivos, ...) ajustado às tarefas das diferentes equipas e em articulação com as diversas entidades
- Desenvolver mecanismos de remuneração variável que incentivem uma orientação para os resultados, incorporando essa dimensão nos contratos e protocolos e tendencialmente incorporar na remuneração dos funcionários públicos

### Indicadores de realização

- % de execução dos programas
- Σ investimento SGIFR/ Σ ativo protegidos

### Metas

- 2021-2030: premiar anualmente as entidades com uma *performance* igual ou superior a 75% de execução dos programas

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.2.1

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

FA; PRR

# Sistema de lições aprendidas

**4.2.2.3**

### Objetivos

Desenvolver um sistema de lições aprendidas partilhado por todas as entidades do SGIFR que procura aprender com os erros e utilizar as boas práticas identificadas pelas diferentes equipas incentivando o desenvolvimento e a melhoria contínua do trabalho, contribuindo para um modelo mais capacitado de governança de risco

### Principais resultados esperados

- Melhoria contínua do SGIFR com base nas boas práticas e erros que conduzam à adoção de procedimentos de Lições Aprendidas (LA), criando um modelo capacitado de governança de risco

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **AGIF** |
| **Responsável** | **ANEPC, GNR, ICNF, IPMA, FFAA** |

### Entregável

- Documento do modelo de funcionamento do sistema de lições aprendidas
- Plataforma Lições Aprendidas funcional

### Iniciativas/Medidas

- Definir o modelo de funcionamento do sistema de lições aprendidas (LA)
- Implementar um sistema de lições aprendidas do SGIFR garantindo a comunicação e envolvimento entre as diferentes entidades de forma a tirarem o maior proveito do mesmo
- Implementar as lições aprendidas ao nível das entidades do SGIFR
- Monitorizar a implementação das lições aprendidas e avaliar o seu impacto

### Indicadores de realização

- Sistema de Lições Aprendidas implementado pelas entidades nucleares do SGIFR
- Nº de lições aprendidas desenvolvidas
- Nº de lições aprendidas incorporadas por entidade nuclear SGIFR.

### Metas

- 4T 2021: Sistema LA implementado pelas entidades nucleares SGIFR (%)
- 2022-2030: 100 % de acidentes em incêndios rurais identificados no sistema das LA do SGIFR
- 2022-2030: 50 % de lições identificadas resultarem em lições aprendidas
- 2022-2030: 80 % de LA incorporadas pelas entidades SGIFR

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.2.1
- 4.4.3.4

### Orçamento Identificado

Total: **300K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# OB 4.2| IMPLEMENTAR UM MODELO CAPACITADO DE GOVERNANÇA DO RISCO

## PROGRAMA 4.2.3| DEFINIR POLÍTICAS DE ACORDO COM O ENQUADRAMENTO SUPRANACIONAL

# Proposta de gestão integrada de fogos rurais no âmbito UE

**4.2.3.1**

### Objetivos

Propor posições articuladas quanto às preocupações e prioridades para Portugal com impacto no SGIFR, nomeadamente em termos de prioridades de investimento, processos de trabalho, dimensionamento do dispositivo e fontes de financiamento, por forma a capitalizar na partilha de experiências e melhores práticas para a gestão do risco de incêndio rural.

### Principais resultados esperados

- Maior alinhamento entre as práticas europeias e portuguesas no modelo de gestão de risco de incêndio rural, procurando capitalizar na partilha de experiências e melhores práticas

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Consulta** | **Todas as entidades SGIFR** |

### Iniciativas/Medidas

- Potenciar a participação articulada de Portugal nas instâncias comunitárias relevantes para a gestão do risco de incêndio rural, contribuindo ativamente através da partilha de conhecimento e melhores práticas a nível nacional
- Intervenção de Portugal no novo modelo de gestão de risco de incêndio rural, através de apresentação e demonstração do SGIFR como modelo de referência

### Indicadores de realização

- Nº de propostas incorporadas na abordagem europeia à gestão de risco no âmbito dos incêndios rurais

### Metas

- 2021: proposta de iniciativa de gestão integrada de fogos rurais no âmbito da UE

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

### Orçamento Identificado

Total: **88K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Conferência mundial dos incêndios rurais em Portugal 2023

**4.2.3.2**

### Objetivos

Organizar a conferência mundial dos incêndios rurais em Portugal em 2023, aproveitando a oportunidade para demonstrar os progressos no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e fomentar a partilha de experiências e avanços científicos a nível nacional e mundial

### Principais resultados esperados

- Exposição internacional de Portugal como um país de referência no âmbito da gestão integrada dos incêndios rurais
- Partilha de conhecimento relevante para o setor

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Consulta** | **MNE, Todas as entidades do SGIFR, ForestWise** |

### Iniciativas/Medidas

- Contactar equipas organizadoras do evento em edições prévias para a partilha de *feedback*
- Definir as linhas orientadoras para a realização desta edição (e.g. principais temas a abordar)
- Criar uma equipa de projeto, definir o plano de ação do evento e identificar os *stakeholders* a envolver (e.g. convidados, oradores, voluntários)
- Desenvolver o plano de comunicação do evento e publicitar a sua realização em conjunto com as entidades envolvidas
- Realizar o evento
- Efetuar uma avaliação à execução do evento tendo em conta a satisfação dos participantes

### Indicadores de realização

- Evento realizado
  - Plano de ação do evento
  - Plano de comunicação do evento
  - Grau de satisfação dos participantes: temáticas abordadas e organização (inquérito)

### Metas

- 2023: Organização do evento
  - 6 Meses antes do evento: 100% Preparação logística/ Agenda
- 2023: 75% de satisfação dos participantes

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.3.3

### Orçamento Identificado

Total: **1M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, FA, TdPortugal, privados

# Práticas internacionais no sistema português

**4.2.3.3**

### Objetivos

Efetuar uma análise regular às práticas internacionais de referência no âmbito da gestão de risco dos fogos rurais, transpondo, sempre que aplicável e necessário, estas práticas para o SGIFR, capacitando assim o modelo de governança do risco

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **Todas as entidades do SGIFR** |

### Principais resultados esperados

- Adoção das melhores práticas internacionais, aumentando assim o alinhamento internacional e capacitando o modelo de governança de risco nacional

### Iniciativas/Medidas

- Identificar periodicamente as melhores práticas de gestão de risco a nível internacional
- Transpor e implementar as práticas para Portugal (SGIFR), através da incorporação das diretrizes em diplomas legais, assegurando uma comunicação próxima com as entidades responsáveis e auxiliando-as na sua implementação e processo de mudança
- Monitorizar o impacto das práticas adotadas

### Indicadores de realização

- Grau de incorporação de boas práticas internacionais no SGIFR (Nº de boas praticas implementadas/N.º de boas praticas identificadas c/ potencial)

### Metas

- 2020-2030: 80% incorporação de boas práticas internacionais no SGIFR

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.3.1

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# OB 4.2| IMPLEMENTAR UM MODELO CAPACITADO DE GOVERNANÇA DO RISCO

## PROGRAMA 4.2.4| DESENVOLVER SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTEGRADOS

# Sistema de informação integrado para planeamento, gestão operacional, monitorização e controlo

**4.2.4.1**

### Objetivos

Implementar um sistema de informação para planeamento, gestão operacional, monitorização e controlo que permita a interoperabilidade dos sistemas legacy das diversas entidades do SGIFR de forma a permitir uma gestão integrada e comunicação eficaz

### Principais resultados esperados

- Sistema de informação mais eficaz, permitindo assim uma visão global da governança de risco e melhor planeamento, gestão e controlo

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ANEPC, ICNF, IPMA, GNR, FFAA, IP, Municípios, CIM, Privados** |

### Iniciativas/Medidas

- Efetuar um diagnóstico à atual arquitetura de sistemas das diversas entidades do SGIFR identificando as necessidades de integração
- Desenhar requisitos e arquitetura do sistema de informação integrado futuro
- Definir o plano de desenvolvimento dos sistemas de informação (e.g. modelo de desenvolvimento, *suppliers* e calendarização das migrações necessárias)
- Implementar sistema integrado de sistemas de informação:
    - Implementar um novo SI (SADO, RNBP, BI)
    - Implementar um sistema integrado AGIF
    - Implementar um sistema de informação Integrado – ICNF
- Identificar as entidades impactadas com a mudança e criar planos e ações de formação para a adoção do novo sistema por parte das diversas entidades
- Mapeamento das plataformas e sistemas existente no plano regional e sub-regional e promover a sua integração, definindo protocolos de partilha de dados
- Identificar e suprir as necessidades de formação na utilização da nova plataforma interoperável

### Indicadores de realização

- Plataforma interoperável para todo o SGIFR implementada
    - Implementação do sistema de SI
    - Implementação do sistema integrado AGIF
    - Implementação do sistema integrado ICNF

### Metas

- 2022: Execução do projeto (final)
    - 2022: implementação do sistema de SI
    - 2022: implementação do sistema integrado AGIF
    - 2022: implementação do sistema integrado ICNF
    - 2022: Módulos implementados e entidades com sistema operacional

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.1.2
- 4.2.4.2
- 4.3.3.3
- 4.2.2.1

### Orçamento Identificado

Total: **10,4M EUR**

### Fontes de financiamento

SAMA

# Conhecimento da localização dos meios SGIFR

**4.2.4.2**

### Objetivos

Garantir conhecimento efetivo dos meios disponíveis para a prevenção e combate a incêndios em cada local do território português, permitindo uma gestão de risco eficiente e uma gestão integrada dos meios

### Principais resultados esperados

- Melhor gestão dos recursos de prevenção e combate a incêndios, fruto do conhecimento da localização dos meios de todas as entidades.
- Melhor capacidade de resposta às necessidades do SGIFR

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **SGMAI** |
| **Suporta** | **ANEPC, FFAA, ICNF, OPFs, GNR, Privados** |

### Iniciativas/Medidas

- Realizar inventariação e localização dos diferentes meios disponíveis para a prevenção e combate a incêndios em todo o território
- Avaliar o sistema atual de localização dos meios, identificando os principais constrangimentos e oportunidades de melhoria
- Analisar alternativas para conhecimento da localização dos meios (e.g. implementação de um sistema)
- Implementar novo mecanismo de localização dos meios, em coordenação com as entidades nos vários níveis de unidades territoriais
- Sensibilizar e formar as diferentes entidades para o uso desta ferramenta
- Protocolo de cedência e partilha de informação

### Indicadores de realização

- % de meios disponíveis para a prevenção e combate incluídos no sistema de localização
- Informação acessível a todas as entidades utilizadoras

### Metas

- 2023: 100% dos meios disponíveis para a prevenção e combate a incêndios incluída no mecanismo de conhecimento
  - 2022: 85% dos meios disponíveis para a prevenção e combate a incêndios incluída no mecanismo de conhecimento

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.4.1
- 4.2.4.3
- 4.2.4.5

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Por identificar

# Sistemas de comunicação eficazes, resilientes e eficientes

**4.2.4.3**

### Objetivos

Implementar sistemas de comunicação eficazes por todo o território nacional assegurando fiabilidade e eficiência e utilizando tecnologias inovadoras

### Principais resultados esperados

- Melhoria nos fluxos de comunicação com maior grau de cobertura nacional, fruto do investimento em nova tecnologia e novos sistemas de comunicação

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **ANEPC, SGMAI** |
| **Suporta** | **GNR, FFAA, ICNF** |

### Iniciativas/Medidas

- Elaborar um diagnóstico aos sistemas de comunicação atuais identificando oportunidades de melhoria
- Definir a arquitetura e modelo de funcionamento do novo sistema de comunicação tendo em conta as necessidades do território
- Avaliar as soluções disponíveis no mercado mais adequadas, tendo por base uma análise custo-benefício
- Estabelecer um plano de implementação do novo sistema de comunicação, considerando os temas prioritários e requisitos necessários
- Implementar sistemas de comunicação fiáveis e inovadores que respondam às necessidades de cobertura do território, integrando soluções e diferentes entidades, incluindo privados, incluindo:
    - Interfaces satélite CNEPC e CETAC
    - Interfaces satélite CDOS e VCOC
    - Sistemas rádio regionais
    - Telefones satélite
    - Renovação, REPC digital, *Drones*, certificados eletrónicos, *Bigdata*

### Indicadores de realização

- Arquitetura do novo sistema de comunicação e plano de implementação
- % de fiabilidade dos sistemas de comunicação inovadores adotados

### Metas

- 1T 2022: Levantamento de requisitos necessários à criação dos novos sistemas
- 2024: Implementação de novos sistemas de comunicação fiáveis e inovadores, com taxa de fiabilidade

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.4.1
- 4.2.1.2
- 4.2.2.1
- 4.4.3.3
- 4.2.4.5

### Orçamento Identificado

Total: **2,1M EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Redes de comunicações eletrónicas em canais subterrâneos

**4.2.4.4**

### Objetivos

Instalar redes de comunicação eletrónicas em canais subterrâneos em substituição do traçado aéreo, de forma a melhorar a proteção das infraestruturas e serviços de telecomunicações em caso de incêndios

### Principais resultados esperados

- Melhorar a proteção das infraestruturas e serviços de telecomunicações em caso de incêndios, fruto da construção de cabos subterrâneos nas áreas de risco

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MIH/ SEAC** |
| **Responsável** | **Privados** |

### Iniciativas/Medidas

- Analisar a rede de comunicação atual nas zonas rurais identificando as fragilidades e riscos, e identificar as áreas críticas para a priorização da implementação da rede subterrânea
- Colaborar com as entidades responsáveis na criação de um plano de implementação que detalhe os trabalhos de adaptação a realizar
- Instalação de redes de comunicação em infraestruturas subterrâneas pelos operadores privados

### Indicadores de realização

- Plano de implementação da rede de comunicações em canais subterrâneos
- % de execução pelos operadores nas áreas críticas

### Metas

- 2030: 100% substituição do traçado aéreo por canais subterrâneos nas áreas críticas

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.4.3

### Orçamento Identificado

Total: **200K**

### Fontes de financiamento

Privados

# Revisão da solução tecnológica e do modelo contratual do SIRESP

**4.2.4.5**

### Objetivos

Rever a solução tecnológica e o modelo contratual do SIRESP atualizando o seu módulo de funcionamento à realidade atual, sustentado em sistemas de informação integrados e de comunicação eficaz, seguindo 4 linhas orientadoras: (1) Grau de Serviço e Cobertura, (2) Segurança, (3) Resiliência e (4) Utilização; de forma a melhorar a capacidade de resposta do SIRESP

### Principais resultados esperados

- Atualização e otimização do modelo de funcionamento do SIRESP, estando este equipado para melhor responder a situações de emergência. permitindo uma melhor governança de risco

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **SEAI** |

### Iniciativas/Medidas

- Análise ao atual modelo e oferta tecnológica do SIRESP, identificando oportunidades de melhoria
- Definir o novo modelo de funcionamento e soluções tecnológicas do SIRESP alinhado com as 4 linhas orientadoras (1) Grau de Serviço e Cobertura, (2) Segurança, (3) Resiliência e (4) Utilização
- Contratação do novo modelo do SIRESP e soluções tecnológicas para continuidade de comunicações de emergência

### Indicadores de realização

- Grau de implementação do novo modelo contratado

### Metas

- 2023: novo modelo em funcionamento

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.4.3

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Por identificar

# OB 4.3| REDESENHAR A GESTÃO DO SISTEMA

## PROGRAMA 4.3.1| IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS ORGANIZACIONAIS

# Implementação do modelo organizativo de modo faseado

**4.3.1.1**

### Objetivos

Implementação faseada do novo modelo organizativo previsto para o SGIFR fruto da divisão territorial proposta, através da implementação de pilotos para garantir uma transição mais eficaz.

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ICNF, ANEPC, GNR, FFAA, AU, BB, OPF, CIM, PSP, PJ** |

### Principais resultados esperados

- Otimização do modelo organizativo do SGIFR, alinhado com as novas dinâmicas propostas (e.g. divisão territorial) melhorando a gestão da prevenção e combate a incêndios

### Entregável

Documento com os processos do modelo organizativo futuro caracterizados em Manual de Sistema (processos, procedimentos e instruções de trabalho)

### Iniciativas/Medidas

- Definir e caracterizar os processos do modelo organizativo futuro do SGIFR, reunindo contributos das várias entidades envolvidas
- Definir pilotos a implementar, com base na sua prioridade, e a sua calendarização
- Estabelecer pilotos para implementação do novo modelo organizativo SGIFR
- Monitorizar os pilotos implementados, efetuando o ajuste na implementação de pilotos futuros sempre que necessário

### Indicadores de realização

- Nº de projetos implementados
- Implementação do modelo organizativo
- Proposta de normas ISO a serem satisfeitas
- Manual de sistema publicado

### Metas

- 2021: definição das 3 áreas piloto aceleradoras para implementação do modelo organizativo
- 2024: 12 projetos aceleradores implementados
- 2024: Modelo organizativo implementado
- 2025: auditoria ao sistema para certificação

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.1.1

### Orçamento Identificado

500K €

### Fontes de financiamento

OE; PRR, PO

# Apoio à decisão operacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil

**4.3.1.2**

### Objetivos

Na Célula de análise do risco de incêndio rural para Apoio à decisão operacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil de declarações de perigo de incêndio rural e de alertas, implementar processo conjunto de análise do risco, definição de prioridades de defesa, alinhamento de estratégia e definição do posicionamento dos meios com respetivo dimensionamento, envolvendo as diversas entidades que compõem o SGIFR, para permitir uma melhor tomada de decisão e gestão de risco eficiente

### Principais resultados esperados

- Maior alinhamento entre as entidades para a tomada de decisão e execução do SGIFR, como resultado de uma análise de risco conjunta

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **ANEPC** |
| **Suporta** | **AGIF, FFAA, ICNF, GNR, IPMA** |

### Entregável

Documento orientador do processo conjunto da análise de risco (modelo de governo e relacionamento entre as entidades)

### Iniciativas/Medidas

- Definir as diretrizes para a um processo conjunto de análise de risco entre as entidades (e.g. modelo de governo e relacionamento) bem como alguns dos principais pilares em alinhamento com as estratégias nacionais
- Implementar processo conjunto de análise do risco, definição de prioridades de defesa, alinhamento de estratégia garantindo o envolvimento de todas as entidades
- Definir o posicionamento dos meios com respetivo dimensionamento baseado em equipamentos informáticos, *software* e sistemas de vídeo de apoio à decisão operacional

### Indicadores de realização

- % de incorporação das recomendações da análise de risco nas decisões operacionais

### Metas

- 2020-2030: 100% das recomendações provenientes do processo conjunto de análise de risco são incorporadas nas decisões operacionais

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.4.2
- 4.1.1.1 a 4.1.1.3
- 4.2.4.1

### Orçamento Identificado

Total: **3,8M EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Programa de sapadores florestais

**4.3.1.3**

### Objetivos

Adaptação do Programa de Sapadores Florestais com vista a reforçar a capacidade e eficácia deste instrumento da política florestal, visando a diminuição do risco de incêndio e a valorização do património florestal

### Principais resultados esperados

- Revisão de condições do Programa de Sapadores Florestais, garantindo-lhe um reforço da sua capacidade e maior eficácia
- Articulação funcional entre equipas de Sapadores Florestais/ Brigadas de Sapadores Florestais e Força de Sapadores, Bombeiros Florestais e Afocelca

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC/ SECNFOT** |
| **Responsável** | **ICNF** |
| **Suporta** | **EG ESF, OPF, CIM** |

### Iniciativas/Medidas

- Adaptação do programa ao SGIFR
- Comunicação das alterações às várias entidades envolvidas
- Monitorização do cumprimento do Programa de Sapadores Florestais em linha com as alterações implementadas e identificar outras propostas de melhoria
- Definição de critérios de avaliação das equipas sapadores
- Promoção do papel do sapador florestal e do seu modo de integração nas estruturas das diferentes entidades gestoras

### Indicadores de realização

- Novo modelo do Programa plurianual de Sapadores Florestais em articulação com gestores florestais
  - Regras de contratação de serviços, indexadas a resultados
  - Modelo de articulação com gestores de fogos rurais
  - Condições remuneratórias, proporcionais ao nível de exigência das funções

### Metas

- 2021: Programa em execução seguindo as novas linhas orientadoras
- Avaliação de equipas e sua classificação por tipologias de capacitação

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Orçamento afeto aos SF incluídos nos projetos onde exercem funções

### Fontes de financiamento

FA

# Especialização de agentes e de entidades

**4.3.1.4**

### Objetivos

Elaborar um estudo relativo aos mecanismos de voluntariado e outros recursos não profissionais como forma de os englobar num processo, de especialização e de capacitação garantindo a especificidade e estabilidade das instituições

### Principais resultados esperados

- Maior conhecimento relativo a alternativas de especialização e qualificação dos agentes, através de um estudo aos mecanismos de voluntariado utilizados

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, MAI, MDN, Gab. PM** |
| **Responsável** | **ICNF, ANEPC, AGIF, GNR, FFAA** |
| **Suporta** | **SEO** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar os objetivos e âmbito do estudo aos mecanismos de voluntariado e outros recursos não profissionais
- Efetuar o estudo sobre os mecanismos de voluntariado e outros recursos não profissionais para englobamento num processo de especialização e capacitação e identificar as principais conclusões
- Preparar uma proposta de abordagem para a definição de um plano de ação com o objetivo de alcançar a especialização das entidades, considerando os resultados do estudo

### Indicadores de realização

- % de execução do estudo
- % de especialistas no sistema

### Metas

- 4T 2021: 100% do estudo executado
  - 2T 2021: 50% do estudo executado
- 2030: Aumento da % dos recursos humanos do SGIFR especializados

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- Todos os projetos do programa 4.4.1

### Orçamento Identificado

Total: **50K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos Incêndios Rurais

**4.3.1.5**

### Objetivos

Criar um projeto de âmbito nacional dedicado à gestão, à investigação e à supressão aos incêndios rurais, implementado nos territórios transfronteiriços, em colaboração com as regiões portuguesas e espanholas

### Principais resultados esperados

- Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos Incêndios Rurais
- Criação de postos de trabalho qualificado na Região
- Intensificação da Cooperação Transfronteiriça

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MCT/ SEVI** |
| **Responsável** | **CCDR (Norte, Centro, Alentejo e Algarve)** |
| **Suporta** | **EURO Região Alentejo, Algarve e Andaluzia, CIMs, Univ. Évora, ANEPC – Comando Distrital Faro, Municípios, ForestWise, ICNF** |
| **Fiscaliza** | **AG POCTEP** |

### Iniciativas/Medidas

- Promoção da adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos.
- Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurando a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolvendo sistemas de gestão de catástrofes.
- Promoção do aumento da resiliência territorial para os riscos naturais transfronteiriços.
- Reforço e articulação da cooperação, procedimentos de trabalho e formação entre os dispositivos de prevenção e extinção de incêndios florestais (FI) na área de cooperação da Euro Região Alentejo-Algarve-Andaluzia.
- Promoção da criação de emprego durável e de qualidade na área; reduzir o custo económico dos incêndios, criando economia rural ligada à paisagem.
- Melhoria da capacidade de resposta a incêndios florestais das administrações e autoridades envolvidas no seu combate, nas três regiões participantes.

### Indicadores de realização

- Criação do Centro Ibérico de Investigação, Prevenção e Combate a Incêndios Rurais
- Nº de infraestruturas para apoiar os meios e dispositivos aéreos e terrestres para combater os Incêndios Rurais (estruturas de aterragem de aeronaves, escola de bombeiros.)
- Nº de ações de formação sobre prevenção e extinção de incêndios rurais em Portugal e Espanha
- Nº de ações conjuntas de sensibilização sobre Incêndios Rurais
- Taxa de execução do programa transfronteiriço de pesquisa e inovação no combate a incêndios, envolvendo investigadores de todas as regiões
- Nº de ações de cooperação no combate a incêndios
- Nº de medidas de apuramento das causas de incêndio
- Níveis de implementação do sistema de cooperação ibérica de combate a incêndios
- Nº de postos de trabalho
- Nº de incêndios por tipo de causa

### Metas

- 2021: Execução do projeto sub-regional Alentejo, Algarve e Andaluzia
- 2022-30: Execução dos restantes projetos sub-regionais

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.3.3

### Orçamento Identificado

Total: **24,6M EUR**

### Fontes de financiamento

PO's Regionais e INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP)

# OB 4.3| REDESENHAR A GESTÃO DO SISTEMA

## PROGRAMA 4.3.2| GESTÃO EFICIENTE DAS OCORRÊNCIAS

# Adaptação do SGO a melhores práticas

**4.3.2.1**

### Objetivos

Capacitar o Sistema de Gestão de Operações através da adoção gradual das melhores práticas, e reforçar o princípio da gestão abrangente de recursos, permitindo uma melhor gestão do combate a incêndios

### Principais resultados esperados

- Capacitação do SGO fruto da adoção de melhores práticas aumentando a sua capacidade de gestão de combate (e.g. reduzindo a duplicação de esforços)

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAI** |
| **Responsável** | **ANEPC** |
| **Suporta** | **AGIF, GNR, ICNF, FFAA** |

### Entregável

Plano de ação da adequação às melhores práticas

### Iniciativas/Medidas

- Efetuar uma análise aos Sistemas de Gestão de Operações internacionais e aos novos desafios nacionais, identificando práticas e competências de referência, tendo em conta a sua aplicabilidade e utilidade no caso nacional (e.g. *Incident Command System*)
- Definir um plano de ação para a implementação das alterações identificadas
- Implementar as melhores práticas internacionais de uma forma gradual e de acordo com o processo de qualificação dos perfis prioritários, a bem da conservação do lastro acumulado de conhecimento no sistema
- Capacitar todos os elementos, mobilizando sempre o mais competente para o exercício das diferentes funções no âmbito do SGO (conforme matriz de referência), incrementando os níveis de segurança, eficácia e eficiência em todas as operações
- Promover e garantir a adoção do princípio da gestão abrangente de recursos, reduzindo ou eliminando a possibilidade de duplicação de esforços, reduzindo assim os custos e as hipóteses de frustração e/ou conflito

### Indicadores de realização

- % de implementação do projeto

### Metas

- 2023: Projeto implementado
  - 2021: 60% das práticas implementadas

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.1.2

### Orçamento Identificado

Total: **1,8M EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Gestão dos meios aéreos

**4.3.2.2**

### Objetivos

Reforçar uma gestão integrada e centralizada dos meios aéreos de combate a incêndios rurais por parte da Força Aérea, por meios próprios do Estado ou de outras entidades que sejam necessárias através da implementação de Diretivas e Resoluções já definidas, assegurando uma gestão adequada

### Principais resultados esperados

- Melhor gestão dos meios aéreos através de uma gestão integrada e centralizada

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MDN** |
| **Responsável** | **FA** |
| **Suporta** | **EMGFA, ANEPC, AGIF** |

### Iniciativas/Medidas

- Estruturar um plano de implementação dentro do prazo legal definido para os diversos diplomas aprovados (e.g. a Diretiva Operacional entre a Força Aérea e a ANEPC e as Resoluções do Conselho de Ministros no âmbito da restruturação da gestão dos meios aéreos), identificando equipas de trabalho e as suas responsabilidades, tais como: gestão dos meios locados, edificação da capacidade permanente de meios aéreos, investimento em infraestruturas, exploração operacional, georreferenciação em tempo real
- Acionar as competências de gestão centralizada dos meios aéreos de combate a incêndios rurais, por meios próprios do Estado ou outros que sejam sazonalmente necessários ao implementar o projeto de restruturação da gestão dos meios aéreos tendo em conta os diplomas publicados

### Indicadores de realização

1. Integração da Diretiva Operacional entre a Força Aérea e ANEPC
2. Projeto de RCM relativa à edificação de um dispositivo de meios aéreos próprios e permanentes,
3. Nº de meios efetivos
4. Tempo de chegada de meios aéreos
5. Grau de satisfação ANPEC e GNR
6. Custo

### Metas

- 1T 2020: Indicadores 1 - 3: 100% de implementação
- 2024: Indicador 4-6: RCM aprovada e edificação

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.2.3
- 4.4.2.4

### Orçamento Identificado

Total: **789M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, PRR, outros instrumentos comunitários

# Gestão da supressão

**4.3.2.3**

### Objetivos

Garantir a capacidade das entidades para dar resposta eficaz e eficiente à fase de supressão e socorro

### Principais resultados esperados

- Otimização dos meios face às necessidades

### Entregável

Diagnóstico aos meios necessários e disponíveis para a supressão

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MAAC, MAI, MDN, MM, Gab. PM** |
| **Responsável** | **ICNF, ANEPC, AGIF, GNR, FFAA, IPMA** |
| **Suporta** | **SEO** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar as necessidades de recursos humanos e equipamentos para as entidades envolvidas na supressão (e.g. dimensionamento ótimo)
- Definir critérios de priorização e uma calendarização dos apoios a serem atribuídos
- Investir no recrutamento, formação, aquisição, substituição e modernização dos recursos (humanos e equipamentos) para dotar o dispositivo de combate, em linha com os critérios de priorização definidos
- Monitorizar as necessidades e recursos disponíveis, e definir plano de mitigação
- Monitorizar os indicadores de *performance* ao nível de supressão a incêndios

### Indicadores de realização

- Taxa de resposta
- Nº de meios para supressão
- Tempo de despacho dos meios
- Tempo de chegada dos meios terrestres por nível de FWI
- % de incêndios extintos em ATI
- Evolução do número de litros por 15min que chegam ao incendio por classe FWI
- Tempo de chegada do 1º meio ao TO por classe FWI
- Proporção de ocorrências resolvidas por classe FWI
- Nº de situações de antecipação de ATA (-90min) por classe FWI
- Nº e área afetada por reacendimentos em função das classes de uso do solo e FWI
- Nº de ocorrências e área afetada por tipologia de causa em função do uso do solo da distância à IUF e das classes FWI
- % de reacendimentos
- % de incêndios com mais de 10ha com faixa de contenção em todo o perímetro

### Metas

- 2030: 100% das aquisições identificadas como necessárias efetuadas
- 2025: 50% das aquisições identificadas como necessárias efetuadas
- Redução do custo em 25%
- 2030: máximo de 1% de reacendimentos
- 2030: A área ardida acumulada no período da década seja inferior a 660.000ha

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.1.4
- 4.3.1.2
- 4.3.2.1
- 4.3.2.2
- 4.3.2.4
- 4.2.4.2

### Orçamento Identificado

Total: **1788M EUR**

### Fontes de financiamento

FA, SAMA, OE, Outros

# Definição de critérios para classificação como fogo de gestão

**4.3.2.4**

### Objetivos

Definir e propor novas regras de classificação como fogo de gestão para melhoria de eficiência na mobilização de recursos e respetiva tipologia, em função do risco e do custo, permitindo uma melhor gestão de prevenção e supressão de incêndios

### Principais resultados esperados

- Maior equilíbrio na mobilização de recursos, em especial de classificação como fogo de gestão, fruto de um alinhamento entre as necessidades e os recursos disponíveis através do planeamento e revisão das regras

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| Coordenador | MAI, MAAC |
| Responsável | ANEPC, ICNF |
| Suporta | AGIF, GNR, ICNF, FFAA |

### Iniciativas/Medidas

- Desenvolvimento de bases técnicas para classificação como fogo de gestão
- Analisar o modelo de alocação de recursos atual identificando oportunidades de melhoria, em especial relativamente à classificação como fogo de gestão
- Rever (e redefinir aquando necessidade) as regras atuais quanto à mobilização de recursos e à classificação como fogo de gestão:
- Analisar a legislação em vigor

### Indicadores de realização

- Definição de condições e procedimentos para a classificação e operacionalização dos fogos de gestão
- Definição legal da classificação como fogo de gestão

### Metas

- 2021: Novas regras em vigor

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.2.3

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# OB 4.4| AUMENTAR A QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES SGIFR

## PROGRAMA 4.4.1| IMPLEMENTAR O PROGRAMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES SGIFR

# Mapear as qualificações e os perfis profissionais/referenciais de competências do SGIFR e elaborar referenciais de capacitação, reconhecimento e qualificação adequados

**4.4.1.1**

### Objetivos

Desenvolver um Modelo de Funções e Competências em linha com os critérios diferenciadores necessários para a execução de cada atividade e completando-o com um Plano de Formação, Capacitação e Reconhecimento por forma a garantir o desenvolvimento dos recursos humanos e aumentar as qualificações dos agentes SGIFR

### Principais resultados esperados

- Maior alinhamento das competências dos agentes SGIFR às capacitações necessários para exercer as respetivas funções, aumentando a qualificação dos agentes

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| Coordenador | Gab. PM |
| Responsável | AGIF |
| Suporta | Todas as entidades do SGIFR, CIM |
| Aprova | ANQEP |

### Entregável

- Modelo de Funções e Competências, associado a atividades/funções chave e a certificações ou microcertificações parciais, preferencialmente enquadráveis no Quadro Nacional de Qualificações
- Percursos Formativos/Planos de Estudo

### Iniciativas/Medidas

- Estabelecer e implementar o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) dos Agentes do SGIFR
- Desenvolver e propor a arquitetura e o mecanismo de gestão do sistema de competências dos agentes do SGIFR
- Mapear unidades de competência e de formação com base em atividades chave do SGIFR, e processos de certificação e de microcertificação setorial para os processos e com reconhecimento transversal do SGFR.
- Desenvolver, rever e atualizar referenciais de competências e de formação das respetivas qualificações e reconhecimento de competências e respetivas unidades de formação de curta duração (UFCD) de acordo com as atividades chave e os perfis de competência mapeados, transversais ao SGIFR, para uma uniformização da resposta formativa e de reconhecimento e consequente qualificação do sistema
- Comunicar o Modelo de Funções e Competências e Planos de Estudo às várias entidades do SGIFR
- Monitorização do cumprimento dos modelos definidos

### Indicadores de realização

- Arquitetura e organização de procedimentos de reconhecimento de competências
- Mapeamento de unidades de formação e de competência para todas as atividades e funções do SGIFR
- % de referenciais de competências elaborados com base nas realizações profissionais e das competências associadas relativamente às funções inventariadas

### Metas

- 2021: 100 % das funções do SGIFR com referencial de qualificação e de reconhecimento definidos
- 2020-2030: 100% dos referenciais de competências elaborados com base nas realizações profissionais e das competências associadas relativamente às funções inventariadas

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.4.1.2
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **150K EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# Rede de entidades formadoras/instituições de ensino e bolsa de formadores/professores credenciados

**4.4.1.2**

### Objetivos

Criar uma rede de entidades formadoras e bolsa de formadores a nível nacional, através de regulamentação e legislação específica no qual se estabelecem as condições e procedimentos a aplicar às entidades formadoras de natureza pública ou privada, e formadores/docentes para acesso e exercício da atividade de ensino, formação profissional, e reconhecimento de competências no SGIFR

### Principais resultados esperados

- Disponibilização de meios para a concretização dos Planos de Formação definidos para as entidades SGIFR, reforçando assim as competências das entidades

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **Gab. PM** |
| **Responsável** | **AGIF** |
| **Suporta** | **Todas as entidades do SGIFR** |
| **Consulta** | **IEFP, entidades formadoras (ENB, outras), Centros Qualifica** |
| **Aprova** | **ANQEP, DGERT** |

### Iniciativas/Medidas

- Proceder ao levantamento da legislação existente
- Realizar levantamento das entidades formadoras, instituições de ensino e formadores/docentes de natureza pública ou privada, com competências/credenciais em linha com o identificado nos Planos de Estudo das entidades SGIFR
- Realizar levantamento dos centros qualifica para estabelecimento de uma rede especializada no reconhecimento de competências SGFIR
- Produzir manuais técnicos SGIFR de formação de formadores
- Definir procedimentos de reconhecimento, regulamentação e legislação específica com condições e modelo a aplicar a formadores
- Assinar acordos com entidades formadoras, instituições de ensino e criar uma bolsa de formadores/docentes com cobertura geográfica nacional
- Identificar gaps face às necessidades de formação e definição de propostas de resolução (e.g. investimento em infraestruturas, equipamentos ou cursos)

### Indicadores de realização

- % de Planos de Formação das entidades SGIFR com formador/plataforma/local identificado para a sua concretização
  - % de entidades formadoras acreditadas/certificadas
  - % de manuais técnicos de SGIFR de formação de formadores
  - % de formadores certificados

### Metas

- 2020-2030: 100 % dos Planos de Formação das entidades SGIFR com formador/plataforma/local identificado para a sua concretização
  - 2023: 100% de entidades formadoras acreditadas/certificadas
  - 2023: 100% de formadores certificados
  - 2030: 100% de formações certificadas no âmbito do SGIFR

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.4.1.1
- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **44,5M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, PRR, FAEDER, FEDER

# Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR

**4.4.1.3**

### Objetivos

Implementar processos de revisão dos planos de formação e qualificação das entidades do SGIFR por forma a alinhar continuamente as capacidades e competências das entidades com as suas atividades, procurando garantir uma melhor qualificação dos agentes

### Principais resultados esperados

- Alinhamento entre Plano de Formação e as necessidades das funções de cada entidade do SGIFR
- Aumento da qualificação dos agentes do SGIFR fruto de uma revisão contínua das formações
- Totalidade de perfis prioritários formados

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **AGIF** |
| **Responsável** | **Todas as entidades do SGIFR** |
| **Suporta** | **Entidades Formadoras (IEFP, ENB, outras), Centros Qualifica** |

### Iniciativas/Medidas

- Realizar periodicamente procedimentos de diagnóstico de Necessidades de Formação, Capacitação técnica e Qualificação às entidades do SGIFR, procurando garantir formação ou qualquer outra experiência de aprendizagem adequada à entidade e realidade em questão, identificando oportunidades de melhoria
- Programar ações de formação, ciclos de estudos e qualificações a priorizar, de acordo com os resultados da fase de diagnóstico, tendo em conta os percursos anteriormente definidos, resultado do mapeamento dos perfis e uniformização da oferta a nível do Sistema Educativo e das Entidades do SGIFR

### Indicadores de realização

- Diagnóstico de necessidades
- % de execução de ações formação de acordo com o diagnóstico
- Formação dos perfis prioritários

### Metas

- 4T 2020-2030 (anual): Execução do diagnóstico para implementação no ano seguinte
- 2021-2030: 80% de ações de formação executadas de acordo com diagnóstico
- 2021: 5 perfis prioritários formados (28 cursos, 366 formandos)
- 2030: Totalidade dos perfis prioritários formados com reconhecimento pelas entidades SGIFR

### Cadeia de Processos

| Planeamento | Preparação | Prevenção |
|---|---|---|
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.4.1.1
- 4.4.1.2

### Orçamento Identificado

Total: **22M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, PRR, FAEDER, FEDER

# Oferta formativa de nível superior

**4.4.1.4**

### Objetivos

Disponibilizar oferta formativa de nível superior alinhada com as necessidades e realidade do setor, de forma a aumentar a qualificação dos agentes SGIFR

### Principais resultados esperados

- Aumento da qualificação dos agentes SGIFR, através da disponibilização de ofertas formativas de nível superior em linha com as necessidades e realidade do setor
- Atração de alunos com elevado potencial

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **AGIF** |
| **Responsável** | **Todas as entidades do SGIFR** |
| **Suporta** | **Universidades, politécnicos** |
| **Aprova** | **A3ES, DGES** |

### Iniciativas/Medidas

- Desenvolver cursos profissionais para suporte ao investimento em atividades rurais e desenvolvimento de oportunidades para a população local
- Desenvolver modelo da oferta formativa de ensino superior, com base na realidade do setor
- Promoção dos cursos
- Contacto com professores nacionais, internacionais e peritos convidados no sentido de estabelecer uma base de formadores em linha com as temáticas a abordar
- Adaptar os conteúdos formativos dos CTeSP no SGIFR
- Contactar com entidades por forma a disponibilizar estes cursos (e.g. criar cursos nos politécnicos, universidades e/ou Academia Militar de gestão de fogo rural)
- Programa de comunicação da oferta formativa de nível superior

### Indicadores de realização

- Nº de inscritos na oferta formativa do ensino superior
    - N.º de alunos que concluíram a oferta formativa
- Nº de agentes ativos no SGIFR com formação especifica de fogos rurais de nível superior

### Metas

- 2030: Inscritos na oferta formativa do ensino superior
    - 2030: Inscritos na oferta formativa do ensino superior
    - 2030: Alunos que concluíram a oferta formativa
- 2030: Agentes do SGIFR com formação em fogos rurais de nível superior
    - 2025: Número e proporção de agentes do SGIFR com formação superior em fogos rurais
    - 2030: Número, proporção e evolução de agentes do SGIFR com formação superior em fogos rurais

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.4.1.3

### Orçamento Identificado

Total: **500K EUR**

### Fontes de financiamento

OE, PRR, FAEDER, FEDER

# Projeto IGNACIA – Promoção da Igualdade de Género no Âmbito do SGIFR

**4.4.1.5**

### Objetivos

Promover a igualdade de género, através do diagnóstico, envolvimento e capacitação, de pessoas, agentes, comunidades e entidades, de natureza pública ou privada, no âmbito do SGIFR.

### Principais resultados esperados

- Garantir a igualdade no acesso às profissões do SGIFR, bem como capacitação e progressão na carreira
- Promover a participação e capacitação das mulheres no desenvolvimento comunitário para a gestão do fogo, promovendo a prevenção e resiliência das comunidades em que estão inseridas
- Melhorar o ambiente de trabalho para as mulheres, com a eliminação das instâncias de assédio moral, profissional e sexual
- Assegurar a Saúde, Segurança e Higiene no Trabalho para as mulheres, através do estudo ergonómico e da saúde reprodutiva

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **SECI** |
| **Responsável** | **AGIF, CIG** |
| **Suporta** | **Todas as entidades SGIFR** |

### Entregáveis

- Diagnóstico nacional: caracterização da igualdade de género (perspetivas, visões, quantificação estatística) ao nível do SGIFR
- Plano de trabalho (projetos, ações, iniciativas, entregáveis do plano) e Relatórios de Execução das Ações

### Iniciativas/Medidas

- Realizar o diagnóstico nacional da igualdade de género no SGIFR
- Criação de conteúdos de formação para formadores sobre a igualdade de género no fogo
- Implementar um mecanismo (formal ou informal) de verificação de condições de igualdade de acesso à profissão, capacitação e progressão de carreira
- Criação de fóruns de discussão e planos de formação sobre as problemáticas da identidade de género, discriminação e estereótipos das profissões
- Planeamento e realização do Women-in-Fire Prescribed Fire Traning Exchange, utilizando-o como plataforma de capacitação e de publicitação da temática; Integração da temática no International Wildfire Conference 2023.
- Programa para a participação e capacitação das mulheres para a prevenção e resiliência das comunidades rurais e da envolvente das áreas edificadas na gestão do fogo
- Plano de comunicação e marketing para a Mulheres no Fogo e criação de um dia de celebração da igualdade de género no SGIFR
- Promover uma rede internacional para a promoção da participação das mulheres na gestão do fogo, interligando associações, movimentos e entidades (nacionais e internacionais)
- Desenvolvimento de projeto de apoio à criação de rede de aldeias piloto de empoderamento da mulher ("A mulher como agente de prevenção e gestão do fogo de base local")

### Indicadores de realização

- Diagnóstico nacional
- Nº de novos ingressos de mulheres nas entidades do SGIFR
- N.º ações de formação e divulgação realizadas
- Nº de mulheres capacitadas na gestão do fogo rural (SGIFR e na comunidade)
- Nº de entidades (nacionais e internacionais) envolvidas no processo
- Nº de participantes no WTREX
- Nº entidades participantes no dia de celebração da igualdade de género no SGIFR
- Nº de mulheres envolvidas (e.g. Oficiais de Segurança) no programa "Aldeia Segura, Pessoas Seguras"

### Metas

- 3T 2021: Assinatura de protocolo AGIF+SECI+CIG, Criação da metodologia do diagnóstico
- 1T 2022: Completar diagnóstico Nacional
- 3T 2022: Completar criação de conteúdos de formação de formadores
- 4T 2022: Realização WTREX2022
- 2023: Criação de rede de aldeias piloto de empoderamento da mulher ("A mulher como agente de prevenção e gestão do fogo de base local")
- 2023: Ações anexas ao International Wildfire Conference
- 2025: Diagnóstico Intercalar da Igualdade no SGIFR; Duplicação do número de candidatas a posições no SGIFR: 100 ações de formação para a capacitação da mulher e para as questões de igualdade de género no SGIFR; 200 ações de formação na comunidade
- 2030: Diagnóstico final da Igualdade no SGIFR; 40% de mulheres nas entidades do SGIFR; % de mulheres nas chefias/posição de decisão no SGIFR (em relação a diagnóstico inicial)

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 3.2.1.1
- 3.2.1.2
- 3.2.2.1
- 4.2.1.1
- 4.2.2.3
- 4.4.1.3
- 4.4.2.1

### Orçamento Identificado

| Ano | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| € | *TBD* | *TBD* | *TBD* | *TBD* | *TBD* | *TBD* | *TBD* | *TBD* | *TBD* | *TBD* | *TBD* |

Total: **Sem custo ou orçamento associado/ identificado**

**Fontes de financiamento**

OE

# OB 4.4| AUMENTAR A QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES SGIFR

## PROGRAMA 4.4.2| PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PERITOS INTERNACIONAIS

# Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais

**4.4.2.1**

### Objetivos

Dar continuidade à implementação do programa de partilha experiências, saberes e práticas internacionais de referência, de acordo com as necessidades de reforço de qualificação e conhecimento identificadas, envolvendo várias entidades do SGIFR no envio de agentes ao estrangeiro e/ou receção de parceiros internacionais, promovendo um maior alinhamento com as melhores práticas internacionais

### Principais resultados esperados

- Aumento da qualificação dos profissionais do setor e das entidades do SGIFR
- Adoção de práticas internacionais de referência melhorando a eficiência da gestão de risco

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **AGIF** |
| **Suporta** | **ANEPC, ICNF, GNR, IPMA, FFAA, CIM** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar as necessidades de reforço de qualificação dos agentes das várias entidades do SGIFR, com potencial de resolução por via do Programa de Intercâmbio
- Definir os critérios de seleção/identificação dos agentes a serem alvo do Programa, em articulação com as entidades envolvidas
- Contactar com outras entidades internacionais e estabelecer acordos para a realização de visitas e ações de formação
- Implementar o programa de partilha de experiências, saberes e práticas internacionais de referência, de acordo com as necessidades de reforço de qualificação e conhecimento identificadas
- Formação de formadores, promovendo um alinhamento com as melhores práticas internacionais
- Monitorizar o impacto do Programa

### Indicadores de realização

- N.º ações de formação realizadas com congéneres
- Nº de agentes SGIFR formados
- Fases da cadeia de processos com ações de intercâmbio técnico
- N.º de formadores formados
- N.º missões em Portugal
- Nº missões estrangeiras
- Nº de protocolos de cooperação para partilha de recursos e operações conjuntas

### Metas

- 2020-30: 5 a 10 ações de formação realizadas com congéneres/ano
- 2020-30: média de 500 formandos/ano
- Protocolo de cooperação com Espanha/ USA/ Brasil/ Chile/ Austrália/ Angola/ Moçambique

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.4.1.1 a 4.4.1.3
- 4.3.2.1
- 4.3.1.4
- 4.3.1.2

### Orçamento Identificado

Total: **1,2M EUR**

### Fontes de financiamento

OE

# OB 4.4| AUMENTAR A QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES SGIFR

## PROGRAMA 4.4.3| GESTÃO DO CONHECIMENTO

# Reforçar a capacidade de I&D nacional, inclusive nas entidades SGIFR, na gestão integrada de fogos rurais

**4.4.3.1**

### Objetivos

Estimular a criação de equipas científicas para estudar temas críticos na área da gestão de risco de fogos rurais e suporte à tomada de decisão nos vários momentos da cadeia de processos SGIFR, com vista a desenvolver o conhecimento e qualificação dos agentes e gerir o risco eficientemente

### Principais resultados esperados

- Aumento da qualificação e conhecimento das entidades do SGIFR fruto de um maior investimento na investigação e desenvolvimento no setor
- Melhor gestão do risco por via do desenvolvimento de projetos de I&D relacionados com o tema

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MCTES** |
| **Responsável** | **FCT** |
| **Suporta** | **Universidades e Centros Associados, Empresas** |
| **Consulta** | **AGIF, ForestWise** |

### Iniciativas/Medidas

- Estimular a criação de equipas técnico-científicas para, durante 6 anos, desenvolver, aplicar e transferir o estado da arte do conhecimento em temas críticos na área da gestão de risco de fogos rurais (comportamento de população, mobilização de proprietários, avaliação de eficiência e soluções operações de prevenção e supressão, balanço de GEE)
- Estimular a contratação de doutorados nas entidades SGIFR em áreas de suporte à decisão nos vários momentos: prevenção (comunitária e gestão de combustíveis), pré-supressão, supressão e pós-fogo
- Criar equipas subordinadas a "temas de aplicação" (por oposição a "questões de investigação"), implicando o envolvimento real e concreto de uma entidade do SGIFR (cocriação de conhecimento e valor)

### Indicadores de realização

- Nº total de doutorados contratados
  - Nº de novos contratados doutorados
- Valor total dos contratos adjudicados
  - Nº de contratos adjudicados
  - Nº de contratos implementados
- Nº de publicações em revistas da especialidade com peer-review Q1 e Q2
- *Newsletter* científica portuguesa com resumo de resultados dos projetos e potencial de aplicação

### Metas

- 2020-2030: 2M € adjudicados por ano (~500K por principais entidades do SGIFR (AGIF, ICNF, ANEPC, GNR))
  - 2020-2030: 2M € implementados por ano
- 2030: Contratos implementados, Contratos adjudicados, novos doutorados contratados, total de doutorados contratados

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.1.4

### Orçamento Identificado

Total: **22M EUR**

### Fontes de financiamento

OE, Horizonte Europa

# Transferir conhecimento para resolução de problemas

**4.4.3.2**

### Objetivos

Criar iniciativas de transferência de conhecimento para a resolução de problemas relevantes do setor, visando nutrir o conhecimento e a capacitação das várias entidades do SGIFR, e capitalizar na experiência acumulada e perspetivas multidisciplinares

### Principais resultados esperados

- Aumento da qualificação e capacidades de gestão de risco dos agentes do SGIFR fruto da criação de programas que incentivam a partilha de conhecimento para a resolução de problemas relevantes do setor

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MCTES** |
| **Responsável** | **ANI** |
| **Suporta** | **ForestWise** |
| **Consulta** | **METD (GSEAE/GSETD), GNR, ANEPC, ICNF, IPMA, EMGFA, ENB** |

### Iniciativas/Medidas

- Identificar organizações com potencial para estabelecer contratos-programa com entidades do SGIFR (e.g. ForestWise) para partilha de conhecimento no âmbito da resolução de problemas
- Implementar programa de estágios em entidades do SGIFR para alunos do politécnico e superior
- Monitorizar o impacto em termos de conhecimento adquirido e partilha de perspetivas/práticas

### Indicadores de realização

- N.º de soluções eficientes de problemas
  - Nº de problemas que o deixam de ser
- N.º de estágios oferecidos pelas entidades SGIFR
  - Nº de estágios executados nas entidades SGIFR
- Nº de processos, produtos ou canais revisto em cada ano

### Metas

- 2030: Soluções eficientes de problemas
  - 2024: Problemas que o deixam de ser
- 2030: Estágios oferecidos pelas entidades SGIFR
  - 2024: Estágios executados nas entidades SGIFR

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.1.4

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# Estimular a supercomputação e sistemas operacionais no apoio à decisão

**4.4.3.3**

### Objetivos

Potenciar a tomada de decisão sobre estratégias (políticas e investimentos de prevenção) com base em informação construída através da análise de risco probabilística *e trade-offs*, por via de iniciativas que promovam o uso da supercomputação e sistemas de operacionais de análise de risco e apoio à decisão inovadores e completos

### Principais resultados esperados

- Melhor capacidade de tomada de decisão e análise de risco, por via de análise probabilística como resultado da implementação de supercomputação e sistemas operacionais

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **MCTES** |
| **Responsável** | **FCT** |
| **Aprova** | **AGIF** |
| **Suporta** | **Portugal Space Agency, ForestWise, Setor Florestal/ Energético, Universidades** |
| **Consulta** | **Todas as entidades do SGIFR** |

### Iniciativas/Medidas

- Definir plano de implementação de sistemas de análise de risco e apoio à decisão em ambiente WEB, suportados por supercomputação e sistemas operacionais aeroespaciais, identificando as mudanças ao nível de sistemas e processos necessárias, bem como os agentes SGIRF envolvidos
- Identificar potenciais fornecedores e implementar os sistemas por ordem de prioridade
- Promover a utilização destes sistemas pelas entidades (Gestão da Mudança)
- Adotar a virtualização de cenários com base em realidade aumentada
- Desenvolver um simulador de realidade aumentada para a Exposição do Fogo – Ciência Viva

### Indicadores de realização

- Nº de decisões de investimentos> 25k€ baseadas em análise de risco probabilística
    - Nº de técnicos a operar com sistemas operacionais avançados
    - Nº de horas de supercomputação não académica
    - Nº de utilizadores de plataforma WEB de análise de risco
- Simulador de realidade aumentada para a Exposição do Fogo – Ciência Viva

### Metas

- 2025: 100% das decisões estratégicas à escala regional e sub-regional, são informadas por análise de risco base probabilística
    - 50% das decisões estratégicas à escala regional e sub-regional, são informadas por análise de risco base probabilística
    - Decisões de investimentos> 25K€ baseadas em análise de risco probabilística
- 2023: Exposição do Fogo - Ciência viva tem simulador em realidade aumentada que emula experiências para além de quadro cognitivo
- 2025: Técnicos a operar com sistemas operacionais avançados, x horas de supercomputação não acadêmica e x utilizadores de plataforma WEB de análise de risco

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.3.1.4

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# Criar uma rede nacional e integrada de *testbeds* no SGIFR para estimular a adoção e testar a implementação de boas práticas 4.4.3.4

### Objetivos

Criar uma rede nacional e integrada de testbeds no SGIFR para estimular a adoção e testar a implementação de boas práticas, com vista a aumentar a qualificação global dos agentes SGIFR

### Principais resultados esperados

- Desenvolvimento do conhecimento na rede SGIFR por via do estímulo da partilha (e teste) de melhores práticas entre as diversas regiões do país

### Principais entidades envolvidas

| Função | Entidade |
|---|---|
| **Coordenador** | **AGIF** |
| **Responsável** | **ForestWise** |
| **Suporta** | **AGIF** |

### Iniciativas/Medidas

- Estabelecer o núcleo de Áreas *Core* (AC) que espelhem as várias realidades do país (e.g. vários tipos de floresta, interfaces (floresta/comunidades; floresta/indústria))
- Fazer *benchmarking* de boas práticas e do estado da arte em cada uma das AC
- Mapear o estado da transferência de conhecimento nessas AC
- Criar um *roadmap* para cada uma das AC
- Implementar uma rede integrada de *testbeds* nas entidades do SGIFR
- Lançar concursos para projetos curtos (*quick wins*) em sintonia com cada *roadmap*
- Criar um sistema de incentivos para estimular as entidades do Sistema Científico Nacional e Internacional (SCNI) para utilizarem ativamente as *testbeds*

### Indicadores de realização

- Nº de AC's
  - Nº de processos de análise (*benchmarking* / estado da arte) em curso
  - Nº de *roadmaps* em curso
  - Nº de *testbeds* ativas
  - Nº de entidades do SCNI ativas (pelo menos um projeto em curso)
  - Nº de projetos captados
  - Nº de *quick wins* testados

### Metas

- 2021: Estabelecer e formalizar o núcleo de AC, iniciar os *roadmaps* (pelo menos um) e iniciar a rede, com pelo menos uma *testbed*
  - 2022-2030: Acrescentar e rever *roadmaps* e rede de *testbeds*
- 2030: x AC's, x processos de análise em curso, x *roadmaps* em curso, x entidades do SCNI ativas, x projetos captados, x *quick wins* testadas

### Cadeia de Processos

| | | |
|---|---|---|
| Planeamento | Preparação | Prevenção |
| Pré Supressão | Supressão e Socorro | Pós Evento |
| Governança | Qualificação | Sistemas de Inf. e Com. |

### Relação com outros Projetos

- 4.2.2.1
- 4.2.2.3

### Orçamento Identificado

Sem custo ou orçamento associado/ identificado

### Fontes de financiamento

Não aplicável

# 6. ORÇAMENTO

Em 2019, ano *baseline*, a despesa anual do SGIFR cifrou-se em 264M€, valor que com o PNA terá um aumento previsto de despesa (pública e privada) de 383M€/ano, passando para um valor anual de 647M€. Este valor representa, nos 11 anos do programa, um total de 7.122 M€[20]. É de referir, no entanto, que estes valores deverão ser calibrados anualmente em função do mecanismo de monitorização do programa e do seu orçamento e conforme o modelo de governança previsto.

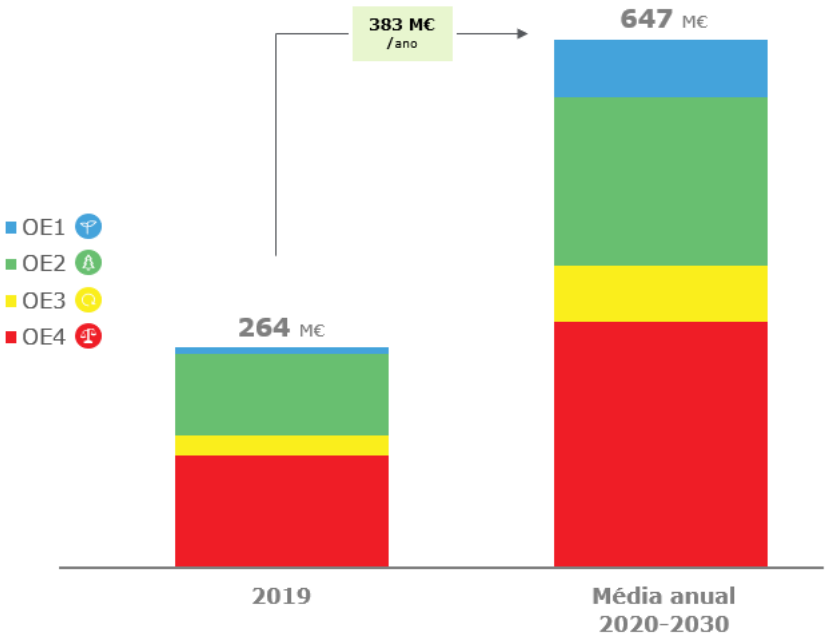



Figura 4 – Evolução do Orçamento SGIFR 2019-2030

Como se pode verificar o PNA reforça o investimento em todas as áreas de atuação das quatro orientações estratégicas.

[20] Esta análise tem origem no levantamento de necessidades pelas entidades SGIFR da administração direta e indireta do Estado envolvidas

**Despesa do Sistema de Gestão Integrada da Fogos Rurais**

| | 2019 | Total 20-30 | Impacto PNA | Média ano |
|---|---|---|---|---|
| Valorizar os Espaços Rurais | 1 M€ | 769 M€ | ↑68 M€ | 69 M€ |
| Cuidar dos Espaços Rurais | 101M€ | 2 275M€ | ↑106 M€ | 207 M€ |
| Modificar Comportamentos | 24 M€ | 766 M€ | ↑46 M€ | 70 M€ |
| Gerir o Risco Eficientemente | 138 M€ | 3 312M€ | ↑163M€ | 301 M€ |
| | 264 M€ /ano | 7.122M€ 2020-2030 | ↑383M€/ano | 647M€ /ano |

Figura 5 – Comparação entre despesa em 2019 e a média prevista 2020-2030

A orientação Estratégica "Valorizar os Espaços Rurais" é uma orientação que até 2019 teve uma expressão praticamente inexistente no SGIFR. Esta orientação estratégica tem ligações estreitas com outros mecanismos de valorização económica e é alavancada por estratégias e outros planos de cariz transversal, como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) 21-26[21]. Daí se considerar que o investimento estimado, pelas entidades, neste exercício, integra as iniciativas que pela sua natureza mais podem impactar os processos do SGIFR.

Assim, passa a considerar uma despesa anual de 69M€, num total agregado para os 11 anos de 769M€. Os dois programas com projetos associados com maior investimento associado e que representam 90% do total anual para a OE1 são:

[21] O propósito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, disponível no âmbito do Next Generation EU, é apoiar a concretização de investimentos e reformas que capacitem as economias dos Estados-Membros, tornando-as mais resilientes e mais bem preparadas para o futuro. O Plano de Recuperação e Resiliência nacional (PRR) orienta-se pelas estratégias e políticas nacionais, inserindo-se no quadro de resposta europeia e alinhando-se com a prioridade europeia conferida às transições climática e digital.

- Programa "mobilizar o Potencial económico dos recursos endógenos" com 44 M€/ano cujos principais projetos são os modelos de financiamento multifundos e multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais a contribuir para o programa com 26M€ /ano e 10 M€/ ano respetivamente.

- Programa "fomentar a inovação e melhoria da competitividade dos proprietários e das empresas do setor florestal" com 16M€/ano, com o projeto associado aumento do rendimento da fileira florestal, com 15 M€/ano.

A orientação estratégica "Cuidar dos Espaços Rurais" apresenta um aumento de 99M€/ano face a 2019, perfazendo um valor anual de 207M€/ano, com uma despesa total para os 11 anos de 2.275M€. Este aumento reflete-se maioritariamente em 2 programas:

- Programa "reconverter a paisagem" que apresenta uma despesa de 40M€/ano com três projetos a representar 80% do total do montante previsto para o programa: "áreas Integradas de gestão da paisagem" que prevê uma despesa anual de 15M€/ano; "recuperação pós fogo e intervenção das áreas ardidas com mais de 500ha" a contribuir para o programa com 10 M€/ano; e gestão da paisagem e remuneração de serviços de ecossistemas com 7M€/ano.

- Programa "executar o programa plurianual de gestão de combustível" com 149M€, com quatro projetos dependentes a representar 95% da despesa total do programa: "garantir a gestão da rede primária de faixas de combustíveis" com 27M€/ano; "garantir a gestão da rede secundária" com 51M€/ano; "áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível" com 47M€/ano; "proteção de áreas de elevado valor" com 17M€/ano.

A orientação estratégica "Modificar Comportamentos" centra a sua prioridade na redução das ignições de maior risco, demonstrada pelo aumento 46M€/ano face a 2019, passando a assumir um valor anual de 70M€/ ano e logo de 766M€ para os 11 anos.

Nesta orientação destaca-se o programa "reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão", com 57M€/ano, através do projeto, "ações de vigilância em períodos e áreas rurais criticas" com uma despesa de 37M€ ano, decorrente do reforço de recursos humanos e utilização de UAV para as ações de vigilância e do projeto "presença das forças armadas nas áreas críticas" que apresenta uma despesa de cerca de 27M€/ ano, assente em recursos humanos e meios permanentes para apoio às ações de vigilância e dissuasão.

O Programa "comunicar para o risco: Portugal Chama" reflete o valor total de 8M€/ano, com os projetos "comunicação integrada para o risco" e "comunicação especializada de proximidade", com uma despesa de 4M€/ano para cada um destes projetos.

A orientação estratégica "Gerir o Risco Eficientemente" apresenta um aumento anual de 163M€/ano face a 2019, com uma despesa anual de 301M€/ano, para um total de 3.312M€ para 20-30.

Cerca de 94% deste montante está atribuído a dois programas:

- "reforçar as competências de governança do risco", direcionado essencialmente para o projeto "funcionamento e reforço das instituições", passando o SGIFR a despender anualmente 52M€/ano neste vetor. Esta despesa assenta essencialmente em recursos humanos canalizados essencialmente para a reorganização orgânica às diferentes escalas do território.

- "gestão eficiente das ocorrências" com 233 M€/ano destacando-se aqui dois projetos: "gestão dos meios aéreos" que aumenta de 42M€/ano em 2019 para 74M€/ano média anual com o PNA, resultado da proposta de edificação e aquisição de meios aéreos com investimento de +24M€/ano; e "gestão da supressão" que varia de 62M€ em 2019 para 161M€ média anual PNA (+99M€) fruto da capacitação do segmento GFR na supressão através do reforço dos recursos humanos essencialmente da FSBF e outras forças do ICNF na supressão e da UEPS.

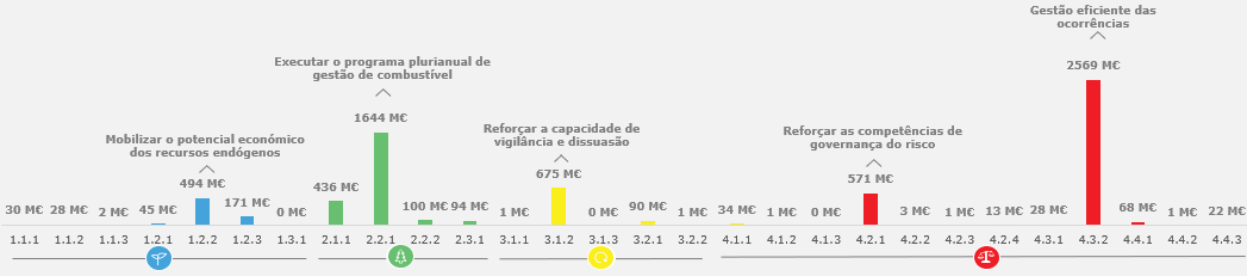



Figura 6 – Distribuição orçamental por programa

Analisando o impacto dos projetos do PNA na cadeia de processos do SGIFR constata-se que todas as fases apresentam um aumento face a 2019, exceto a respeitante aos sistemas de informação e comunicação, sendo que as fases de "Prevenção" e "Supressão e Socorro" apresentam o maior peso da despesa.

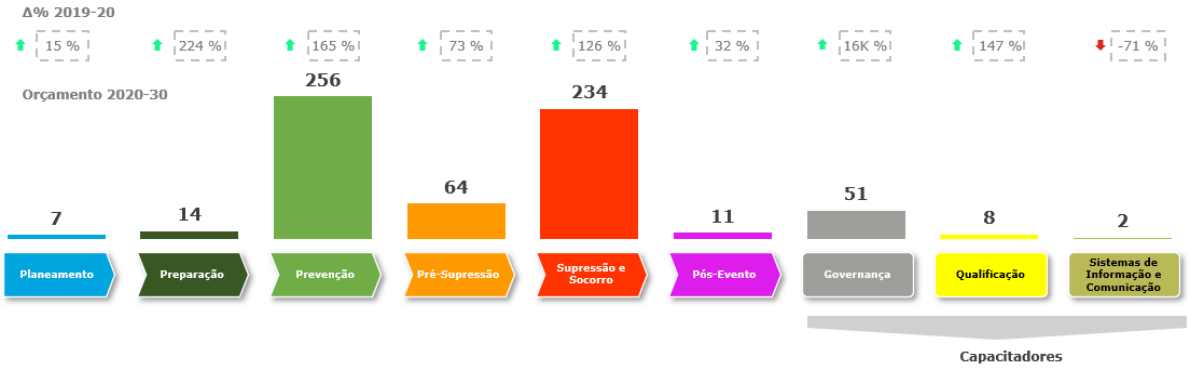



Figura 7 – Orçamento por fase da cadeia de processos SGIFR[22]

Relativamente aos capacitadores da cadeia de processos, destaca-se o aumento na Governança, justificado pela capacitação das instituições e o incremento no investimento na implementação do Programa de Qualificação dos Agentes SGIFR.

[22] De acordo com a Cadeia de processos do SGIFR, na fase Pós-evento (processo PE2) estão contempladas as ações de estabilização de emergência e recuperação das áreas ardidas, no entanto, todas as ações de recuperação da paisagem e gestão estão incluídas na fase Prevenção (processo PV1). No capacitador Sistemas de Informação e Comunicação existe um delta negativo que se deve à falta de orçamentação do SIRESP no PNA.

Considerando a separação da execução orçamental entre os eixos tradicionais de Prevenção e Combate[23], a partir 2020-2030 regista-se um incremento do orçamento na prevenção, passando a representar um peso no sistema de 58% face ao combate com 42%. Esta é uma alteração face ao ano baseline (2019) que registava uma despesa de cerca de 132 M€ em Prevenção e 132 M€ em Combate, representando um peso no sistema de 50-50 do total de despesa.[24]

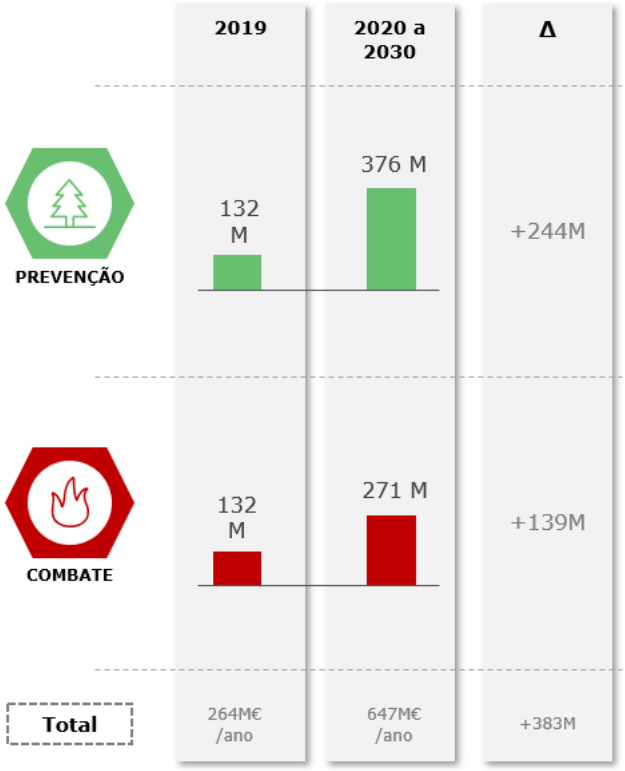



Figura 8 – Distribuição orçamental pelos eixos prevenção e combate

No que diz respeito à distribuição da despesa por natureza, verifica-se um peso de 31% nos Recursos Humanos, 25% nos Meios e Equipamentos e 44% nos Serviços e Outras Despesas.

[23] Valor apurado com base na imputação a estes eixos das despesas estimadas em cada fase da cadeia de processos

[24] Relatório de atividades SGIFR 2019

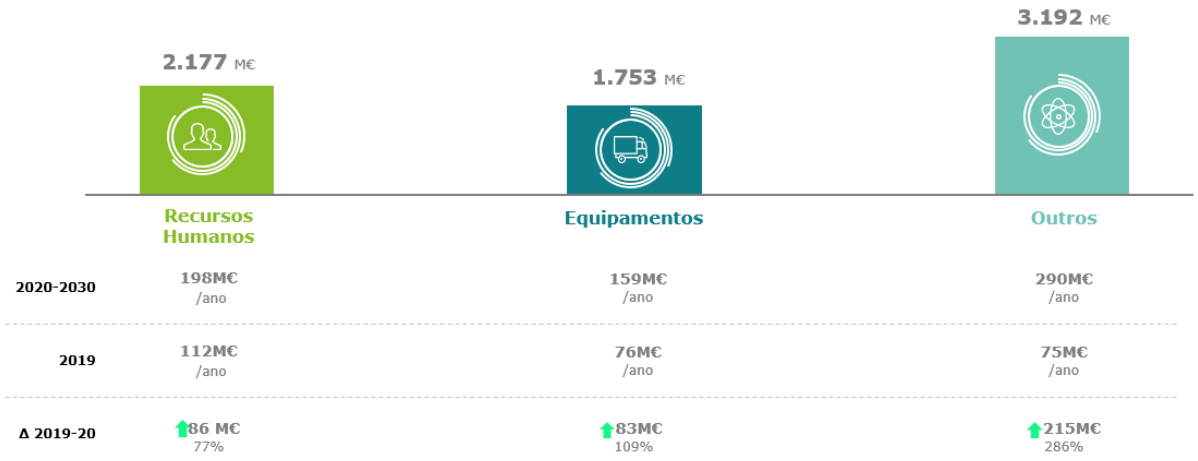



Figura 9 – Distribuição da despesa por natureza

Na categoria de Recursos Humanos, o incremento assenta no reforço das instituições nas diferentes escalas territoriais (nacional, regional e sub-regional), na maior presença dos efetivos das Forças Armadas no sistema e no reforço das funções qualificadas e na especialização dos agentes.

Na categoria de Meios e Equipamentos, destaca-se o investimento previsto para a aquisição de meios aéreos e do reforço de meios e equipamentos para os eixos Gestão de Fogo Rural (GFR) e Proteção Contra Incêndios Rurais (PCIR), incluindo equipamentos de proteção individual (EPI).

Na categoria Serviços e Outros, encontra-se uma despesa prevista de mais de 200M€/ano ~3.000M€ para os 11 anos do programa - que dizem respeito aos incentivos financeiros e fiscais e às verbas destinadas à valorização e gestão do território. Também o desenvolvimento das campanhas de sensibilização e ações de qualificação estão categorizadas como Serviços e Outros.

Ao analisar como a variação de 2019 para a média 2020-30 se distribui pelas principais entidades do SGIFR verifica-se que,

- O ICNF tem o maior aumento refletido na categoria Serviços e Outros, justificada pelo aumento na contratação de serviços para a gestão de combustível e recuperação de áreas ardidas (+77M€/ano). A variação prevista nos RH diz respeito ao reforço das Equipas Sapadores Florestais (eSF) e à constituição das Forças de Sapadores Bombeiros Florestais (FSBF), com +9M€/ano reforço do funcionamento da instituição dando cumprimento à sua orgânica com +7M€/ano;

- A ANEPC tem o seu maior aumento anual nas categorias de RH e Equipamentos dada a capacitação prevista na sua lei orgânica, da estrutura à escala regional e sub-regional com +39M€/ano e maior capacitação na supressão com +50M€/ano para os bombeiros fruto da especialização em PCIR e GFR.

- Na GNR, o aumento da despesa em +36M€/ano é explicada em 70% (+23M€/ano) pelo aumento de RH, previstos para capacitação na vigilância e supressão e +9M€/ano previstos em Equipamento destinam-se essencialmente a recursos tecnológicos na área da vigilância como já anteriormente referido;

- As Forças Armadas preveem um aumento nos Recursos Humanos e Equipamentos, fruto da capacitação que se deseja permanente para as ações de apoio à prevenção, vigilância e supressão, em +27M€/ano;

- A Força Aérea destaca-se com uma variação de +24M€/ ano na rúbrica Equipamentos motivada pela aquisição de meios aéreos para edificação de capacidade permanente que se prevê venha a necessitar dum investimento total de 74M€/ ano.

- As outras entidades representadas no PNA apresentam valores menos significativos nas categorias de recursos humanos e equipamentos.

Há a referir ainda que na categoria Serviços e Outros referente às outras entidades encontram-se previstas despesas relevantes, nomeadamente, a contratação de serviços para gestão de combustível nas infraestruturas e *utilities*, com cerca de 52M€/ano, incentivos financeiros à valorização e gestão dos espaços rurais com 74M€/ano, e verbas para aumento do rendimento dos proprietários em projetos direcionados para a multifuncionalidade dos espaços florestais e modelos de financiamento multifundos, as áreas integradas de gestão da paisagem, o aumento do rendimento da fileira florestal, pagamento dos serviços de ecossistema e outros serviços contratualizados em diferentes projetos.

Relativamente à forma de financiamento, o PNA visa ser financiado por múltiplas fontes, destacando-se os Fundos Comunitários, Fundo Ambiental e o Orçamento do Estado.

Face a 2019, estima-se um incremento anual de 383M€/ano dos quais 35M€ suportados pelo OE e 348M€ por outras fontes de financiamento. Relevante é a inversão quase completa do peso do OE na despesa anual do SGIFR passando dos atuais 70% para 34%, tendência que deve ser aumentada na preparação do quadro comunitário 21-27.

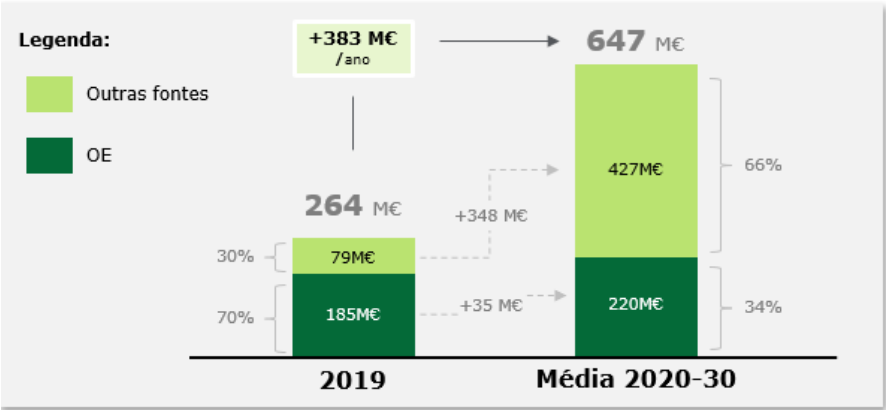



Figura 10 – Componente do Orçamento de Estado na despesa anual do SGIFR

No reforço orçamental previsto para 2020-2030, cerca de metade está previsto no âmbito de outros planos e programas nacionais, tais como, o Programa de Recuperação e Resiliência, Programa de Transformação da Paisagem, Programa de Revitalização do Pinhal Interior, Programa de Valorização do Interior, Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030, Estratégia para Agricultura 2020-2030, entre outros. Entendeu-se, no entanto, relevante que esses valores estivessem patentes no PNA para garantir que a monitorização dos projetos e do orçamento alocado aos mesmos irá trazer os resultados esperados, no âmbito das orientações estratégicas previstas e contribuir a montante para o SGIFR.

# 7.GOVERNANÇA E GESTÃO ADAPTATIVA

O Programa Nacional de Ação, de alto nível, define os projetos com o detalhe adequado ao nível nacional. Os Programas Regionais de Ação (PRA) e os Programas Sub-regionais de Ação (PSA) detalham esses projetos com informação cada vez mais granular à medida que se aproximam da realidade local, sendo nos Programas Municipais de Execução (PME), transpostos para os Planos de Atividades e Orçamentos dos Municípios - que os projetos ganham operacionalidade, tornam-se obra, havendo lugar à calendarização, objetivos, identificação de locais onde fazer, com que recursos fazer, e com quem fazer.

Este planeamento é dinâmico, assente num movimento circular de propostas e consensos sempre que possível; considera um processo de desagregação descendente (*top-down)* - transpondo a visão estratégica até à dimensão tática - que orienta, a partir de um enquadramento comum, a construção dos programas de nível inferior, e processo de desagregação ascendente (*bottom-up)* que atribui aos planos de nível superior a consistência e harmonização com a realidade percebida e vivida localmente.

1. O PNA identifica enquadramento estratégico, os principais programas e projetos, respetivas metas, orçamentos e fontes de financiamento preferenciais. Identifica também as metas para 2030 e metas intercalares. Um exercício anual permitirá identificar as metas dos projetos que contribuirão anualmente para a concretização da visão para 2030.

2. Com base neste Programa Nacional construir-se-ão os Programas Regionais e Sub-Regionais de ação onde se definem os projetos, metas, orçamentos e fontes de financiamento, incorporando já o contributo das autarquias promovido no processo de programação sub-regional, onde as mesmas têm papel ativo.

3. Estes programas servirão de guia para a construção dos PME, essencialmente orientados para a concretização de atividades. Os PME estruturam à escala municipal o PSA que lhes dá origem, identificando de entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados. Para além dos projetos que derivam dos PSA, os PME podem incluir outros projetos localmente definidos e fundamentados.

   Depois de validados os PME são transpostos e incluídos nos Planos de Atividades e Orçamentos dos Municípios, peças fundamentais deste novo modelo de planeamento que estão na base de toda a sua arquitetura e a unidade que dá coerência a este modelo orientado para a concretização. Desta forma a operacionalização das medidas e ações de Gestão Integrada de Fogos Rurais são inscritas, através do PME, em instrumentos de planeamento que já existem, não sendo acrescentado nenhum novo instrumento ao nível municipal, o que só viria a confundir o cidadão e acrescentar complexidade desnecessária.

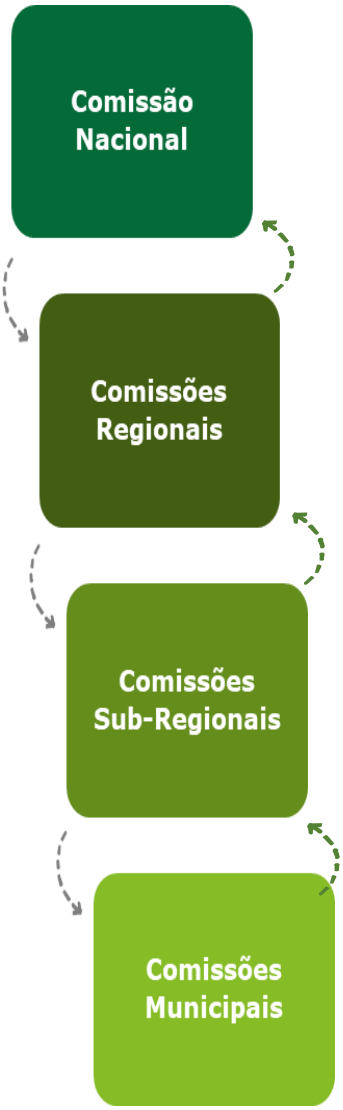
4. A construção e a monitorização subsequente do PME servirão para identificar metas concretas e o seu grau de concretização, constrangimentos e oportunidades de melhoria e de se

proporem revisões aos programas sub-regionais, regionais e, consequentemente, ao programa nacional de forma a garantir as metas previstas para 2030.

Estas revisões anuais serão igualmente a base para as propostas a apresentar para o Orçamento do Estado do ano seguinte, negociação de fundos comunitários e verbas a transferir para as autarquias. Estas propostas terão sempre uma visão plurianual a quatro anos.

5. O resultado deste processo irá orientar a revisão dos programas às diferentes escalas territoriais, reiniciando-se no ponto 1.

No ciclo de planeamento, os Programas de Ação são elaborados pelas diferentes comissões do SGIFR, cujas responsabilidades neste âmbito, são as que abaixo se elencam:




- Elaborar a proposta do Programa Nacional de Ação submetida à AGIF definindo prioridades
- Promover, monitorizar e comunicar o desenvolvimento das ações do Programa Nacional de Ação
- Apreciar regulamentos e normativos técnicos produzidos no âmbito dos Programas de Ação
- Apreciar e emitir parecer vinculativo relativo aos Programas Regionais de ação e à produção técnica e científica, nos capítulos, entre outros, da qualificação, melhoria contínua, informação e comunicação

---

- Articular a atuação das entidades com competências ou responsabilidades em matéria de gestão integrada de fogos rurais na sua região
- Elaborar a proposta de Programa Regional de Ação, enquadrado pelas diretrizes estratégicas nacionais, definindo as prioridades para cada região e submetendo-a à comissão nacional para apreciação
- Apreciar e emitir parecer vinculativo relativo aos Programas Sub-Regionais
- Promover e monitorizar o desenvolvimento das ações dos Programas Regionais e Sub-Regionais de Ação

---

- Articular a atuação das entidades com competências ou responsabilidades em matéria de gestão integrada de fogos rurais na sua sub-região
- Elaborar uma proposta de Programa Sub-regional de Ação, enquadrada pelas diretrizes regionais, definindo as prioridades da respetiva sub-região NUTS III submetendo-a à comissão regional para apreciação
- Apreciar e emitir parecer vinculativo relativo aos Programas Municipais de Execução
- Promover, acompanhar e monitorizar o desenvolvimento dos Programas Sub-Regionais e dos Programas Municipais de Execução

---

- Articular a atuação dos organismos e entidades com âmbito de intervenção no município as competências em matéria de gestão integrada de fogos rurais;
- Elaborar um Programa Municipal de execução vinculativo, a integrar no Plano de Atividades e Orçamento Municipais, submetendo-o à comissão sub-regional para apreciação
- Promover, acompanhar e monitorizar o desenvolvimento das ações inscritas no Programa Municipal de Execução

Nas diversas Comissões participam as entidades do SGIFR de acordo com a sua orgânica e respetiva escala territorial.

No que concerne ao ciclo de monitorização, este está assente num acompanhamento e reporte do grau de execução dos projetos e dos seus resultados, o que significa que a monitorização do projeto deverá ser realizada pela respetiva equipa, atendendo ao seu RASCIF, constituída pelas entidades coordenadoras, responsáveis e envolvidas nesses mesmos projetos.

Esta metodologia possibilita um acompanhamento e monitorização com um fluxo de informação e alinhamento entre as entidades envolvidas nos projetos nas suas várias dimensões regionais garantindo-se assim uma maior uniformização neste processo. Para além disso, ao existir uma plataforma de acompanhamento às diferentes escalas regionais - com o conhecimento próximo das necessidades do território e constrangimentos na execução - será mais eficaz e célere a atuação sobre os problemas e tomadas de decisão conducentes ao atingimento de resultados.

Com este mesmo objetivo, serão apresentados periodicamente os resultados da monitorização em sede do conselho de coordenação da AGIF, mantendo as entidades e áreas governativas com atuação no SGIFR, a posse de informação atualizada e fidedigna, apoiando o processo de decisão estratégica deste fórum.

Prevê-se ainda a apresentação pública, a realizar periodicamente, do balanço das atividades previstas no PNA.

# 8. GESTÃO DE RISCO DO PNA

Para a concretização do PNGIFR através do PNA é essencial a utilização do instrumento de análise e gestão de risco.

Conhecendo *a priori* os desafios, ameaças internas e externas ao programa, consolida-se a possibilidade de abordar de modo estruturado os riscos, com soluções de prevenção e mitigação durante o seu período de vigência.

Para tal e com base no grau de concretização do programa e nos resultados alcançados pelos processos do SGIFR até 2030, produziram-se 3 cenários:

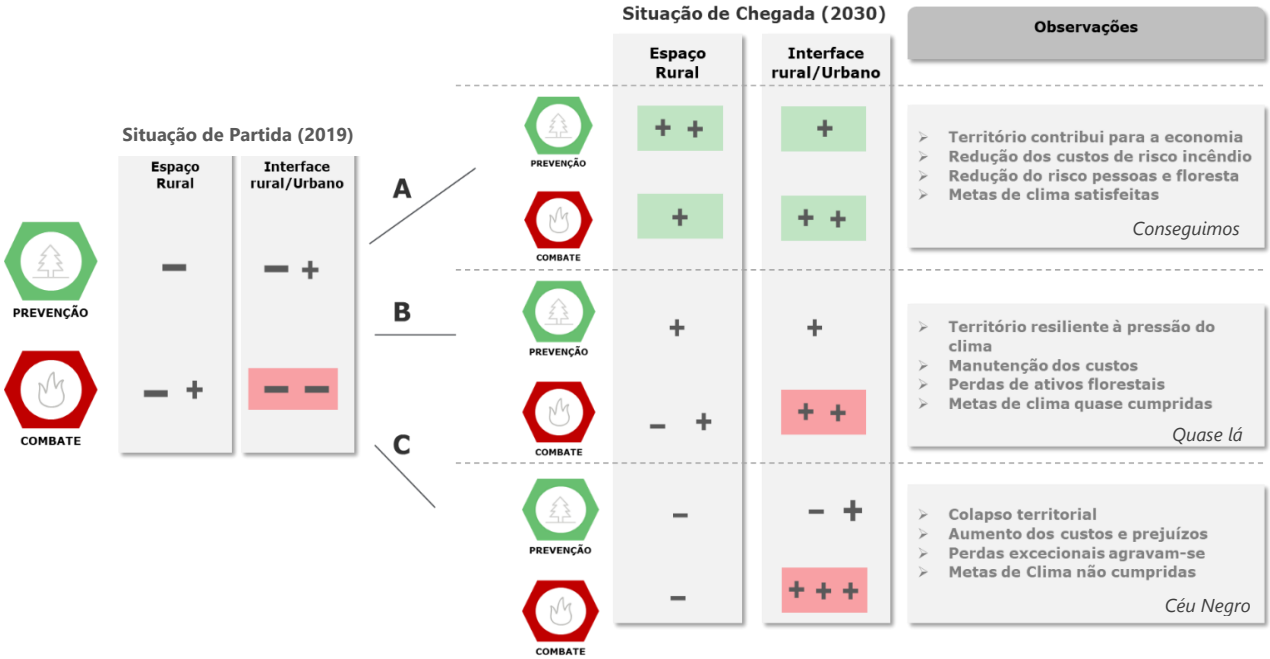



Figura 11 - Cenários de evolução do sistema com alocação de investimentos

Para testar a sensibilidade do programa, confrontaram-se os cenários acima com diferentes contextos meteorológicos possíveis para a década 2020-2030 e os seus impactos na área ardida.

Num contexto de agravamento meteorológico tal como proposto por *Beighley e Hyde (2018)* [25], verifica-se o aumento da área ardida de 139.000ha/ano[26] para 205.000ha/ano, assumindo uma perspetiva de inércia em que o programa não é executado - "*Céu Negro*". No período de 11 anos referimo-nos, assim a um aumento de 1.530.000ha para 2.255.000ha (+47%).

[25] Cenário onde a possibilidade de um ano muito quente e seco, conduz a uma probabilidade de 5% duma campanha com 750.000 ha de área ardida.

[26] Média anual de área ardida verificada entre 2010 a 2019. Fonte SGIF-ICNF

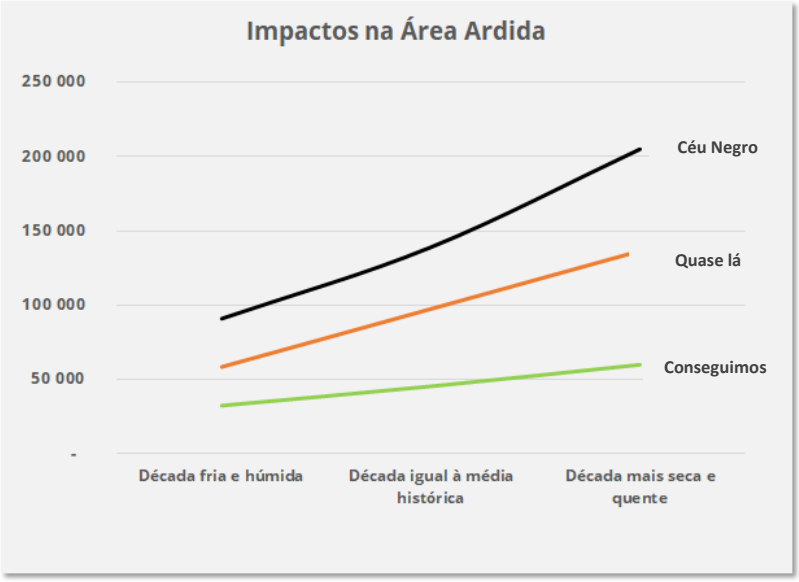



Figura 12 – Impactos na área ardida: contexto meteorológico e cenários prospetivos

| | | Área Ardida anual (ha) | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Meteo | | |
| | | Década fria e húmida | Década igual à média histórica | Década mais seca e quente |
| Cenários | Céu Negro | 91 000 | 139 000 | 205 000 |
| | Quase lá | 58 500 | 97 500 | 136 500 |
| | Conseguimos | 32 500 | 45 500 | 60 000 |

Figura 13 – Impactos na área ardida: contexto meteorológico e cenários prospetivos

O cenário "*Conseguimos*" é de facto o único que em todos os cenários meteorológicos conseguirá atingir as metas do roteiro para a neutralidade carbónica previstas para 2030, com 60.000ha/ ano de área ardida (total de 660.000ha no período 2020-2030) e que manterá "Portugal protegido de incêndios rurais graves"[27].

[27] Os 60.000ha/ de área ardida anual representam uma incidência de 0,9% do território nacional vulnerável aos incêndios e comparam com valores 0,5% em França e 0,8% em Espanha.

Neste cenário, foi possível mobilizar instituições e recursos públicos e privados para ativar o círculo virtuoso da economia florestal, assegurando que os proprietários gerem os seus ativos de forma agregada, canalizando de forma eficiente poupanças e fundos do PRR, PT2030 e PAC para a gestão ativa das florestas e agro-florestas, em particular, no norte e centro litoral, com melhoria da remuneração dos ativos lenhosos e não-lenhosos e inclusão de receitas por serviços ambientais prestados.

Com um forte compromisso das fileiras industriais da floresta, da carne, do queijo e do turismo, as áreas ardidas de 2017 foram recuperadas e concretizados modelos de gestão que executam boas práticas de silvicultura, pastorícia e prevenção de incêndios.

As atividades associadas à gestão florestal e silvopastoril consolidaram-se como âncoras do desenvolvimento territorial, contribuindo para o aumento do emprego no interior. A dependência energética de fontes exógenas destes territórios diminuiu, fruto da recolha de biomassa à escala local e encurtamento das cadeias logísticas associadas. Em particular a norte do Tejo, a quantidade da vegetação em torno das habitações reduziu-se significativamente e foram implementadas as faixas de gestão de combustível e mosaicos, contribuindo para a eficácia das operações de supressão de incêndios.

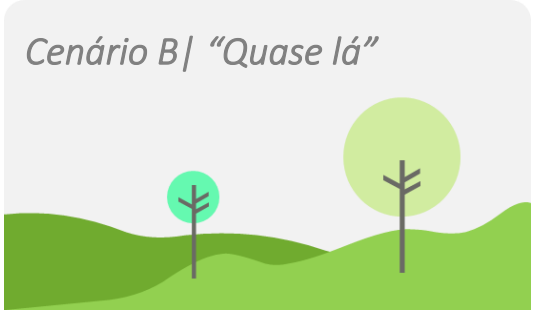
Em face de alternativas como a compostagem e maior consciencialização, a população alterou os seus comportamentos na forma como utilizava o fogo para a gestão de sobrantes e o número de incêndios reduziu-se em 80% e, em particular, nos dias de maior risco, o número de incêndios foi, em média, inferior a 40. Apesar do incremento do risco de incêndio, por mais dias com meteorologia extrema, através do reforço institucional dos agentes públicos e privados, foi possível executar operações que reduziram o perigo (vegetação e ignições) em todos os locais prioritários, o que permitiu ganhos de eficiência do sistema de supressão, que também se transformou, com agentes especializados, capacitados e todas as agências foram capazes de cooperar e assegurar o funcionamento do sistema de operações de forma integrada e eficiente.

As forças operacionais realizaram as missões de acordo com procedimentos e referenciais internacionais de capacitação e operação comuns, adequando táticas e técnicas de acordo com meteorologia, orografia e tipo de vegetação, garantindo que todos os incêndios tiveram controlo perimetral e em consequência, o número de reacendimentos foi menor que 3%.

Nos raros eventos de maior dimensão, as populações foram confinadas ou evacuadas atempadamente e os prejuízos prontamente suportados por seguros paramétricos.

As áreas ardidas com mais de 500ha representaram menos de 0,3% dos incêndios e foram, de imediato, objeto de operações de estabilização de emergência e recuperação, com planos e programas executados atempadamente.

Neste cenário, entre 2020 e 2030 reduziram-se para valores mínimos as vítimas de incêndios rurais e a totalidade da área ardida face ao cenário de inércia "*Céu Negro*" reduziu-se em 71%, aproximando-se agora das métricas internacionais, tendo totalizado 660.000ha (60.000ha/ano ou 0,9% de incidência).




Neste segundo cenário, foi possível mobilizar apenas parte dos recursos financeiros do PT2030 e PAC e dar prioridade à sua aplicação nas áreas geridas pelo Estado e baldios, Parques e Reserva naturais, que concretizam programas de silvicultura e gestão de combustíveis. A norte do Tejo, não se concretizou a capacitação das organizações de proprietários e a melhoria da remuneração de bens e serviços prestados pelos espaços florestais foi insuficiente para a mobilização dos proprietários.

A gestão florestal agregada pelos proprietários foi localizada e subsistiram falhas de mercado, agora também nos serviços dos ecossistemas. As empresas exportadoras não assumiram plenamente a sua responsabilidade social e ambiental e as fileiras perpetuaram dinâmicas de gestão não sustentável da floresta de produção. Falhas de regulação não consolidaram iniciativas locais de produção de energia com recurso a biomassa, tendo as poucas iniciativas fomentadas sido absorvidas pelas assimetrias de mercado. As áreas ardidas de 2017 não foram recuperadas com planeamento e gestão agregada e uma significativa parte destas áreas continuou por ser gerida, com o consequente aumento da carga combustível.

No entanto, foram apenas implementadas as faixas de gestão de combustível e mosaicos em áreas públicas e em baldios e em torno das habitações verificam-se efetivos esforços de prevenção, o que contribui para a eficácia das operações de proteção da maioria das aldeias e proteção de áreas florestais críticas.

A população utilizou o fogo de forma menos frequente para a gestão de sobrantes e o número de incêndios reduziu-se em mais de 50%, mas de forma não significativa nas sub-regiões do centro e norte, uma vez que nos piores dias, estas regiões continuaram a contribuir para que em média se verificassem 100 incêndios. As forças operacionais não usam sistemas e processos totalmente compatíveis, embora frequentem programas de qualificação equiparáveis, mas não integrados.

Perante eventos extremos, em meteorologia mais adversa e com territórios com combustíveis que potenciam comportamento rápido e intenso destes incêndios, o sistema de supressão foi ultrapassado e apenas assegurou a defesa perimetral das povoações e comunidades, tendo conseguido na sua maioria confinar ou evacuar a população.

Debilidades no comando e controlo de eventos complexos, não asseguram que todos os incêndios tivessem controlo perimetral e o número de reacendimentos apenas foi reduzido para menos de 10%.

As áreas ardidas com mais de 500ha não foram totalmente recuperadas, e nas menos produtivas verificou-se o abandono da atividade florestal.

Em termos económicos, as atividades florestais e silvopastoris mantiveram a tendência de perda de importância, tendo-se agravado o desequilíbrio na balança comercial agroflorestal.

Neste cenário, não foram cumpridos os objetivos da agenda do clima apesar de o território exibir resiliência nas áreas geridas pelo Estado, Baldios e Parque Naturais. A soma da área ardida até 2030 reduziu-se em 33% face ao cenário de "inércia", totalizando em 1.501.500ha (136.500ha/ano de média ou 2,1% de incidência).

## *Cenário C| "Céu Negro"*

Neste cenário de inércia, não foi possível concretizar melhorias fundamentais, incluindo a revisão de processos e acesso a recursos financeiros do PPT, PT2030 e PAC não produziu impactos no território, verificando-se cumulativamente pelos privados um desinvestimento nas atividades florestais e silvopastoris.

As instituições públicas e privadas não foram capacitadas e as inúmeras iniciativas legislativas não saíram do papel. A agregação dos proprietários ficou circunscrita apenas a alguns territórios, acentuaram-se as falhas de mercado e aprofundou-se a exploração anárquica e extractivista pela maioria dos operadores florestais, levando a exclusão das marcas portuguesas nos mercados mais exigentes em critérios de responsabilidade social e ambiental.

Sem verem justamente valorizados os seus produtos e serviços ambientais prestados, as dinâmicas de abandono da gestão florestal alargam-se ao litoral centro e norte, o que contribuiu para o aumento do perigo de incêndio urbano, que, entretanto, também não viu contida a sua expansão.

Sem alternativas para a eliminação dos sobrantes, a população continuou a utilizar o fogo de forma frequente, perante uma fiscalização insuficiente. Com um maior número de dias de risco de incêndio acrescido, mantiveram-se o número de incêndios negligentes e nos piores dias do ano, foram cerca de 300 os incêndios que se iniciam, dos quais 15% resultam de reacendimentos de eventos de dias anteriores.

Mais de metade das áreas ardidas de 2017 voltaram a arder de forma ainda mais rápida e intensa, em múltiplos eventos, embora desta vez tenha havido alguma capacidade de antecipação e mobilização dos recursos, evitando a magnitude da tragédia de então, mas ainda assim com vítimas humanas a lamentar.

No entanto, não foi possível evitar a perda de vidas e avultados danos materiais, apesar do reforço de equipamentos e operacional verificado. As debilidades no comando e controlo de eventos complexos

agravaram-se por ausência de cooperação interagências e não-cumprimento de procedimentos definidos, com forças a operar nos eventos de forma não integrada.

Neste cenário, de colapso territorial e institucional, os custos e prejuízos agravaram-se e não foram cumpridos os objetivos da agenda do Clima apesar de o território exibir alguma resiliência nas áreas geridas pelo Estado e parque naturais. A área ardida total entre 2020 e 2030 ascendeu a 2.255.000ha (205.000ha/ano ou 3,2% de taxa de incidência).

## Formas de Prevenção e Mitigação dos Riscos identificados

Uma vez antevistos estes cenários, torna-se relevante identificar avaliar, catalogar os potenciais tipos de risco e apresentar de forma proactiva e *ex ante* as formas de prevenção e mitigação, fazendo uma gestão eficiente e eficaz de planeamento, políticas, execução e oportunidades de melhoria.

Neste contexto, a gestão de risco identifica ainda os fatores externos e internos, o nível de risco e o seu impacto e probabilidade de ocorrência desses riscos.

Quer a identificação dos fatores externos e internos inerentes ao processo de implementação do PNA, quer o exercício de levantamento de necessidades, possibilita o processo de desenvolvimento de respostas que deverá ser desenvolvido, com as entidades SGIFR, num processo construtivo de gestão do risco com uma metodologia estruturada, evolutiva e consistente.

Na esfera de ação estratégica, neste capítulo apresentam-se os tipos de risco e matriz de risco para melhor compreender e definir as prioridades estratégicas, e apresentar as respostas, no exercício de gestão de risco, sejam estas no sentido de transferir, aceitar ou eliminar o risco.

Tipologia de riscos:

Pessoas/ Instituições

- Resistência à mudança de paradigma
- Falta de envolvimento / colaboração das entidades
- Desmotivação das equipas de projeto
- Ceticismo / descrença face ao Programa
- Alterações na gestão do Programa
- Lacunas no conhecimento técnico e operacional de cada Programa / Projeto
- Disponibilidade dos membros das equipas operacionais (devido à acumulação de outras atividades)

Informação

- Falta de fiabilidade da informação disponibilizada e reportada
- Reduzida agilidade na obtenção de informação das diversas entidades/ equipas operacionais de Projeto
- Inexistência de informação

Legislativo/ Governança

- Alterações de prioridades políticas
- Ausência de alinhamento sectorial

- Falta de enquadramento legal para a execução dos projetos
- Não admissão/ rejeição das propostas legislativas

Operacional

- Burocracia no processo de tomada de decisão do Programa
- Falta de monitorização do plano de trabalho
- Falta de resposta das infraestruturas (e.g. informáticas)
- Não cumprimento de prazos
- Falta de qualidade dos entregáveis (e.g. diagnósticos as-is)

Comunicação/ Mobilização social

- Comunicação pouco efetiva / antecipada para as entidades SGIFR / equipas
- Incapacidade de mobilização dos atores locais/ setor privado

Riscos exteriores

- Catástrofes ambientais
- Crises sanitárias
- Crise financeira
- Crise petrolífera
- Conflitos internacionais
- Desvalorização da moeda

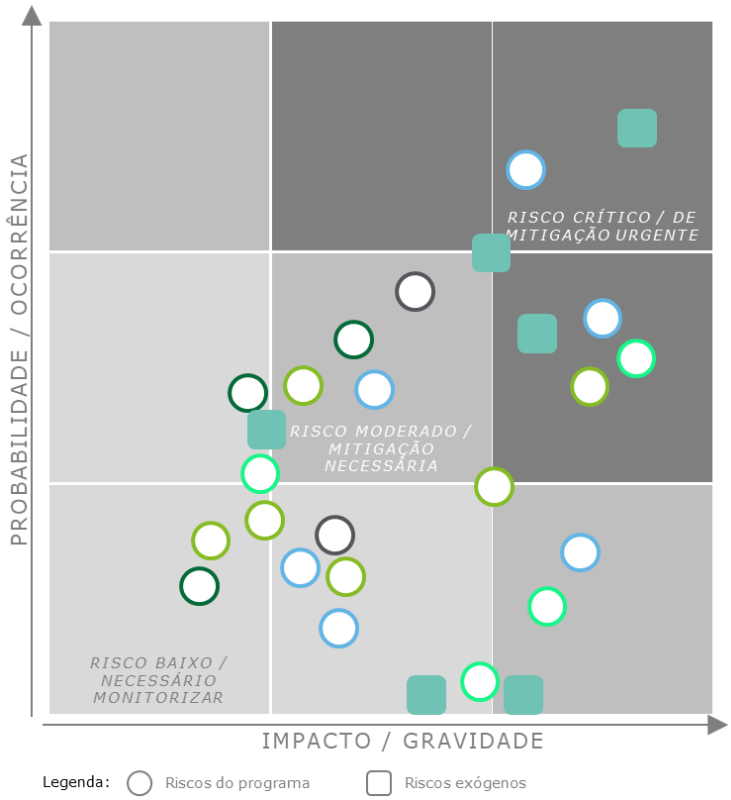



Figura 14 – Matriz Risco

Tendo em conta os cenários e os riscos associados, os fatores críticos de sucesso que se consideram como alicerces para a prevenção, mitigação do risco e consequente aproximação ao cenário mais favorável "*Conseguimos*", centram-se em:

1) Planeamento integrado à escala nacional, regional, sub-regional e municipal, com a mesma linha de orientação e com as prioridades das regiões elencadas;
2) Capacitação das instituições públicas e privadas de acordo com o previsto no novo sistema (SGIFR) e orgânicas;
3) Incentivos direcionados às áreas prioritárias de ação numa lógica integrada de preparação, prevenção, pré-supressão, supressão e pós-evento;
4) Prioridade às áreas com maior dano potencial em grandes incêndios;
5) Investimento permanente e persistente para a valorização e manutenção dos espaços rurais;
6) Qualificação dos Agentes SGIFR, com base na especialização e profissionalização;
7) Alterar comportamentos que decorrem de todas as ações de prevenção: desde a gestão de combustível, à educação e à comunicação eficaz;
8) Gestão eficiente dos meios de prevenção e combate, garantindo o prontidão e empenho dos mesmos, redirecionando o financiamento de acordo com as prioridades para o Sistema;
9) Monitorização e melhoria de procedimentos, em alinhamento com as novas orientações provenientes da cadeia de processos;
10) Criação de unidades piloto ao nível das NUTIII para implementação do PNA e da cadeia de processos.

Como tal, deverão ser garantidas as condições em três grandes domínios, durante o período de vigência do PNGIFR, designadamente nos seguintes domínios:

1) da execução do PNGIFR para alcançar as metas e objetivos;
2) da Governança para concretizar a mudança de paradigma operacional e organizacional convergindo para uma gestão integrada de fogos rurais;
3) da eficiência do sistema incluindo processos de melhoria contínua de forma a melhorá-los e garantir a sua capacitação.

# 9. IMPACTOS

Do cumprimento das metas do PNGIFR, são quatro os principais impactos produzidos pelo Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e pelo respetivo Programa Nacional de Ação:

1. A capacidade de o País transformar uma tragédia numa oportunidade, reduzindo o problema dos incêndios para níveis aceitáveis, em que as vítimas humanas e incêndios muito severos são eventos raros, demonstrando assim que os portugueses e as suas instituições conseguiram superar o desafio, que é na verdade um desafio do Estado e da sociedade como um todo;

2. O cumprimento das expectativas de redução das emissões de CO2 conforme o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), evitando a emissão de 47 Megatoneladas de equivalente em CO2[28] acumuladas até 2030, a redução do risco real e percebido e o aumento da biodiversidade

3. O contributo anual em +701M€, provocado pelo delta entre a não execução do programa no cenário de inercia *"Céu Negro"* e o cenário *"Conseguimos"*[29], a alcançar em 2030.

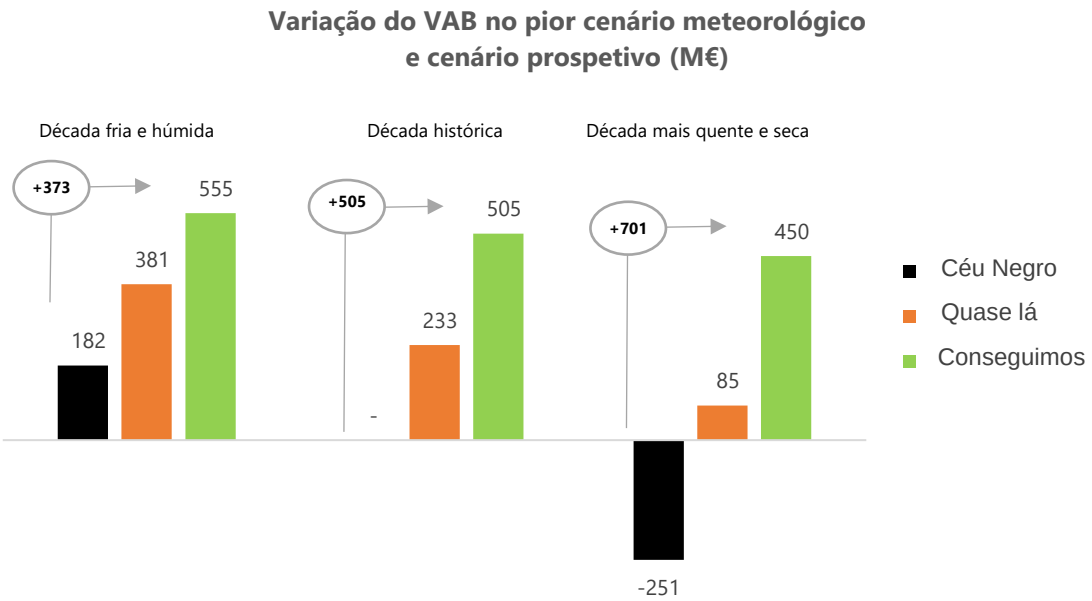



Figura 15 – Variação do VAB

Esta variação assenta em:

- Redução do prejuízo dos bens e serviços gerados nos espaços florestais e agro-florestais, em que o benefício da implementação do programa é de 483M€/ ano o que equivale a 0,23% do PIB expresso em VAB;

[28] O delta de emissões provocadas por 205.000ha/ anuais vs 60.000ha/ anuais de área ardida.

[29] Num contexto de agravamento meteorológico.

- Um acréscimo de +138M€/ ano na soma de bens e serviços gerados nos espaços silvestres (6,5M ha), incluindo o sequestro de carbono, passando-se assim de 1.694M€/ano (0,8% do PIB) para um de 1.832M€ (0,9% do PIB);

- Um aumento de +80M€/ ano, passando-se para um valor total anual de 2.790M€ (1,3% do PIB) na indústria de transformação - painéis, pasta e papel, cortiça -, atividade essencialmente exportadora, potenciada pelo aumento da oferta.

Estima-se, assim, uma contribuição total deste programa para a riqueza nacional de mais 701M€/ano (+0,3 p.p.), passando assim estas atividades a representar em 2030 2,3% do PIB.

4. Criação de 60.000 postos de trabalho até 2030

Neste domínio e considerando que o PNA se desenvolve em 3 fases -"Preparar", "Fertilizar" e "Colher", do total de empregos diretos e indiretos criados, 18.000 resultam diretamente de empregos que executam a gestão ativa dos espaços florestais e agro-silvopastoris, 3.000 resultado do aumento da profissionalização em atividades do SGIFR em áreas operacionais e em áreas técnicas de gestão, nomeadamente mapeamento, cadastro, sensibilização, formação e gestão da informação e infraestruturas.

Este aumento de atividade irá ainda fomentar a criação de 39.000 novos empregos[30] nas áreas do transporte e logística, da manutenção e reparação de materiais, da restauração, alojamento e do turismo rural – este último com resultados consideráveis na criação de postos de trabalho, que deverão aumentar +4.6% (em CAGR 2020-2030) e ver a sua contribuição económica, por via do PNA, valorizada em +5%.

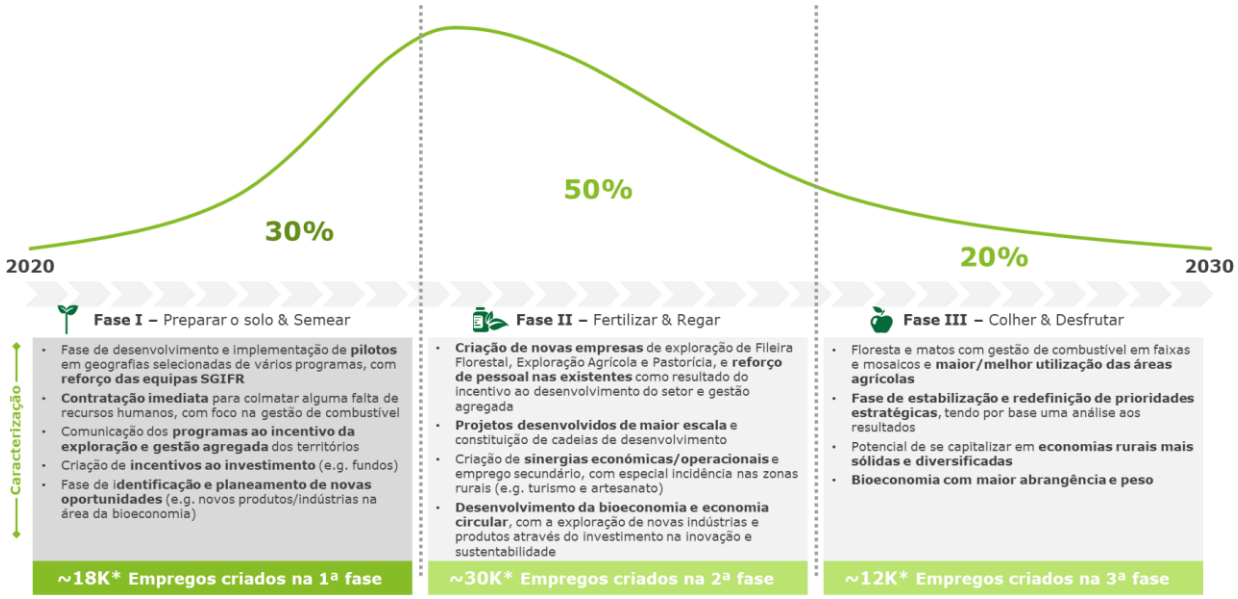



Figura 16 – Análise da distribuição da criação de emprego

[30] O racional para chegar a estes valores passou por identificar o PIB e o número de empregos rurais, com base numa estimativa associada à natureza destas economias, para ter o PIB rural/ empregado rural e analisado a % do Orçamento do PNA que será canalizado para os territórios rurais

# GLOSSÁRIO

| Termo | Definição |
|---|---|
| Aglomerados rurais | As áreas localizadas em solo rústico, com utilização predominantemente habitacional e de apoio a atividades localizadas em solo rústico, dispondo de infraestruturas e de serviços de proximidade, delimitadas como tal em plano territorial. |
| Áreas edificadas | Os conjuntos de edifícios contíguos ou próximos, distanciados entre si no máximo 50 m e com 10 ou mais fogos, em solo rústico ou urbano, delimitados por uma linha poligonal fechada encerrando a menor área possível que englobe cada conjunto de edifícios, a qual corresponde à interface de áreas edificadas. |
| Áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS) | Áreas correspondentes às duas classes de maior perigosidade, nos termos legalmente previstos, traduzindo territórios cujas características os tornam mais propensos à ignição e à progressão do fogo. Também referidas no PNA, simplificadamente, como áreas críticas. |
| Área Integrada de gestão da paisagem (AIGP) | Área integrada de gestão da paisagem é um instrumento através do qual se pretende promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio, dirigidas a contextos microterritoriais. O modelo preconizado é orientado para comunidades locais concretas, dependendo a sua constituição da mobilização dos produtores e proprietários. |
| Bioeconomia | Área de estudo que se dedica à avaliação dos sistemas biológicos e dos recursos naturais segundo um ponto de vista económico. |
| Biomassa | A biomassa agrícola e a biomassa florestal residual nos seguintes termos:<br><br>i) «Biomassa agrícola», o material residual da atividade agrícola e da indústria agroalimentar, onde se incluem nomeadamente sobrantes das cadeias de valor de cereais (milho, trigo, cevada, girassol, etc.), do arroz, dos pomares, do olival, da vinha, e de outras atividades agroindustriais (desde que resultantes da preparação da matéria-prima) e ainda os provenientes das explorações pecuárias;<br><br>ii) «Biomassa florestal residual», a fração biodegradável dos produtos e desperdícios resultantes da instalação, gestão e exploração florestal (cepos, toiças, raízes, folhas, ramos e bicadas), excluindo os sobrantes das indústrias transformadoras da madeira (designadamente cascas, restos, aparas e serradura); |
| Cadastro Predial | O cadastro predial é um registo administrativo, que se pretende atualizado, para fins vários, no qual se procede à identificação e caraterização dos prédios existentes no território nacional. |
| Combustível | Acumulado vegetal com propensão para incêndio rural. |
| Comissão nacional de gestão integrada de fogos rurais (CNGIFR) | A comissão nacional de gestão integrada de fogos rurais assegura a governança do SGIFR ao nível nacional. |
| Comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais (CMGIFR) | A operacionalização do SGIFR à escala municipal é realizada por comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais. |

| | |
|---|---|
| Comissões regionais de gestão integrada de fogos rurais (CRGIFR) | A governança do SGIFR ao nível de cada região NUTS II é realizada por uma comissão regional de gestão integrada de fogos rurais. |
| Comissões sub-regionais de gestão integrada de fogos rurais (CSGIFR) | A governança do SGIFR ao nível de cada sub-região NUTS III é realizada por uma comissão sub-regional de gestão integrada de fogos rurais. |
| Comportamentos de risco | Comportamentos que potenciam o risco de incêndio (e.g. queimas e queimadas não reguladas). |
| Confinante | Terreno adjacente ou infraestrutura que possua limite comum ou que se encontre separado por infraestrutura linear, estrada ou caminho, cabeceira, talude, vala ou linha de água com leito, até 5 metros de largura. |
| Controlo Mecânico | Processo de utilização de maquinaria para efetuar a manutenção da vegetação, reduzindo o risco de incêndio das propriedades. O recurso a métodos mecânicos para gestão de combustíveis tem como objetivo a destruição da parte aérea dos matos com ou sem mobilização do solo. |
| Economia Circular | Conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, substituindo o conceito de fim-de-vida da economia linear por novos fluxos circulares, num processo integrado. |
| Economia Rural | Segmento da economia nacional que estuda as relações económicas no meio rural (e.g. turismo, indústrias florestais e não florestais). |
| Edifício | Construção permanente dotada de acesso independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meeiras que vão das fundações à cobertura, destinada à utilização humana ou a outros fins. |
| Emparcelamento | Ato de conversão de propriedades agrícolas dispersas numa só. Utilizado para evitar o abandono das terras aumentando a viabilidade económica do uso do terreno. |
| Empresas | Entidade coletiva, de constituição jurídica nos termos legalmente definidos, integrada por recursos humanos, materiais e técnicos, cujo objetivo é a transformação de matérias e/ou o fornecimento de bens e serviços. |
| Envolvente de áreas edificadas | Área exterior às áreas edificadas, com a largura de 100 m a partir da interface de áreas edificadas, podendo abranger solo rústico ou urbano. |
| Fogo controlado | O fogo controlado consiste no uso do fogo na gestão dos espaços florestais, sob condições, normas e procedimentos conducentes à satisfação de objetivos específicos e quantificáveis em planos de fogo controlado, que é executado sob a responsabilidade de um técnico credenciado. |
| Fogo de gestão de combustível | A classificação atribuída a um incêndio rural que, em condições meteorológicas adequadas e em territórios rurais, permite a evolução da propagação da combustão dentro de um perímetro preestabelecido pelo comandante das operações de socorro. |
| Fogo Rural | Todo o fogo que ocorre em território rural, exterior a edifício, independentemente da sua intencionalidade e propósito, origem, dano ou benefício. |
| Galerias ribeirinhas | São formações de espécies lenhosas arbóreas e arbustivas, na transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres, formando um corredor de vegetação na margem e/ou sobre o leito de água. |
| Gestão agregada | Quando múltiplas propriedades agrícolas se unem numa gestão comum de forma a aproveitar as vantagens negociais e logísticas das grandes propriedades agrícolas e aumentando a viabilidade económica dos terrenos. |

| | |
|---|---|
| Gestão de combustível | A criação e manutenção da descontinuidade horizontal ou vertical da carga combustível nos territórios rurais, através da modificação ou da remoção parcial ou total da biomassa vegetal, empregando as técnicas mais recomendadas com a intensidade e frequência adequadas à satisfação dos objetivos dos espaços intervencionados |
| GFR | Gestão de Fogos Rurais - Ações orientadas para a defesa e fomento do valor dos territórios rurais, considerando o seu papel de proteção ao reduzir as condições para ocorrência e progressão de incêndios rurais. |
| Interface de áreas edificadas | A linha poligonal fechada que delimita as áreas edificadas, separando-os de outros territórios. |
| Incêndio rural | A deflagração ou progressão do fogo, de modo não planeado ou não controlado, em território rural, requerendo ações de supressão. |
| Mosaicos | Mecanismo estratégico de mosaico ou das descontinuidades da floresta resulta em integrar espaços florestais entre espaços agrícolas de forma de tornar o território mais produtivo e aumentar a eficácia da prevenção contra incêndios. A localização e dimensão das áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis é definida nos programas sub-regionais de ação e obrigatoriamente integrados nos programas municipais de execução. |
| Ocupação compatível | A ocupação do solo de modo diverso do previsto nas normas de gestão de combustível, desde que conciliável com o objetivo de gestão de combustível, reduzindo a sua disponibilidade para a ignição e progressão do fogo, e geradora de valor para os proprietários ou para as comunidades. |
| Operações Integradas da Paisagem (OIGP) | As operações integradas de gestão da paisagem, são operações que definem, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconvenção de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar. |
| Pastoreio extensivo | Ato de utilizar o gado como forma de evitar a acumulação de combustível, envolvendo a deslocação do rebanho num mesmo território. |
| PCIR | Proteção Contra Incêndios Rurais – ações orientadas para segurança e salvaguarda das pessoas, animais e bens em áreas edificadas e nas demais áreas, instalações, estabelecimentos e infraestruturas abrangidos pela rede secundária, nos termos do presente decreto-lei, promovendo a mudança de comportamentos, adoção de medidas de autoproteção e maior resistência do edificado, no sentido de tornar estas áreas menos suscetíveis ao risco de incêndio rural e menos geradoras de ignições. |
| PDM | Os planos diretores municipais (PDM) são enquadrados pela Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. |
| Perigosidade de incêndio | Probabilidade de ocorrência de incêndios num determinado intervalo de tempo e numa dada área |
| PME | Programa Municipal de Execução |
| PNA | Programa Nacional de Ação |
| PNGIFR | Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais |
| PRA | Programa Regional de Ação |
| Prédios Rústicos | Propriedade em terreno não edificado para construção |
| PRGP | O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem - programa setorial, dirigido a territórios que apresentam vulnerabilidades específicas associadas à organização do território, visando a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas, através do ordenamento e gestão da paisagem e da adoção de medidas específicas de intervenção |
| PSA | Programa Sub-regional de Ação |
| Queimadas | O uso do fogo para renovação de pastagens, eliminação de restolho, e ainda para eliminar sobrantes de exploração ou de gestão de vegetação, florestais ou agrícolas, cortados, mas não amontoados. |

| | |
|---|---|
| Rede primária | Faixas de gestão de combustível ao nível sub-regional/supramunicipal. A rede primária de faixas de gestão de combustível é definida nos programas regionais de ação e obrigatoriamente integrados nos programas sub-regional de ação. |
| Rede secundária | Faixas de gestão de combustível ao nível municipal. Em sede de programa sub-regional de ação, as entidades gestoras das redes viária, ferroviária e transporte e distribuição de energia elétrica participam com medidas e atividades que contribuam para a salvaguarda do território onde se inserem essas redes, com vantagens na proteção do território e seus utilizadores. |
| Redes de defesa | Infraestruturas lineares, poligonais ou equipamentos que contribuem para a defesa de pessoas e bens, e de gestão do fogo rural, contribuindo para gestão de combustíveis e redução de propagação do fogo, deteção atempada e suporte às operações. |
| Regime de fogo | Os regimes de fogo costumam ser descritos com base em atributos como a frequência, periodicidade, intensidade e tamanho dos fogos, a época típica de ocorrência e a severidade dos efeitos do fogo. |
| Risco de incêndio rural | A probabilidade de que um incêndio rural ocorra num local específico, sob determinadas circunstâncias, e seus impactes nos elementos afetados. |
| Serviços de ecossistemas | Os serviços de ecossistemas são os bens e serviços que obtemos dos ecossistemas direta ou indiretamente (e.g. alimentos, matérias primas, turismo). |
| SGIFR | Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais |
| Silvicultura | Ciência que se dedica ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais e que compreende o estudo botânico das espécies, além da identificação, caracterização e prescrição da utilização das madeiras. |
| Sobrantes | A fração biodegradável dos produtos e desperdícios resultantes de atividades florestais e agrícolas, designadamente cepos, toiças, raízes, folhas, ramos e bicadas ou despojos de podas. |
| Solo rústico | O solo classificado como tal em plano territorial, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual. |
| Solo urbano | O solo classificado como tal em plano territorial, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual. |
| Territórios agrícolas | Terrenos ocupados com agricultura e pastagens melhoradas, segundo as especificações técnicas da carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental. |
| Territórios artificializados | Áreas de tecido edificado e as ocupadas por indústria, comercio e instalações agrícolas, infraestruturas ambientais e de energia, infraestruturas de transporte, equipamentos e zonas verdes, segundo as especificações técnicas da carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental e compatíveis com os critérios do inventário florestal nacional. |
| Territórios florestais | Terrenos ocupados com florestas, matos, pastagens espontâneas, superfícies agroflorestais e vegetação esparsa, segundo as especificações técnicas da carta de uso e ocupação de Portugal continental e compatíveis com os critérios do inventário florestal nacional. |
| Territórios rurais | Os territórios florestais e os territórios agrícolas. |

## a) Atribuição de responsabilidades

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do PNA é efetuada com a instituição de um modelo RASCIFAa de acordo com a codificação abaixo.

| Código | O que significa |
|---|---|
| **EC** | **Entidade Coordenadora**<br>Entidade que coordena e promove a concretização do processo. |
| **R** | **Responsável**<br>A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A. |
| **A** | **Aprova**<br>A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada. |
| **S** | **Suporta**<br>As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer. |
| **C** | **Consulta**<br>As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto. |
| **I** | **Informa**<br>As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar. |
| **F** | **Fiscaliza**<br>A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis. |
| **Aa** | **Avalia e Articula**<br>A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia. |

## b) Entidades envolvidas

| Entidade | Definição |
|---|---|
| AdP | Águas de Portugal |
| AD&C | Agência para o Desenvolvimento e Coesão |
| AFOCELCA | Agrupamento Complementar de Empresas florestais do grupo The Navigator Company e do grupo ALTRI |
| AGIF | Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. |
| AG POCTEP | Autoridade de Gestão do Programa Interreg Espanha-Portugal |
| ANAFRE | Associação Nacional de Freguesias |
| ANCCT | Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva) |
| ANEPC | Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil |
| ANQEP | Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. |
| ANI | Agência Nacional da Inovação |
| ANMP | Associação Nacional de Municípios Portugueses |
| APA | Agência Portuguesa do Ambiente |
| ASF | Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões |
| AT | Autoridade Tributária e Aduaneira |
| BB | Bombeiros |
| CCDR | Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional |
| CENJOR | Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas |
| CIM | Comunidade Intermunicipal |
| CLC | Companhia Logística de Combustíveis |
| CNSF | Conselho Nacional de Supervisores Financeiros |
| DGADR | Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural |
| DGAL | Direção-Geral das Autarquias Locais |
| DGAV | Direção Geral de Alimentação e Veterinária |
| DGE | Direção-Geral da Educação |
| DGEG | Direção-Geral da Energia e Geologia |
| DGES | Direção Geral do Ensino Superior |
| DGT | Direção-Geral do Território |

| | |
|---|---|
| DRAP | Direção Regional de Agricultura e Pescas |
| EDP | Energias de Portugal |
| EGF | Entidades de Gestão Florestal |
| EMGFA | Estado-Maior-General das Forças Armadas |
| ESF | Equipas de Sapadores Florestais |
| FA | Força Aérea |
| FCT | Fundação para a Ciência e Tecnologia |
| FEB | Força Especial de Bombeiros |
| FFAA | Forças Armadas |
| GNR | Guarda Nacional Republicana |
| GPP | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral |
| ICNF | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas |
| IFAP | Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas |
| IFD | Instituição Financeira de Desenvolvimento |
| IMPIC | Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. |
| IMT | Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| INIAV | Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária |
| IP | Infraestruturas de Portugal |
| IPMA | Instituto Português do Mar e da Atmosfera |
| IRN | Instituto dos Registos e Notariado |
| LBP | Liga de Bombeiros Portugueses |
| MA | Ministério da Agricultura |
| MAAC | Ministério do Ambiente e da Ação Climática |
| MAI | Ministério da Administração Interna |
| MCT | Ministério da Coesão Territorial |
| MCTES | Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior |
| MDN | Ministério da Defesa Nacional |
| MEDU | Ministério da Educação |
| METD | Ministério da Economia e da Transição Digital |

| | |
|---|---|
| MF | Ministério das Finanças |
| MIH | Ministério das Infraestruturas e da Habitação |
| MJ | Ministério da Justiça |
| MM | Ministério do Mar |
| MP | Ministério do Planeamento |
| MS | Ministério da Saúde |
| OPF | Organizações de Produtores Florestais |
| O Agricultores | Organizações de Agricultores |
| O Baldios | Organizações de Baldios |
| OPP | Ordem dos Psicólogos Portugueses |
| PCM | Presidência do Conselho de Ministros |
| PJ | Polícia Judiciária |
| PSP | Polícia de Segurança Pública |
| REN | Redes Energéticas Nacionais |
| SEADR | Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural |
| SEAAF | Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais |
| SECNFOT | Secretaria de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território |
| SECSDC | Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor |
| SEE | Secretaria de Estado da Economia |
| SEFI | Secretaria de Estado das Finanças |
| SEJ | Secretaria de Estado da Justiça |
| SEAI | Secretaria de Estado da Administração Interna |
| SEO | Secretaria de Estado do Orçamento |
| SEVI | Secretaria de Estado da Valorização do Interior |
| SNS | Serviço Nacional de Saúde |
| UEPS | Unidade de Emergência de Proteção e Socorro |
| UGF | Unidades de Gestão Florestal |
| ZIF | Zonas de Intervenção Florestal |

## c) Fontes de financiamento

| Fonte de Financiamento | Definição |
|---|---|
| FA | Fundo Ambiental |
| FC | Fundo de Coesão |
| FEAGA | Fundo Europeu Agrícola de Garantia |
| FEADER | Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural |
| FEDER | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional |
| FSUE | Fundo de Solidariedade da União Europeia |
| PRR | Plano de Recuperação e Resiliência/ Mecanismo de Recuperação e Resiliência |
| Horizonte Europa | Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia |
| OE | Orçamento de Estado |
| PDR | Programa Desenvolvimento Rural |
| PERSU 2020 | Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020 |
| PO Regionais | Programa Operacional Regional |
| PO SEUR | Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos |
| PT2020 | Portugal 2020 |
| QFP 21-27 | Quadro financeiro comunitário 2021-2027 |
| SAMA | Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa |